

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

**O CLERO DE NOVA IGUAÇU SOB A VIGILÂNCIA DO
SISTEMA REPRESSIVO DA DITADURA MILITAR (1976-1989).**

Adonias Marcelino Junior

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O CLERO DE NOVA IGUAÇU SOB A VIGILÂNCIA DO
SISTEMA REPRESSIVO DA DITADURA MILITAR (1976-1989).**

ADONIAS MARCELINO JUNIOR

Sob a Orientação do Professor
Jean Rodrigues Sales

e Coorientação da Professora
Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Seropédica, RJ
Outubro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M314c Marcelino Junior, Adonias, 1976-
 O Clero de Nova Iguaçu sob a vigilância do sistema
 repressivo da Ditadura Militar (1976-1989) / Adonias
 Marcelino Junior. - Seropédica, RJ, 2023.
 123 f.: il.

 Orientador: Jean Rodrigues Sales.
 Coorientadora: Maria Lúcia Bezerra da Silva
 Alexandre.

 Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
 Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
 História, 2023.

 1. Ditadura Militar. 2. Igreja Católica. 3. Baixada
 Fluminense. 4. Nova Iguaçu. I. Sales, Jean Rodrigues,
 1972-, orient. II. Alexandre, Maria Lúcia Bezerra da
 Silva, 1989-, coorient. III Universidade Federal
 Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
 História. IV. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 1182 / 2023 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.071758/2023-50

Seropédica-RJ, 27 de outubro de 2023.

Nome do(a) discente: ADONIAS MARCELINO JUNIOR

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO , área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 19 de outubro de 2023

Banca Examinadora:

Dra. ADRIANA MARIA RIBEIRO, SEE Examinadora Externa à Instituição

Dr. RONALD APOLINARIO DE LIRA, UFRRJ Examinador Interno

Dr. JEAN RODRIGUES SALES, UFRRJ President

(Assinado digitalmente em 27/10/2023 11:20)
JEAN RODRIGUES SALES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matricula: 1720605

(Assinado digitalmente em 27/10/2023 11:16)
RONALD APOLINARIO DE LIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matricula: 1279266

(Assinado digitalmente em 29/10/2023 12:50)
ADRIANA MARIA RIBEIRO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 033.506.987-86

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1182**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **27/10/2023** e o código de verificação: **d001bc2ae3**

AGRADECIMENTOS

Após um gratificante e árduo período de aprendizado adquirido durante este curso de Mestrado, é preciso mencionar as pessoas que apoiaram, de alguma forma, na construção desta pesquisa. Inicialmente, porém, preciso agradecer a Deus que me conduziu e me permitiu chegar até aqui e a meus amados pais, Maria Selma e Adonias, que, infelizmente, não estão mais presentes para que eu possa abraçá-los e agradecê-los pela pessoa que eu me tornei e por mais esta conquista.

Realizar o sonho de me tornar Mestre em História seria impossível sem o apoio e compreensão de duas pessoas muito especiais: minha esposa Viviane e minha filha Sofia. Diversas vezes tive que me privar da companhia delas para me dedicar à realização da pesquisa. Elas sempre estiveram ao meu lado e me apoiaram durante todo este tempo, entendendo que aquele monte de livros espalhados pela mesa fazia parte de algo muito importante para mim.

Além daqueles que já citei, muitos(as) foram os(as) que estiveram junto a mim ao longo deste caminho. Familiares e amigos que com seu incentivo deram suporte para que eu alcançasse o objetivo de realizar esta pesquisa. Sou grato às minhas irmãs Ivanize, Izabel, Cida e ao meu irmão João. Também sou grato a meus cunhados e cunhada, meus sobrinhos e afilhados por tudo que representam em minha vida. Dentre os amigos, quero agradecer, de um modo especial, a Zilmar Luiz e a Scheyla Taveira, doutorandos no PPHR/UFRRJ, que me influenciaram positivamente para que eu participasse da seleção para o mestrado. Além desses dois grandes amigos historiadores, outros que estiveram ao meu lado na graduação também merecem meus agradecimentos: minha irmã Izabel, meus amigos Rodrigo, Levi, Dionísio, Professora Doutora Vivian Zampa e demais professores e colegas do CEDERJ e da UNIRIO. Agradeço, ainda, aos professores Luciano Guimarães, Arthur Baptista, Adjovanes Thadeu, Rodrigo Magalhães, entre outros do PROPGPEC do Colégio Pedro II.

Durante o curso, que se deu em grande parte durante a pandemia de Covid-19, outras pessoas também trouxeram importantes momentos de aprendizagem. O primeiro deles foi, sem dúvida, meu orientador Professor Doutor Jean Rodrigues Sales que teve uma enorme paciência e disponibilidade para com este mestrando durante todo o período do curso. Seu incentivo durante as disciplinas que cursei foram fundamentais para percorrer esta estrada. A ele se somou como coorientadora a Professora Doutora Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre, sempre muito solícita e disposta a fazer as observações mais que necessárias para a construção desta pesquisa. Na banca de qualificação, tive o privilégio de ouvir as indicações da Professora Doutora Adriana Maria Ribeiro e do Professor Doutor Ronald Apolinario de Lira e, assim, entender que era necessário aprimorar o que até ali havia sido escrito. Além destes professores, agradeço a Alexander Gomes, Allofs Daniel, Rodrigo Musto, Carlos Malaguti e outros doutorandos e mestrandos da UFRRJ que colaboraram com informações que ajudaram na construção desta pesquisa.

Já na graduação, pude acessar o Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu tão bem organizado pelo professor Antonio Lacerda, a quem rendo minha homenagem por seu labor incansável. Agradeço também a todos aqueles que fazem ou fizeram parte do CEDIM/UFRRJ que, com seu trabalho, contribuíram de forma crucial para a execução desta pesquisa. Outra instituição a qual devo muito é ao APERJ e a seus funcionários, principalmente Sheila Silva e Jaqueline Lima. Preciso agradecer, também, ao Arquivo Nacional e a seus funcionários pela manutenção do acervo que foi fundamental para esta pesquisa, assim como ao pessoal da Biblioteca Nacional. Por último, mas não menos importante, agradeço ao senhor Paulo César Longarini e a todos os servidores e professores do PPHR/UFRRJ.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Até quando julgareis iniquamente,
favorecendo a causa dos ímpios?
Defendei o oprimido e o órfão, fazei
justiça ao humilde e ao pobre,
livrai o oprimido e o necessitado, tirai-o
das garras dos ímpios.”

Sl. 81, 2-4

RESUMO

MARCELINO JUNIOR, Adonias. **O Clero de Nova Iguaçu sob a vigilância do sistema repressivo da Ditadura Militar (1976-1989)**. 2023. 122 p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

A presente pesquisa busca compreender a vivência do clero católico durante o período de 1976 a 1989, visando identificar como o regime ditatorial atuou na Baixada Fluminense, em especial em relação aos membros da diocese de Nova Iguaçu e como alguns destes foram vigiados pelo sistema repressivo que os via como uma ameaça ao regime vigente. Este trabalho abarca o período que tem como marco inicial o ano de 1976, no qual em seu final se deu o sequestro de Dom Adriano Hypólito por um grupo de extrema-direita e, como marco final, o ano de 1989, quando ocorreram as primeiras eleições diretas para a presidência da República. A pesquisa investiga o período em que o país e sua população conheceram diversas mudanças sociais, econômicas e políticas que tiveram forte influência nos rumos seguidos pelo Estado brasileiro. Objetiva-se demonstrar, principalmente com o uso dos documentos exarados por diversos órgãos do aparelho repressivo, como integrantes do clero iguaçuano foram acompanhados de perto pelos agentes da repressão e por quais motivos essa observação acontecia. Parte da documentação utilizada como fontes primárias foi produzida pelos órgãos de informação do Estado brasileiro e encontram-se disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e no Arquivo Nacional. Também há a utilização de documentos e periódicos produzidos pela própria diocese, bem como reportagens de alguns veículos da imprensa escrita da cidade do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Igreja Católica, Nova Iguaçu, Baixada Fluminense.

ABSTRACT

MARCELINO JÚNIOR, Adonias. **The Clergy of Nova Iguaçu under the surveillance of the repressive system of the Military Dictatorship (1976-1989)**. 2023. 122 pages. Dissertation (Master's in History). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

This research seeks to understand the experience of the Catholic clergy during the period from 1976 to 1989, aiming to identify how the dictatorial regime acted in Baixada Fluminense, especially in relation to members of the diocese of Nova Iguaçu and how some of them were monitored by the repressive system that saw them as a threat to the current regime. This work covers the period that has as its starting point the year 1976, in which at its end the kidnapping of Dom Adriano Hypólito by an extreme right-wing group took place and, as a final mark, the year 1989, when the first direct elections for the presidency of the Republic. The research investigates the period in which the country and its population experienced several social, economic and political changes that had a strong influence on the direction followed by the Brazilian State. The aim is to demonstrate, mainly using documents drawn up by various bodies of the repressive apparatus, how members of the Iguaçu clergy were closely monitored by repression agents and for what reasons this observation occurred. Part of the documentation used as primary sources was produced by Brazilian State information bodies and is available in the Public Archive of the State of Rio de Janeiro and the National Archive. There is also the use of documents and periodicals produced by the diocese itself, as well as reports from some written press vehicles in the city of Rio de Janeiro and Baixada Fluminense.

Keywords: Military Dictatorship, Catholic Church, Nova Iguaçu, Baixada Fluminense.

Lista de figuras

Figura 1 - Emancipações: das mais recentes ao município originário de Iguassú	13
Figura 2 - Capa do Jornal da Baixada nº 2 de 15/06/1979	28

Lista de abreviaturas

AAB – Aliança Anticomunista Brasileira

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

AL – América Latina

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

AN – Arquivo Nacional

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BF - Baixada Fluminense

BNH – Banco Nacional da Habitação

CCC – Comando de Caça aos Comunistas

CCD – Comitê Contra o Desemprego

CEDIM/UFRRJ - Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CIE – Centro de Informações do Exército

CIEX – Centro de Informações do Exterior

CISA – Centro de Informações da Aeronáutica

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CTC – Companhia de Transportes Coletivos

DNI – Diocese de Nova Iguaçu

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPM – Inquérito Policial Militar

JB – Jornal do Brasil

JOB - Jornal da Baixada

LC – Lei Complementar

MAB - Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SISNI – Sistema Nacional de Informações

SNI – Serviço Nacional de Informações

TL – Teologia da Libertação

VCC – Vanguarda de Caça aos Comunistas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A BAIXADA FLUMINENSE NOS ANOS 1970 E 1980	11
1.1. Breve histórico da região	12
1.2. Os anos de 1970 e 1980: A Baixada Fluminense em foco	16
1.3. O povo vai à luta!	23
2. A DIOCESE DE NOVA IGUAÇU E A DITADURA MILITAR	30
2.1. Criação da Diocese de Nova Iguaçu e o governo de Dom Adriano Hypólito.....	30
2.2. A Igreja Católica se movimenta: Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla	35
2.3. A luta pela melhoria da qualidade de vida e pelos direitos humanos	42
2.4. Atentados contra o bispo e sua Diocese	47
2.5. A Diocese e os direitos humanos no pós-anistia.....	54
3. O CLERO IGUAÇUANO NOS ARQUIVOS DA REPRESSÃO	59
3.1. A formação do aparelho repressivo	59
3.2. Na mira da repressão: continuidades entre o período ditatorial e a Nova República.....	61
3.3. A Diocese e seu clero segundo a repressão.....	78
3.4. Nas lutas com o povo sob o olhar repressor	84
Considerações finais	93
Referências bibliográficas	96
Apêndices	102
Anexos	108

INTRODUÇÃO

“Conscientemente ou não, é sempre a [sic] nossas experiências cotidianas que, para nuançá-las onde se deve, atribuímos matizes novos, em última análise os elementos, que nos servem para reconstituir o passado”¹. As palavras de Marc Bloch ajudam na compreensão de como nossas vivências influenciam as escolhas que fazemos enquanto pesquisadores. Seja durante os anos de estudo no curso de licenciatura em História, seja na pós-graduação em Ensino de História da África, bem como neste curso de mestrado em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Em face desta compreensão, já na graduação, decidi que pesquisaria temas relacionados à religião, em especial à Igreja Católica, e à Ditadura Militar. Tais temas são vastos e possuem várias possibilidades de pesquisa.

Como antigo morador da Baixada Fluminense (BF), decidi dedicar-me a estudar a Diocese de Nova Iguaçu (DNI) nos tempos da Ditadura Militar. Tal escolha não aconteceu por acaso: já conhecia, em parte, o trabalho de Dom Adriano no comando da DNI e, em razão da proximidade com a Igreja em função de minha filiação religiosa, comecei então a pesquisar sobre a diocese. Já na licenciatura, apresentei como trabalho de conclusão de curso a monografia *A Ditadura Militar e a Igreja Católica: do apoio ao golpe de 1964 ao ativo combate às atrocidades do regime - O caso da Diocese de Nova Iguaçu (1964-1985)*. Ao candidatar-me à realização do mestrado, retomei minhas pesquisas revisitando antigas fontes e buscando novos materiais para apresentar o pré-projeto na seleção realizada.

Sendo assim, o tema que será desenvolvido nesta dissertação refere-se ao Estado brasileiro durante a Ditadura Militar e à Igreja Católica, sendo que o objeto de pesquisa será como os agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e seus correspondentes no estado da Guanabara - com a fusão, do Rio de Janeiro - vigiavam membros do clero da Diocese de Nova Iguaçu no período de 1976 a 1985, bem como no início da redemocratização.

Falar sobre como os agentes do Estado brasileiro, apesar da redemocratização, continuaram a vigiar os passos desses atores empenhados na busca por justiça social é importante para dar visibilidade à luta e história daqueles sacerdotes e leigos, homens e mulheres que não se intimidaram, apesar de terem “enfrentado” forças do Estado e grupos de extrema-direita. Também serve como um alerta para que não se volte a viver no Brasil um período tão nebuloso quanto aquele.

¹ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Trad. De André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 66

Inserindo-se na dimensão da História Política, Coutrot² afirma que “a política tem seu caráter próprio, mas nem por isso deixa de ter relações com outros domínios”. Esta citação muito contribui para a compreensão da importância das relações e tensões entre governo e Igreja, especificamente no caso da Diocese de Nova Iguaçu, trazendo à luz a importância de figuras do clero na defesa dos direitos humanos e dos movimentos sociais³. Defesa esta que insuflava ações de cunho repressivo, revestidas de uma aura anticomunista, que respaldara, entre outras coisas, o próprio golpe de 1964 e que justificariam, também, diversos atos praticados contra o bispo, padres, freis e outros religiosos e sua diocese por grupos de extrema-direita e a contínua vigilância por agentes do Estado.

Apesar de vários autores já terem se dedicado ao estudo do período de 1964 a 1985, bem como o da redemocratização, sempre haverá espaço para novas pesquisas à medida que o acesso a novos documentos se torna possível. Especificamente sobre D. Adriano Hypólito e a Diocese de Nova Iguaçu, alguns trabalhos já foram desenvolvidos e uma parte deles dará subsídio a esta dissertação. Entre estes trabalhos, podem ser destacados os de Alexander de Souza Gomes⁴, Gabriel do Nascimento Silva⁵, Rafael Cerqueira do Nascimento⁶, Adriana da Silva Serafim⁷, Abner Francisco Sótenos⁸ e Adriana Kronemberg⁹. O contato com a bibliografia referente à região possibilitou uma visão bem mais ampla dos problemas que parte de sua população enfrentava, tais como a violência, a falta de equipamentos de educação e saúde, o desemprego.

² COUTROT, Aline. Religião e política. In. RÉMOND, René. **Por uma história política (org.)**. Trad. de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 357.

³ Pode-se afirmar que a denominação movimentos sociais se refere a movimentos organizados por grupos de segmentos diversos da sociedade civil que promovem ações que visam a conquista de direitos e/ou a manutenção dos existentes, em prol da coletividade, em uma linha de atuação que pode chocar-se politicamente com o Estado, que, de acordo com a pressão e seus interesses, pode vir a atender ou não às demandas dos mesmos.

⁴ GOMES, Alexander de Souza. **Religião-Política: A construção da memória de D. Adriano Hypólito**. Curitiba: Appris Editora. 2017. 211p.

⁵ SILVA, Gabriel do Nascimento. **Um atentado à paixão do povo: fé e política na evangelização da diocese de Nova Iguaçu nas décadas de 1960 e 1970**. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

⁶ NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **Imagens da Libertação: A Atuação Política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por Meio do Jornal A Folha (1974-1981)**. 2007, p. 97. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_3732_Rafael_Cerqueira_do_Nascimento_0.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

⁷ SERAFIM, Adriana da Silva. **A missa da unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História. 2013. 112 p. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/3560/2/2013%20-%20Adriana%20da%20Silva%20Serafim.pdf>> Acesso em: 02 jul. 2022.

⁸ SÓTENOS, Abner Francisco. **O Movimento Amigos de Bairro (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982)**. Dissertação (Mestrado) Curso de História Social, UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro. 2013.

⁹ KRONEMBERG, Adriana Bastos. **Dom Adriano Hypólito no rastro da violência em Nova Iguaçu**. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

Sobre os trabalhos citados no parágrafo anterior, é necessário mencionar quais são os temas tratados por eles. O livro de Alexander de Souza Gomes trata diretamente das imbricações da política e da religião na Diocese de Nova Iguaçu durante o governo de Dom Adriano Hypólito, abarcando também desde a ação pastoral do bispo até o memorial construído em homenagem ao mesmo, bem como sua posição contrária aos abusos cometidos pela Ditadura Militar e seu engajamento na luta pelos direitos humanos e pela melhoria da qualidade de vida da população local. Gabriel do Nascimento Silva tratou em sua dissertação sobre a relação entre fé e política dentro da DNI. Focando nas questões sociais enfrentadas pela população da Baixada, demonstrou como parte do clero e de leigos da diocese atuou em conjunto na busca por direitos. Aborda, inclusive, as ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Pastoral Social. Assim como estes autores, Rafael Cerqueira do Nascimento também destacou a ação política da DNI, focando no uso do semanário diocesano *A Folha* como instrumento para a mesma. O periódico é analisado por Nascimento como um dinamizador das lutas do povo baixadense por direitos sociais e das críticas ao regime militar e a características do capitalismo.

Adriana da Silva Serafim trouxe um outro aspecto sobre a DNI: a oposição de parte do clero à linha pastoral de D. Adriano, que será abordado no último capítulo desta dissertação. A pesquisa de Serafim abordou o processo de disputa entre o padre Valdir Ros e o bispo diocesano que culminou com o evento denominado “Missa da Unidade”, ocorrido em 1982, no qual houve um enfrentamento dos seguidores do padre ao bispo por meio de vaías e faixas nas quais o acusavam de ser comunista, enquanto os apoiadores de Dom Adriano traziam mensagens de apoio. A autora considera que tal manifestação denotava que naquele momento havia um deslocamento da esfera religiosa para a política. Gradativamente esse conflito esmaeceria e o bispo seguiria seu trabalho no comando da DNI.

Outro autor que pesquisa sobre questões relativas à diocese é Abner Francisco Sótenos que analisou a relação entre a mesma e o Movimento Amigos de Bairro (MAB) no contexto de distensão da Ditadura Militar. Usando diversas fontes da Comunidade de Informações, demonstra como havia uma cerrada vigilância sobre o MAB, e também em relação a Dom Adriano Hypólito. Aborda, também, as questões relativas à luta dos movimentos sociais, em especial o MAB, pela melhoria da qualidade de vida e como o bispo e a DNI colaboraram com essa batalha. Já Adriana Kronenberg analisa questões relativas ao enfrentamento ao “Esquadrão da Morte” existentes na BF, através de constantes denúncias feitas por D. Adriano às autoridades governamentais. Ela também aponta a resistência do bispo ao regime militar e

a aproximação deste com as lutas da população por direitos sociais. A autora utiliza os textos escritos pelo bispo para evidenciar que ele é claro em seus posicionamentos em prol da justiça social, como também é contra as arbitrariedades.

Como exposto, diversos pesquisadores realizaram seus trabalhos abordando vários aspectos relativos à Baixada Fluminense, aos movimentos sociais locais, à Diocese de Nova Iguaçu e a Dom Adriano Hypólito. Valendo-me dos trabalhos realizados por estes autores, contribuo com esta pesquisa sobre um aspecto ainda pouco explorado em relação à DNI: a observação dos agentes do Estado sobre parte do clero da diocese que eram considerados progressistas e alinhados à linha pastoral de D. Adriano. Assim como Sótenos utilizou fontes produzidas pela Comunidade de Informações em sua pesquisa, também as utilizarei para demonstrar que a preocupação da repressão não estava centrada somente nas ações do bispo diocesano, mas também era voltada para a atuação de vários sacerdotes da DNI.

Apesar de toda a atenção dispensada pelo regime militar à Baixada Fluminense no campo político, a região conviveu com diversas mazelas no período. Sua população heterogênea, com indivíduos vindos de diversos cantos do país, via-se às voltas com o descaso das autoridades locais, estaduais e federais. Há que ser registrado, como demonstram reportagens do período que ajudaram na escrita deste trabalho, que a violência e outras questões sociais estavam em voga na região e afetavam a vida de milhares de pessoas. Obviamente que tais coisas trariam uma reação da população que se organizava em movimentos que buscavam melhorias para sua vida cotidiana e para seu território. Com o passar dos anos, estes movimentos se estruturaram e passaram a ter voz e vez na esfera local ou estadual.

Esta dissertação buscará apontar que diversos destes movimentos contavam com o apoio da diocese local. Especialmente por fazerem parte de seus membros leigos católicos e até mesmo membros do clero que participavam das lutas e, em diversas oportunidades, se faziam presentes aos protestos ocorridos. Isso fará com que o aparelho repressivo tenha um especial olhar sobre estas pessoas, em especial sobre os membros do clero.

Sob a orientação dos professores Jean Rodrigues Sales e Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre, além das fontes da imprensa que já possuía, passei a pesquisar os documentos do aparelho repressivo. Utilizei-me do sítio do Arquivo Nacional-AN e realizei diversas visitas ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro-APERJ, no período de maio a agosto de 2022, a fim de localizar os documentos que estivessem sob a guarda desta instituição. Infelizmente, a pesquisa *in loco* precisou ser descontinuada em face de obras que começaram a ser realizadas no APERJ.

Para a execução da pesquisa, foram utilizadas fontes do Serviço Nacional de Informações, da Polícia Política do Rio de Janeiro, reportagens do *Jornal do Brasil* (JB) e do *Jornal O Globo*, veículos da grande imprensa carioca, do *Jornal da Baixada* (JOB), imprensa local, e edições do *Boletim Diocesano* (BD) e de *A Folha* - semanário editado e distribuído pela Diocese de Nova Iguaçu - sendo que estas últimas se encontram digitalizadas no CEDIM/UFRRJ¹⁰.

As fontes selecionadas demonstram o trabalho realizado pelos membros da diocese em prol dos mais humildes, assim como a intensa luta de Dom Adriano e diversos sacerdotes da DNI na defesa “dos que sofrem”, que seria a razão maior da Igreja de Cristo conforme o Concílio Vaticano II, e nas lutas diárias de parte da população de sua circunscrição. É importante mencionar os ataques sofridos pela Diocese de Nova Iguaçu, como o atentado à Matriz, em 1979, e relatar como os integrantes desta atuaram na luta por direitos de cidadania, como também na proteção de perseguidos políticos, sendo imprescindível verificar como tais ações foram vistas pelos órgãos de repressão.

Compreender o quanto a ação reivindicatória por direitos básicos de cidadania, pelos direitos humanos e a relação com diversos movimentos sociais dos sacerdotes católicos da Diocese de Nova Iguaçu no período entre 1979-1990 - pós-anistia até a extinção do SNI - levou os agentes do Estado brasileiro, no contexto dos anos finais da Ditadura Militar e início da Nova República, a continuarem a acompanhar de perto estes personagens, bem como pessoas ligadas a eles e às dioceses que comandavam, em razão do papel que tiveram na história recente da Baixada Fluminense.

Foram pesquisadas reportagens do *JB* e *O Globo* que continham informações sobre as ações da diocese e seus membros em defesa dos direitos humanos e suas relações com movimentos sociais, assim como as retaliações sofridas por estes. Também foram selecionadas reportagens que evidenciavam a realidade política, econômica e social na região de abrangência da diocese, com o intuito de demonstrar as razões pelas quais era necessário denunciar as violações de direitos sofridas pela população da Baixada Fluminense. As edições de *A Folha*

¹⁰ “A tendência de os centros [de documentação] optarem por uma área específica de atuação fez com que docentes oriundos dos programas de pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), situada no Instituto Multidisciplinar, campus Nova Iguaçu, criassem o Centro de Documentação e Imagem (Cedim), em junho 2013, com o objetivo de obter acervos sobre a história da Baixada Fluminense e se tornar um depósito digital de documentos de origem única.” SALES, Jean Rodrigues; ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM: entre a pesquisa, o ensino e a divulgação científica. In: ROCHA, André Santos da; SALES, Jean Rodrigues; AMARO, Tania; SIMÕES, Manoel Ricardo (org.). **CULTURA, POLÍTICA E TERRITÓRIO CONTEMPORÂNEO NA BAIXADA FLUMINENSE**. Duque de Caxias: Asamih, 2022. p. 117-132. Disponível em: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/5613>. Acesso em: 03 jun. 2023.

passarão pelo mesmo processo, com o intuito de identificar sua linha de ação, pois foi um importante canal de comunicação com os membros desta diocese. Por se tratar de um material relevante, serão reproduzidas, caso haja relevância, imagens de edições de *A Folha* e do BD, assim como fotografias dos atentados às igrejas da Diocese de Nova Iguaçu, principalmente as relativas à profanação do Sacrário.

Todas as fontes citadas anteriormente merecem o devido cuidado de análise. Em relação à imprensa, é preciso salientar que quanto à sua utilização como fonte, Alves aponta que:

o estudo da imprensa vem se constituindo num dos elementos fundamentais para o empreendimento da reconstrução histórica, que, por seu intermédio, pode se aproximar das práticas políticas, econômicas, sociais e mesmo das correntes ideológicas dos diversos setores de uma determinada sociedade, em acompanhamento sequencial e dinâmico¹¹.

Complementando a citação anterior, Sosa afirma que “o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico”¹². Em face destas e de outras considerações, os textos jornalísticos utilizados nesta pesquisa serão analisados com o cuidado de se observar a conjuntura de sua produção.

Em relação aos documentos da repressão, o sistema repressivo brasileiro produziu farta documentação no período da Ditadura Militar. Diversos órgãos faziam parte do SNI e todos eles tinham sua rotina de produção e tramitação de documentos. Com a lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso a Informações¹³, esta documentação pôde ser acessada pelo público. É claro, porém, que o uso destas fontes por historiadores necessita dos devidos cuidados. Um autor que aponta para este fato é Dias que em um de seus artigos objetiva “analisar aspectos metodológicos enfrentados pelo historiador na utilização da documentação produzida pela ditadura militar brasileira relativa aos agrupamentos de esquerda que pretendiam promover a luta revolucionária”, buscando compreender como o regime

¹¹ ALVES, Francisco das Neves *apud* AGUIAR, Maria do Carmo Pinto; KRENISKI, Gislania Carla P. **O Jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991).** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-14. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigo_vagabundos-1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

¹² SOSA, Derocina Alves Campos *apud* LAPUENTE, Rafael Saraiva. **A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica.** Bilros, Fortaleza, v. 4, n. 6, p. 11-29, jan-jun. 2016. Disponível em: <<http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

¹³

repressivo teve a intenção de produzir uma verdade que legitimasse suas ações, mesmo que as mais enérgicas.¹⁴

Carlos Fico é outro autor que trata das questões relativas aos cuidados com o uso dessa documentação. Em artigo escrito em 2008, Fico menciona como a Ditadura Militar em nosso país foi, entre as ditaduras da América Latina, uma das que mais produziu documentos e que este acervo, graças a um arcabouço legal produzido entre o início dos anos 1990 e nas primeiras décadas do século XXI, encontra-se à disposição da consulta de quem se interessar “em diversos arquivos públicos do país.”¹⁵ Ele aponta que houve um processo de “depuração de papeis comprometedores antes da abertura dos arquivos: [e que] isso aconteceu, claramente, no caso dos fundos do Conselho de Segurança Nacional e do SNI.”¹⁶ Em outra parte de seu artigo, Fico pondera que “não se pode atribuir a tais papeis o poder de revelar a ‘verdade’ numa descabida revivescência do fetiche historicista pelo documento.”¹⁷ Há ainda a menção de que, para um trabalho de construção do conhecimento utilizando-se destes, é necessário que o historiador ou o arquivista dedique-se com a devida paciência para a execução do mesmo, pois há que se apontar que, sem dúvida, demandará a dedicação de tempo, pois estes profissionais precisam “afastar as leituras apressadas”.¹⁸

Sobre a limpeza efetuada nos arquivos da repressão, outro autor que aponta para esse limite às pesquisas é Green, que enfaticamente afirma que é sabido que as “forças de repressão limpam pelo menos uma parte da documentação”¹⁹, corroborando com a afirmação de Fico sobre a depuração dos documentos. O historiador teria, apesar da abertura dos arquivos, uma limitação a seu trabalho em face dessa seleção ou mesmo por conta, especula Green, de arquivos que continuam guardados pelas Forças Armadas.²⁰

O que fica explícito nas observações destes três autores é que o historiador precisa ter em mente que as fontes disponíveis nos arquivos da repressão contêm a visão dos órgãos de Estado sobre os fatos ocorridos. Logicamente há uma impressão parcial e, conseqüentemente, lacunar na produção do próprio documento, além da obliteração de outros. E é exatamente

¹⁴ DIAS, R. B. **A MÁSCARA CHINESA**: Notas sobre uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da ditadura militar. *Tempo e Argumento*, v. 2, n. 1, p. 153 – 175, jan./jul. 2010

¹⁵ FICO, C. A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do regime militar brasileiro. *Acervo*, [S. l.], v. 21, n. 2, 2011, p. 68. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/295>. Acesso em: 2 jun. 2023.

¹⁶ *Ibidem*, p. 69.

¹⁷ *Ibidem*, p. 76.

¹⁸ *Ibidem*, pp. 76-77.

¹⁹ GREEN, J. N. A Proteção da Privacidade com a Abertura Plena dos Arquivos. *Acervo*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 211, 2012. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/379>. Acesso em: 3 jun. 2023.

²⁰ *Ibidem*.

neste ponto que o pesquisador precisa estar atento para não tentar extrair da fonte algo que não está lá: a verdade, tal como aponta Carlos Fico. Cabe a este profissional interrogar suas fontes e conseguir das mesmas informações que o ajudarão na composição de sua pesquisa. É necessário entender que nada pode ser considerado definitivo em relação à História, pois novos documentos podem levar a novas interpretações dos mesmos fatos ou até mesmo historiadores, que trabalham sobre a mesma base documental, podem divergir em seu fazer historiográfico.

Apesar das dificuldades anteriormente mencionadas, o contato com as fontes selecionadas, especificamente as reportagens sobre o período e os arquivos dos órgãos de repressão, bem como a constatação de que aqueles personagens do clero de Nova Iguaçu demonstraram um nível de solidariedade para com o próximo que os fez, muitas vezes, abrirem mão de sua própria segurança, foram fatores importantes para o prosseguimento da pesquisa. Além disso, sem existir o risco de incorrer em anacronismo por se tratarem de movimentos distintos que contêm suas características próprias, não há como deixar de se relacionar a escolha à onda de ascensão do “conservadorismo” que está em voga há alguns anos em diversos países, inclusive no Brasil, nação onde o sentimento anticomunista está cada vez mais em evidência.²¹ Realizar esta pesquisa em um momento onde ideias que guardam um certo nível de semelhança com aquelas que estavam em voga na época do golpe civil-militar e da ditadura que se seguiu, permite trazer ao debate alguns dos personagens envolvidos nas lutas de resistência aos governos ditatoriais daquele período.

Composta por três capítulos, esta dissertação tem por objetivo demonstrar como as ações desenvolvidas pelos membros da Diocese de Nova Iguaçu em prol do povo que vivia sob sua jurisdição eram observadas pelos agentes do Estado, especialmente quando havia sacerdotes presentes nos eventos. Os órgãos de repressão, mesmo após o início da Nova República, emitiram diversos documentos sobre estas ações. Para esta pesquisa, alguns destes foram

²¹ Faz-se necessário compreender que o sentimento anticomunista no contexto da Guerra Fria, período no qual se insere os acontecimentos que esta pesquisa abrange, se difere daquilo que ocorre hoje na terceira década do século XXI. Dois anos após o término da Segunda Guerra Mundial, houve uma polarização entre dois modelos econômicos, o capitalismo e o comunismo. O primeiro era defendido por um bloco de países comandados pelos Estados Unidos da América e o segundo pela União Soviética (país que deixou de existir em dezembro de 1991, o que marcaria o fim da Guerra Fria). Estes dois países eram considerados superpotências globais e detinham a maior parte do arsenal nuclear do mundo. A disputa entre ambos ocasionava uma tensão permanente no mundo que se via assombrado pela possibilidade de uma possível guerra de dimensões catastróficas para a humanidade, em razão disso convencionou-se chamar este período histórico. Em face dessa disputa, os países capitalistas defendiam que o bloco comunista se pautava por um avesso à democracia e à liberdade dos cidadãos, em especial quanto à econômica e religiosa, e usaram de todo um arsenal cultural, inclusive do cinema, para construir a imagem de um inimigo cruel representado pelo comunismo e seus adeptos. Sobre o tema, ver: SAMWAYS, Daniel Trevisan. A “ameaça vermelha”: medo e paranoia anticomunista (artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/anticomunismo/>. Publicado em: 22 jan. 2018. Acesso: 15 abr. 2023.

selecionados, em especial aqueles que faziam menção às eleições de 1982, às questões da terra e do trabalho e à Constituição de 1988.

No primeiro capítulo, buscar-se-á traçar um histórico da Baixada Fluminense entre os anos de 1970 e 1980, analisando as questões relativas à região e que afetavam a sua população. Serão abordados alguns atos de movimentos sociais existentes naquele espaço, como também de que modo os integrantes da DNI participaram das lutas cotidianas de parte da população da BF. Questões políticas locais e relativas ao território também serão tratadas neste capítulo inicial, possibilitando uma análise mais aprofundada das condições de vida da sociedade local.

No capítulo seguinte, serão explicitadas alguns dos posicionamentos de Dom Adriano Hypólito em relação a ações dos governos militares, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, enquanto bispo de Nova Iguaçu. A diocese de Nova Iguaçu teve importante papel na resistência às atrocidades cometidas pelo regime militar vigente entre os anos de 1964 e 1985. Diversas pessoas participaram deste processo. Seu terceiro bispo, D. Adriano Hypólito, é uma das figuras de maior destaque entre o clero, dito progressista, no estado do Rio de Janeiro. Acusado de ser comunista, o bispo governou a diocese praticamente durante todo o período do governo militar, à exceção dos primeiros dois anos. Serão abordadas questões sobre os atentados contra a Diocese e seu Bispo. Em seguida, será apontado como o Estado atuou em relação às demandas locais por saúde, educação, combate à violência, entre outros, conforme descreveram alguns veículos da imprensa escrita, bem como a ação do bispo e dos membros da DNI nas lutas reivindicatórias da população local e pelos direitos humanos. Finalizando, será evidenciado o apoio e a atuação da Conferência Nacional do Bispo de Brasil-CNBB em relação à DNI.

O terceiro capítulo trará o apontamento e análise de documentos produzidos pelos órgãos da repressão sobre membros da Diocese disponíveis no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Serão demonstrados, nestes documentos, aspectos encontrados que vão desde a forma como os agentes do Estado vigiavam os membros do clero iguaçuano a como se referiam a estes, evidenciando que, em muitos momentos, o linguajar dos agentes da repressão se aproximava daquele usado pelos grupos de extrema-direita que perpetraram ataques à Igreja de Nova Iguaçu e ao seu bispo. Também será abordado o período do retorno democrático.

Naquele momento de vital importância histórica, o clero e os leigos da diocese continuaram a trabalhar junto à parte da população da Baixada Fluminense as questões relativas à sua importância na sociedade e, por meio de sua ativa participação - em especial na cobrança junto às autoridades municipais, estaduais e federais - e na busca por direitos e resolução de

problemas que atingiam seu território. Há que se referenciar também a abordagem realizada junto ao povo sobre questões relativas à elaboração da Constituição Federal e à importância da participação política da população com o objetivo de trazer melhorias para a região.

1. A BAIXADA FLUMINENSE NOS ANOS 1970 E 1980

Para se compreender os fatos passados com o clero católico apostólico romano a serviço da Igreja na Baixada Fluminense nos idos de 1970 e 1980 em relação ao aparato repressivo, faz-se necessário conhecer um pouco da história da região antes e durante este período. Por óbvio que o objetivo deste capítulo não é tratar em minúcias sobre estes episódios, mas demonstrar, dentro dos limites que esta pesquisa contém, como a BF e o clero da região foram atingidos por ações dos governos ditatoriais, e que parte dessas ações persistiram mesmo no início do período da redemocratização.

Por sua localização geográfica e a proximidade do município do Rio de Janeiro, os acontecimentos na Baixada Fluminense poderiam trazer reflexos para esta cidade tida como um cartão postal do país. Saliente-se que muitos dos trabalhadores da região tinham seus empregos na capital do Estado, portanto havia um fluxo de pessoas entre esses locais que possibilitava um contato contínuo das pessoas da BF com a população carioca. Esse fato aliado a outras questões, tal como a econômica e a importância estratégica da região na qual importantes indústrias como a Refinaria Duque de Caxias-REDUC e a Fábrica Nacional de Motores-FNM estavam instaladas ajudaram a se construir a ideia de que era necessário um olhar atento dos governos autoritários do período sobre o que acontecia naquela região. Tal conjuntura gerou intervenções em governos municipais, bem como outras ações contundentes, visando demonstrar que as autoridades federais estavam presentes na região e que atos contrários aos governos da Ditadura Militar não seriam tolerados. Conforme cita Sótenos:

na Baixada Fluminense, durante os primeiros anos após o golpe (sobretudo no governo de Castelo Branco, mas também no seguinte), as mudanças constantes na legislação, a presença militar cada vez mais maciça, relatos de contemporâneos ao golpe realçam como foram frequentes os deslocamentos de grande contingente militar da Vila Militar para a região.²²

Como se pode observar no trecho acima, a BF era considerada uma região que precisava ser colocada sob vigilância, mas para entender melhor a realidade local é fundamental conhecê-la e é a isto que este capítulo se dedica.

²² SÓTENOS, p. 72

1.1. Breve histórico da região

A Baixada Fluminense é uma região do estado do Rio de Janeiro cujos limites dependem do foco daqueles que a analisam ou são estabelecidos de acordo com interesses político-econômicos, conforme apontou José Claudio Alves²³. O autor analisa a Baixada a partir da questão da violência, e a limitou aos municípios de “Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados e Japeri”, pois Mesquita ainda não tinha sido emancipado de Nova Iguaçu. Esta dissertação acompanhará a territorialização proposta por este autor, pois os acontecimentos que ela aponta estavam circunscritos, praticamente, à mesma territorialidade. Conclui-se que o antigo município de Iguassu, fundado em 15 de janeiro de 1833²⁴ com vasto território, ocupava o que, de acordo com esta definição de Alves, pode ser chamado Baixada Fluminense.

Com o passar do tempo, Iguassu passa por algumas mudanças de sede e denominação e, em 1916, conforme lei estadual 1331/1919, o município passa a ser denominado Nova Iguaçu²⁵, de acordo com a grafia da época. Nesta época, a região era uma grande produtora de laranjas, sendo muito importante para a citricultura brasileira. Mas com o declínio desta cultura, as propriedades rurais passaram a ser loteadas, especialmente no período de 1930 a 1970, tornando a região o destino de milhares de brasileiros.

Outro aspecto a ser apontado é que, durante o século XX, o território do então município de Nova Iguaçu vai sendo desmembrado até alcançar os atuais 520,581 km². Até o ano de 1990, somente dois municípios tinham se emancipado do território iguaçuano: Duque de Caxias²⁶ e Nilópolis durante a década de 1940. Com estas primeiras emancipações, o município de Nova Iguaçu perdeu 521,928 km² de seu território original.

Uma nova leva de emancipações ocorreriam somente após a promulgação da Constituição de 1988. Os novos municípios surgidos a partir do território de Nova Iguaçu foram: Belford Roxo e Queimados, em 1990; Japeri, no ano seguinte, e Mesquita em 1999. Cada uma dessas emancipações se deu por meio da participação dos moradores e das forças políticas locais que viam a possibilidade de um olhar das autoridades estaduais mais atento às

²³ ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: Uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Ed. Sepe/APPH-Clio, 2003.

²⁴ NOVA IGUAÇU. **A Cidade**. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/cidade/> Acesso em: 22 mai. 2022

²⁵ Com o intuito de facilitar a leitura deste trabalho, optou-se por, a partir da próxima citação ao município, grafar seu nome com o ç. Doravante o mesmo será citado com o nome de Nova Iguaçu.

²⁶ São João de Meriti, apesar de ter sido parte do município de Nova Iguaçu até 1943, emancipou-se de Duque de Caxias em 1947.

suas demandas a partir da obtenção do novo *status*. Para tornar mais visíveis tais mudanças, valho-me dos mapas²⁷ a seguir:

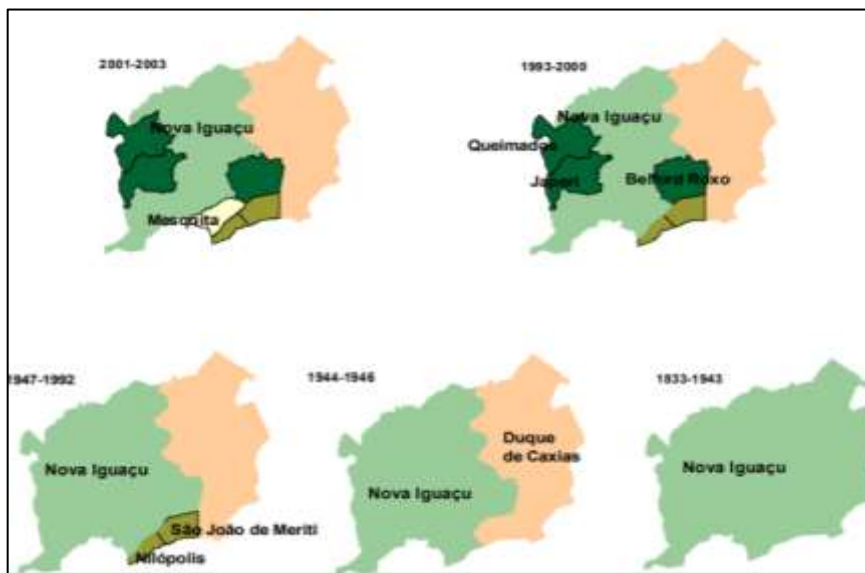


Figura 1-Emancipações: das mais recentes ao município originário de Iguassú

Fonte: MENEZES, P. M. L. et al. **A EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COMPROVAÇÃO ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA.**

Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Braga, Portugal. 2015.

Como se pode verificar nos mapas acima, o primeiro desmembramento do território de Nova Iguaçu ocorreu com a criação do município de Duque de Caxias por meio do decreto-lei nº 1.055 de 31 de dezembro de 1943. Sua instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1944. O território do novo município totalizava 502,535 km².

Sobre o processo emancipatório caxiense, Braz e Almeida informam que durante as décadas de 1930 e 1940 o então distrito iguaçuano de Duque de Caxias, em face de diversas transformações ocorridas, viu afluir para o seu território “comerciantes, donos de casas imobiliárias, hotéis e profissionais liberais (médicos, advogados e outros)” que passam a questionar o tratamento desigual recebido pelo distrito em relação ao distrito sede de Nova Iguaçu. Percebendo a movimentação destes novos atores, antigas famílias proprietárias somaram-se a eles com o intuito de alcançar a autonomia administrativa do distrito. Os autores apontam, ainda, que a União Popular Caxiense-UPC, fundada em 1933, que deu origem à Associação Comercial de Caxias em 1937, organizou, em 1940, uma Comissão Pró-

²⁷ MENEZES, P. M. L. et al. **A EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COMPROVAÇÃO ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA.** Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Braga, Portugal. 2015. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14327.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2023.

emancipação. Esta Comissão elaborou um manifesto que, ao ser recebido por autoridades estaduais, causou uma reação inesperada por seus autores, inclusive levando alguns à prisão para pouco depois serem libertados. Naquele momento, o governo do Estado Novo não estava aberto a propostas autonomistas, mas, ainda assim, no último dia do ano de 1943, decretou a criação do município determinando que este fosse governado por interventores oriundos de Niterói, capital do estado do Rio de Janeiro²⁸.

As emancipações na Baixada Fluminense que se seguiram foram as de São João de Meriti, município emancipado de Duque de Caxias, com área de 35,216 km², e de Nilópolis, emancipado de Nova Iguaçu, com área de 19,393 km². Ambos foram criados conforme o artigo 6º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias promulgado junto com a Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 20 de junho de 1947²⁹, sendo instalados, respectivamente, em 22/08/1947 e 21/08/1947, de acordo com a Lei Estadual nº 6 de 11 de agosto de 1947³⁰. Com estas emancipações, Nova Iguaçu passou a ter uma área de 798,359 km² e Duque de Caxias, 467,319 km².

Vale ressaltar que a Baixada Fluminense possuía muitas carências e estas se agravavam com o crescimento demográfico registrado a partir dos anos de 1940/1950. O adensamento populacional verificado neste período, conforme demonstram Albuquerque em seu artigo³¹ e Oliveira em sua dissertação³², agrava a situação da população da região onde já havia a carência de direitos básicos, tais como: água, escola, saúde, transporte e segurança.

O município de Nova Iguaçu recebeu, entre as décadas de 1940 e 1950, um grande contingente de migrantes vindos, principalmente, da região Nordeste, que fugiam da situação de penúria pela qual passavam em virtude da falta de oportunidades e das constantes secas em seus estados de origem. Nova Iguaçu era uma cidade rural, até então, com diversas

²⁸ BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a História da Cidade**. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010. p. 63-65

²⁹ RIO DE JANEIRO (Estado). Constituição Estadual de 20 de junho de 1947. **Constituição do Estado do Rio de Janeiro e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Niterói, RJ, 20 jun. 1947. Disponível em: <http://www2.alerj.rj.gov.br/biblioteca/assets/documentos/pdf/constituicoes/rio_de_janeiro/constituicao_1947/Constituicao_1947.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

³⁰ Ver <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-de-meriti/historico> e também <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nilopolis/historico>. Acesso em: 22 fev. 2022

³¹ ALBUQUERQUE, Enderson. **O ADENSAMENTO POPULACIONAL DA BAIXADA FLUMINENSE A PARTIR DOS LOTEAMENTOS**: a construção de uma periferia. GeoPUC, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 143-167, jan.-jul. 2020. Disponível em: <<http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/v13n24a7%20%-20Albuquerque,%20E.pdf>> Acesso em: 28 fev. 2023.

³² RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo**. 2006. 127 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/42/teses/642909.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

propriedades que se dedicavam à produção de laranjas. Mas o declínio desta, principalmente em razão da perda do mercado europeu em face da II Guerra Mundial, faz com que os proprietários rurais passem a vender suas terras por meio do loteamento delas. Além deste fato, algumas fábricas começaram a surgir na região e as oportunidades de trabalho criadas atraíram muitas pessoas.

Braz e Almeida em seu livro sobre a história do município de Duque de Caxias demonstram como as primeiras décadas do século XX foram importantes para o crescimento populacional da Baixada Fluminense. Eles indicam também quais fatores contribuíram para tal movimento, conforme a seguinte afirmação:

A fuga migratória e a expansão da malha ferroviária foram muito importantes para a constituição da nova realidade e para a recuperação demográfica da Baixada Fluminense. No entanto, um terceiro fator, mostrou-se decisivo para que esse assentamento populacional pudesse se concretizar: o saneamento das terras insalubres da região que foi tomando corpo a partir das primeiras décadas do século XX, particularmente, nos anos 30, com as obras empreendidas pelo governo Vargas³³.

A Baixada Fluminense fazia parte do antigo estado do Rio de Janeiro que tinha como capital a cidade de Niterói, enquanto a cidade do Rio de Janeiro, apesar da proximidade geográfica, era até 1960 o Distrito Federal, capital do Brasil. Com a transferência da capital para Brasília durante o governo de Juscelino Kubitschek, o município do Rio de Janeiro passa a ser o território do estado da Guanabara, que existirá até 1975, período no qual haverá a fusão entre os dois estados sob o nome de estado do Rio de Janeiro, ficando o município do Rio de Janeiro como a capital do novo estado.

Na década de 1960, o fluxo migratório para a Baixada Fluminense continua intenso com os “nordestinos, mineiros e lavradores do norte do estado do Rio de Janeiro³⁴”. Esse aumento da população local é tido como um dos fatores que contribuirá para o incremento de diversos problemas sociais. Devido a esse fato, parte dela se revoltará em razão de suas condições de vida e do descaso das autoridades, promovendo distúrbios, tais como a depredação de trens e saques em supermercados. Reportagem do jornal *O Globo* de 07 de julho de 1962 traz informações sobre o ocorrido dois dias antes, elencando números bastante significativos, tal como o de estabelecimentos atingidos: 289, com três bilhões de cruzeiros de prejuízo. Além

³³ BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a História da Cidade**. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010. 124p.

³⁴ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **O Povo de Deus Assume a Caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 51.

desses dados, o número de mortos na região da BF chegou a onze e com aproximadamente mil feridos³⁵, considerando aqui os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis e S. João de Meriti, que até os anos 1940 compunham o antigo município de Nova Iguaçu. Tais distúrbios colaboram para reforçar no imaginário de parte da população brasileira que a violência marca a história da região, tornando-a conhecida nacionalmente por essa situação. Evidentemente que as notícias veiculadas na imprensa colaboram para isso³⁶.

Sobre os distúrbios de julho de 1962, Menezes e Torres traçam em seu livro “Sonegação Fome Saque” um retrato dos acontecimentos daquele dia. Relatam que no município de Duque de Caxias, desde aquela madrugada, começou a onda de saques que se estenderia por outros municípios. Os autores expõem que o movimento estava diretamente ligado ao contexto econômico vivido no país, naquele momento, e se voltava contra a carestia dos itens básicos de alimentação. Fato que é demonstrado pelo relato descrito no livro de um abaixo-assinado feito em São João de Meriti, alguns dias antes, e que tinha como razão central os preços elevados dos alimentos que foram divulgados durante um comício realizado na Praça da Matriz, na mesma cidade, em 1ª de julho de 1965. No dia 5 do mesmo mês, a greve geral deflagrada pelo Comando Geral de Trabalhadores (CGT) em todo país impactaria diretamente nos transportes públicos, envolvendo, inclusive, o sistema ferroviário, meio de transporte essencial para os trabalhadores da BF. Percebendo-se o ânimo exaltado da multidão que se reuniu ainda durante a madrugada daquele dia, por volta das quatro horas e trinta minutos, na Praça do Pacificador em Duque de Caxias, ocorreu uma tentativa de sindicalistas de debelar o movimento, mas não houve sucesso na empreitada, ocorrendo, inclusive, reações violentas contra, ao menos, um dos líderes sindicais³⁷.

1.2. Os anos de 1970 e 1980: A Baixada Fluminense em foco

A manchete “Polícia Civil transfere o gabinete para a Baixada³⁸”, que ilustrava a página 11 do jornal *O Globo* em 02 de junho de 1976, exemplifica o que Alves coloca como sendo parte do grande destaque que a BF recebeu nos meios de comunicação por causa da violência.

³⁵ SAQUEADOS 289 estabelecimentos, mais de 3 bilhões de prejuízo, onze mortos e quase mil feridos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 07 jul. 1962, p. 2.

³⁶ ALVES, op. cit. p. 25.

³⁷ TORRES, Rogério; MENEZES, Newton. **Sonegação Fome Saque**. Duque de Caxias: Consórcio de Administração de Edições, 1987.

³⁸ POLÍCIA Civil transfere o gabinete para a Baixada. *O Globo*. Rio de Janeiro, 02 jun. 1976, p. 11.

A este problema juntavam-se outras questões relacionadas à água, ao saneamento, ao desemprego, à política, à falta de serviços de educação e saúde.

Em relação à política, para se compreender os acontecimentos das décadas de 1970 e 1980, há que se mencionar que alguns municípios da BF, conforme expõe Alves, sofreram com intervenções em seu Executivo por parte do governo ditatorial. Para exemplificar, pode-se mencionar o município de Duque de Caxias que, conforme a Lei 5.449 de 04 de junho de 1968, foi colocado como sendo área de interesse da Segurança Nacional.

Outro município a sentir os efeitos da Ditadura Militar foi Nova Iguaçu, em especial no período de 1964-1975, no qual a instabilidade política pode ser vista na rotatividade de prefeitos durante estes anos. Allofs Daniel Batista retrata, em sua dissertação de mestrado, esta realidade. Naquele período, a cidade mudou de comando onze vezes, sendo que somente dois deles, Ary Schiavo, em 1966 e Joaquim de Freitas, em 1972, foram eleitos para tal cargo. Os demais foram vice-prefeitos (três vezes), presidentes da Câmara (três) e interventores (duas) que assumiram a prefeitura³⁹.

Abner Francisco Sótenos também trata da rotatividade de prefeitos, mas em um lapso temporal inferior ao explorado por Batista. Este autor cita que no período de 1964 a 1968, o município trocou de comando por nove vezes, destacando a queda por impeachment de Ary Schiavo, em 1967, o que, segundo ele, abriu caminho para a insegurança política em nível municipal⁴⁰. Essa instabilidade acabava por gerar descon continuidades nas ações voltadas para a população local. A capacidade de criação e manutenção de políticas públicas acabava por contribuir para as dificuldades enfrentadas por parte dos moradores locais.

A imprensa reverberava as mazelas locais. Em reportagem de 1970 sobre a questão da água e saneamento, o jornal *O Globo* aponta este problema crônico da BF. A matéria tem como título “Nova Iguaçu, cidade grande humilhada pelo drama da água” e em seu *lead*⁴¹ já expõem que se trata de um município com mais de novecentos mil habitantes, tendo cerca de 173 mil eleitores, e em torno de 1.200 indústrias em seus 764 quilômetros quadrados à época. É enfatizado que, com o grande número de indústrias que se instalara em seu território, Nova

³⁹ BATISTA, Allofs Daniel. **Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçuano nas páginas do correio da lavoura (1964-1975)**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_allofs-batista. Acesso em: 25 mai. 2022.

⁴⁰ SÓTENOS, Abner Francisco. **O Movimento Amigos de Bairro (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982)**. Dissertação (Mestrado) Curso de História Social, UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro. 2013.

⁴¹ Lead (lide) é a parte inicial do texto jornalístico. Ela contém as informações essenciais presentes na reportagem.

Iguaçu deixava de ser dormitório da Guanabara, pois, naquele momento, absorvia 70% da mão-de-obra local. Apesar de todo esse aparente crescimento econômico, o município sofria com a falta de água, sendo que parte da população era atendida por carros-pipa com preços elevados. Outro problema destacado é a falta de atendimento médico-hospitalar. A reportagem demonstra ainda que havia um projeto para a construção da Rio-Light⁴², via que ligaria o então distrito de Queimados à Av. Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, o que beneficiaria a parte da região da BF, mas que ele não saía do papel em face dos altos custos de execução envolvidos⁴³.

Monteiro afirma que “uma ocupação rápida, desassistida e completamente realizada por indivíduos originários de regiões muito pobres do Brasil fez da BF um terreno tão fluido que homens e mulheres dali, quando olhados de perto, transformam-se em construtores de uma realidade social muito particular”⁴⁴. Concordando com a afirmação deste autor, destaco que parte do próprio povo baixadense acabou por se articular em grupos que buscavam melhorias coletivas, o que será melhor analisado na terceira parte deste capítulo, e em diversas ações, tais como mutirões para a construção de moradias.

O *Jornal do Brasil* fez uma série de reportagens, no início de 1975, que enfatizou os principais problemas da BF. Era uma época de uma forte discussão sobre os prós e os contras da fusão dos estados do Rio de Janeiro e o da Guanabara que se efetivaria em março daquele ano. O enorme contingente de leitores cariocas do *JB* poderia, assim, conhecer melhor a realidade de uma região tão próxima geograficamente, mas tão distante no imaginário de parte da população carioca.

Foram três os repórteres do *JB* que assinaram, em conjunto, as reportagens da série: Jayce André, Paulo César de Araújo e Tarcísio Baltar. Os jornalistas, durante sessenta dias, acompanharam o dia a dia da população da BF para poder formular suas matérias. A primeira delas, publicada no dia 23 de fevereiro de 1975, tinha como título “A Baixada Carioca” e trazia como principal assunto a questão da precariedade do saneamento básico na região e as consequências para a saúde de parte da população local. No dia seguinte, o assunto foi a saúde; após isso, a cada dia um novo tema era explorado pelos jornalistas e assim se seguiu até 4 de março de 1975, quando publicaram “Loteamentos sem plano criam favelas na Baixada”, onde

⁴² Em 1998, o então governador Marcello Alencar concluiu a construção do primeiro trecho do que ficou conhecido como Via Light ou RJ-081. O nome oficial da via desde 2011 é Rodovia Carlinhos da Tinguá, mas ela continua sendo conhecida popularmente como Via Light.

⁴³ NOVA Iguaçu, cidade grande, humilhada pelo drama da água. **O Globo**. Rio de Janeiro. 03 jul. 1970. p. 12.

⁴⁴ MONTEIRO, Linderval Augusto. **Retratos em movimento: Vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007. 298 f. Tese (doutorado) – UFRJ / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / Programa de Pós-graduação em História Social, 2007. p. 258.

expunham o problema da favelização na região. Além deste tema, foi apontado também como os problemas no transporte, em especial o ferroviário, prejudicavam a rotina dos moradores da BF.

Apesar do papel da imprensa ser levar a informação até seus leitores, Silva critica a forma como a BF era apresentada, especialmente no que tange à questão da violência, apontando o seguinte:

A imprensa, em tempos de sociedade do espetáculo, se apropria dessa associação Baixada = Violência em meio à inexistência de um poder legal organizado, situação que se agrava durante a ditadura. Por mais que haja resistência, a representação está formada. Por mais que componha em igualdade o espaço metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, permanece marginalizada, estereotipada, inferiorizada. Periferia na mais deteriorante significação que a palavra poderia ter⁴⁵.

É possível perceber, entretanto, que as análises de Alves, Batista, Sótenos convergem com o noticiário da imprensa que expõe os diversos problemas da BF. Nota-se que estes problemas ocorrem em uma região com uma instabilidade política patente, como demonstram, em especial, as dissertações dos últimos dois autores citados. Obviamente que muitas dessas mazelas tenham uma origem temporal anterior aos governos ditatoriais, mas é razoável perceber-se que tal período não representou, necessariamente, um ganho para a região, especialmente quando o tema é a violência. Não é de se estranhar que, com tamanha instabilidade política, a população local convivesse com diversos problemas causados, em grande parte, pela falta de planejamento das autoridades. Observa-se que as mudanças abruptas de comando de municípios, como o de Nova Iguaçu, trouxeram diversas consequências negativas para a sua população. Uma das mudanças mais significativas impostas pela Ditadura Militar e que atingiria também a BF foi a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara.

Em 15 de março de 1975, acontece, oficialmente, a implantação da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, de acordo com o artigo 8º da Lei Complementar-LC nº 20 de 1º de julho de 1974⁴⁶. Tal LC foi sancionada pelo presidente-ditador Ernesto Geisel, um dos

⁴⁵ SILVA, Lidianne Gonçalves Gama. **HÁ MEMÓRIA POLÍTICA NA BAIXADA FLUMINENSE? MEMÓRIAS DE UM TERRITÓRIO EM DISPUTA POR UM PRESENTE**. Polêm!Ca, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 80-103, 31 dez. 2018. Trimestral. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/polemica.2018.45080>. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/45080/30639>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

⁴⁶ BRASIL. **Lei Complementar número 20**, de 1º de julho de 1974. Dispõe sobre a criação de Estados e Territórios. Presidência da República. Diário Oficial da União, de 1 de julho de 1974. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp20.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%2020%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20JULHO%20DE%201974&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de%20Estados%20e%20Territ%C3%B3rios.&text=Art.,3%C2%BA%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20federal\).](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp20.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%2020%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20JULHO%20DE%201974&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de%20Estados%20e%20Territ%C3%B3rios.&text=Art.,3%C2%BA%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20federal).>)> Acesso em: 22 mar. 2023

entusiastas da criação da nova unidade federativa. Os defensores da fusão, que já havia sido aventada no início da década de 1960, argumentavam que a junção dos antigos estados em um só traria benefícios para ambos.

Evangelista aponta que um dos argumentos daqueles que defendiam a reunião dos dois estados era o econômico. Tal visão previa que a fusão traria em seu bojo a otimização do desenvolvimento regional. Por exemplo, devido à sua proximidade com a capital do novo estado do Rio de Janeiro, ou seja, o município do Rio de Janeiro, polo econômico por excelência, a região da Baixada Fluminense, carente em infraestrutura, se beneficiaria da ausência de “impedimento político-administrativo da transferência de recursos” que havia quando faziam parte de estados distintos⁴⁷. Outro argumento indicava que a questão mais importante para o governo ditatorial era minorar o foco de oposição ao regime representado pelo Estado da Guanabara, cujo governador, Chagas Freitas, fora eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro-MDB, partido rival da governista Aliança Renovadora Nacional-ARENA. Era a oportunidade para “juntar o conservadorismo fluminense (cujos políticos estariam mais identificados com os interesses do governo militar) e a ‘vanguarda’ carioca”⁴⁸. Apesar dessas argumentações, o que se verificou é que a região da BF e sua população atravessariam as décadas de 1970 e 1980 enfrentando os mesmos problemas anteriores à fusão.

Corroborando com a observação do parágrafo anterior, a edição do *JB*, de 13 de fevereiro de 1976, trazia a notícia que um plano de atendimento que o Instituto Nacional de Previdência Social-INPS planejara para o atendimento da população da Baixada Fluminense estava atrasado em dez meses e o principal motivo para tal seria a falta de assinatura de convênios entre o INPS e as prefeituras de Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti.⁴⁹ Outra reportagem, do mesmo dia, afirmou que a Companhia de Transportes Coletivos (CTC) pretendia colocar em circulação uma linha de ônibus que ligaria a cidade de Duque de Caxias a São Conrado. A intenção da CTC era melhorar a locomoção para os trabalhadores oriundos da BF que trabalhavam na construção civil na região da Barra da Tijuca e São Conrado.⁵⁰ Percebe-se que próximo de se completar um ano da fusão, os moradores da BF ainda sofriam com os problemas crônicos da região.

⁴⁷ EVANGELISTA, Hélio de Araújo. **A fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 1998. p. 9.

⁴⁸ Ibidem, p. 9s.

⁴⁹ CONVÊNIOS entre o INPS, o Estado e o Município vão equiparar salário de médico. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 13 fev. 1976. p. 5

⁵⁰ CTC pretende operar até o fim do ano linha direta de Caxias à Barra da Tijuca. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 13 fev. 1976. p. 5

Quanto à questão da violência, no ano seguinte, uma nova reportagem do *JB* informa que devido à chegada à região de novos delegados e policiais vindos da capital e, em razão das ações destes, os grupos conhecidos como “esquadrões da morte”⁵¹ voltaram a agir na BF com o intuito de desacreditar o trabalho dos novos delegados das delegacias de Belford Roxo, Nova Iguaçu e São João de Meriti. O texto traz a informação de que esses grupos voltaram a sua atividade assim que os policiais civis, em fevereiro de 1977, deixaram de ser responsáveis pelo patrulhamento das ruas, passando a tarefa aos policiais militares. Em curto espaço de tempo, corpos atingidos por balas começaram a surgir em bairros atendidos por uma dessas unidades policiais.⁵² Aproveito para citar Alves que afirma que as notícias na imprensa da capital ajudavam a formar, na população carioca, uma imagem negativa da BF, tendo em vista que “[...]para os cariocas, além do medo dos favelados descerem os morros, havia também o medo da Baixada sitiar a cidade maravilhosa.”⁵³

Na imprensa carioca, as notícias sobre a BF se avolumam. A região aparece em reportagens sobre diversos temas, mas a questão da violência é o principal deles, sendo tratado em muitas de seus textos. Como exemplo, cito a matéria de 08 de fevereiro de 1980, sexta-feira: as informações contidas na reportagem versavam sobre as investigações das mortes de sete rapazes cujos corpos tinham sido encontrados no início daquela semana em Nova Iguaçu, sendo 3, na segunda, e 4, na terça. Os delegados responsáveis pelos casos disseram para a(o) jornalista que estes seriam de difícil resolução. Um dos delegados, o da Delegacia de Nova Iguaçu, disse acreditar que não se tratava de um crime de “grupo de matança”.

Mais uma vez, a imagem de área violenta da BF era propagada por meio dos jornais em razão de crimes violentos ocorridos na região. Alves, ao discorrer sobre as fontes utilizadas na construção de sua pesquisa e consequente livro, fazendo observações sobre a imprensa e seus limites, aponta que:

Apesar de seus limites, a utilização da imprensa possibilita, sobretudo em determinados períodos conjunturais e na ausência de qualquer outra fonte, a percepção de contradições nos aparelhos oficiais de polícia, nos discursos das autoridades e na execução de políticas de segurança. Em vários momentos,

⁵¹ Os “Esquadrões da Morte” eram grupos de formados, em sua maioria, por policiais civis e militares, bem como por bombeiros e mesmo civis, que praticavam assassinatos de pessoas consideradas “marginais” sem o devido julgamento. Eram a lei, o juiz e os executores da pena. Consideravam-se “justiceiros”. Tiveram forte atuação na década de 1970 e 1980 na Baixada Fluminense e em outras regiões do Brasil. Apesar da intenção de “acabar com a bandidagem”, estes grupos somente perpetraram mais violência em um contexto já altamente violento, executando qualquer um que eles tivessem a convicção de que era um “marginal”. Ver ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Ed. Sepe/APPH-Clio, 2003. p. 153.

⁵² ESQUADRÃO volta à Baixada contra delegados que acabam com “indústria das petições”. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 30 mar. 1977. p. 24.

⁵³ ALVES, *op. cit.*, p. 141.

percebe-se, sem nenhuma ingenuidade quanto sua lógica política e organizacional, que a imprensa registra a realidade social, permitindo que o acontecimento jornalístico vá além do seu objetivo institucional e permita a veiculação de informações que nunca foram comunicadas por nenhum outro órgão.⁵⁴

Para além das observações sobre as fontes jornalísticas, Alves também descreve, em pormenores, a relação existente entre grupos políticos locais e os chamados “esquadrões da morte”, inclusive com membros deste concorrendo em eleições e alguns sendo eleitos para os mais diversos cargos no âmbito municipal e estadual. O autor chega a elencar alguns nomes que se beneficiaram dessa proximidade.⁵⁵

Sobre a imprensa, é preciso citar que notícias positivas sobre a BF também estampavam suas páginas. É o caso da edição de *O Globo*, de 28 de outubro de 1984, na qual era noticiado que um programa do governo do estado do Rio de Janeiro contratou assistentes sociais para trabalharem junto a policiais questões relativas aos direitos humanos. Os profissionais contratados trabalhariam em 13 delegacias policiais, entre estas a 59ª DP em Duque de Caxias, 54ª DP localizada em Belford Roxo, 52ª DP de Nova Iguaçu e 64ª DP em São João de Meriti. A reportagem cita que os policiais não viam os presos como sujeitos de direito, pois o meliante é diferente do cidadão. O objetivo é que os assistentes sociais conseguissem mudar esta visão.⁵⁶

Outra notícia de viés não violento foi veiculada pelo mesmo jornal em outubro de 1988. Naquela oportunidade estava sendo inaugurada, no Jardim Guandu P2, em Nova Iguaçu, a primeira unidade de saúde do Programa Especial de Saúde para a Baixada Fluminense que previa a construção de quatorze unidades: mais três em Nova Iguaçu, outras 3 em Nilópolis e o mesmo número em Duque de Caxias. Em São João de Meriti, assim como em Nova Iguaçu, seriam construídas outras quatro unidades. As unidades do programa seriam construídas em áreas onde os moradores conviviam com a carência de atendimento médico⁵⁷, um problema que, como foi possível verificar durante esta pesquisa, era crônico na região. Na próxima seção deste capítulo, serão analisadas as ações de movimentos sociais em busca da obtenção dos direitos básicos de cidadania que eram negados à boa parte dos habitantes da BF.

⁵⁴ ALVES, op. cit., p. 122.

⁵⁵ ALVES, op. cit., p. 161.

⁵⁶ NO novo dia a dia com policiais, o direito humano é o assunto mais frequente. **O Globo**. Rio de Janeiro. 28 out. 1984. P. 14

⁵⁷ NOVA Iguaçu ganha posto do programa especial de saúde. **O Globo**. Rio de Janeiro. 1º out. 1988. p. 11

1.3 – O povo vai à luta

Os movimentos surgidos na Baixada Fluminense que lutaram por melhorias nas condições de vida da população no período dos anos 1970 e 1980 foram diversos e neles atuaram pessoas ligadas à Igreja Católica, em especial, oriundas da DNI e da Diocese de Duque de Caxias, e militantes da Ala Vermelha e de outros movimentos de esquerda, conforme ressaltou Adriana Ribeiro⁵⁸. Nonato, concordando com Ribeiro afirma o seguinte:

A segunda metade da década de 1970 foi marcada não só pela retomada, mas também pela construção de novas estratégias de reivindicação e ascensão de novos personagens advindos das camadas populares da sociedade, em decorrência do surgimento, no cenário político nacional, de uma oposição enunciada pela esquerda que pressupunha a ideia de resistência ao regime ditatorial, e o seu protagonismo nas transformações sociais que se definia pelo viés da luta por justiça social. É neste momento que há uma aproximação entre alguns setores da Igreja Católica e movimentos de esquerda.⁵⁹

Um dos grupos que contou com esta junção de católicos e militantes de esquerda foi o Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (MAB). Em sua dissertação, Percival Tavares da Silva traça um retrato do movimento abordando o ressurgimento do mesmo no ano de 1974 e indicando que a maioria de suas lideranças, inicialmente, era advinda das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Este autor entende que a população da BF tem uma história de lutas populares, antes do golpe civil-militar de 1964, mas esta arrefece em razão de toda a repressão presente no contexto da Ditadura Militar. Ele considera que esta fase do movimento, a partir de 1974, “fundamenta-se também na história dessa mobilização popular; alguns de seus líderes participam ativamente dessas lutas pré-1964.”⁶⁰

Sótenos também estuda o movimento e concorda com a visão de Silva ao entender o MAB como “herdeiro de uma tradição de grupos de esquerda na região da Baixada Fluminense desde os anos de 1940”⁶¹, tendo iniciado sua trajetória a partir da distensão política

⁵⁸ RIBEIRO, Adriana Maria. **Todo comunista tem de ir aonde o povo está**. As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década de 1970. 2013. 154 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Mestrado em História, 2013.

⁵⁹ NONATO, Lúcia Maria de Oliveira. **A luta pela terra na Baixada Fluminense na década de 1980**: um estudo de caso sobre o Mutirão Campo Alegre. 2020. 116f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2020.

⁶⁰ SILVA, Percival Tavares da. **ORIGEM E TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO AMIGOS DE BAIRRO EM NOVA IGUAÇU (MAB) - 1974/1992**: (Relação vanguarda-base-massa: práxis política e educativa). 1993. 377 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1994. p. 27-39. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9018>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

⁶¹ SÓTENOS, op. cit., p. 94

do regime militar. Este autor, no entanto, acredita que, apesar de cronologicamente se apontar que o MAB tenha se formado em 1974, há indicativos que este tenha começado a atuar na segunda metade dos anos 1970 e que teve entre seus fundadores pessoas ligadas à Igreja Católica. Sótenos aponta que:

Sua origem tem a ver com as experiências desenvolvidas naquele cenário brasileiro característico de alguns municípios do Brasil, marcado pelo incremento de atividades ligadas às ações de intervenções no campo da saúde, assim como a retomada de algumas associações de moradores que tiveram durante muito tempo um caráter assistencialista, as quais, a partir da ressignificação de sentido de coletividade, de participação política e de comunidade, foram forjando o próprio caráter do movimento.⁶²

Já citada anteriormente, Adriana Maria Ribeiro também faz uma abordagem do MAB, apesar de ser um tema secundário em seu trabalho. Ela afirma que o noticiário local reverberava as reivindicações do movimento, principalmente as que se referiam à educação e à saúde. Ao abordar o papel da imprensa local na comunicação sobre as manifestações realizadas pelo MAB, Ribeiro destaca o seguinte episódio:

A cobertura do protesto organizado pelo MAB, em 15 de julho de 1979 em frente à sede da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, do qual participaram representantes de setenta bairros e cerca de três mil pessoas. O objetivo dessa manifestação, posteriormente denominada “Assembleia dos 3 mil”, era exigir das autoridades municipais a construção de creches e escolas e a ampliação do número de vagas na rede pública de ensino. Na ocasião, os manifestantes também reivindicaram investimentos em infraestrutura.⁶³

O MAB fortaleceu cada vez mais sua atuação e possibilitou que uma agenda de lutas da população de diversos locais da BF fosse vista e ouvida. É o que relata Sótenos ao comentar sobre a “Assembleia dos 3 mil”. Neste episódio, ocorrido em 1979, era evidente a necessidade que as pessoas tinham de falar. Elas queriam expressar sua angústia pelos problemas cotidianos e encontraram a oportunidade naquele ato. Era necessário que as autoridades municipais ouvissem o recado dado pelos manifestantes⁶⁴. Com o reforço de alguns políticos, conforme noticiou o *JB*, os presentes à assembleia reivindicaram “ao prefeito, rede geral de abastecimento de água, política de saúde, iluminação, área de lazer e transporte coletivo”⁶⁵.

Como se pode depreender das palavras dos autores que estudaram o MAB, o movimento buscava trabalhar junto à população a ideia de que se fazia necessária a manifestação de suas

⁶² *Ibidem*

⁶³ RIBEIRO, op. cit., p. 132

⁶⁴ SÓTENOS, op. cit., p. 113.

⁶⁵ MORADORES de Nova Iguaçu fazem pressão ao prefeito. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro. 16 jul. 1979.

necessidades para que se alcançassem resultados que trouxessem benefícios à população local. A busca por direitos básicos, como fornecimento de água, coleta de esgoto, melhoria na educação, saúde e no transporte público, além de alternativas de lazer para os habitantes locais serão a tônica das reivindicações do MAB.

Apesar das reivindicações serem motivos de convergência entre seus integrantes, conforme demonstra Silva, as disputas internas trouxeram repercussão, representando, em alguns momentos, um enfraquecimento do MAB, como aconteceu em 1981 com a eleição da direção do movimento com acusações de fraude contra a chapa vencedora. Em 1982, a unidade diretiva foi formalmente retomada, mas isso não representou, necessariamente, a redução de lutas internas que refletiram na saída de alguns diretores durante o mandato⁶⁶.

Sobre as questões relacionadas à eleição ocorrida em 1981, Sótenos comenta sobre a tensão existente:

Os pontos mais altos parecem ter ocorrido na ocasião da realização do II Congresso das Associações de Moradores de Nova Iguaçu, ocorrido em dezembro de 1981. Nesse evento, deveria ser eleita uma nova diretoria para o movimento que seria extinto no formato que existia anteriormente e transformado em federação com o nome de Federação das Associações de Moradores (FEMAB), o que acabou ocorrendo.⁶⁷

Silva demonstra como as eleições gerais de 1982, na qual a população brasileira pode escolher seus representantes em seis cargos eletivos (governador, prefeito, senador, deputado federal, deputado estadual e vereador), também tiveram influência no que pode compreender-se como um enfraquecimento reivindicatório momentâneo do MAB, em razão da forte participação de membros do movimento na campanha eleitoral. Com o resultado das eleições, o movimento se reposiciona e parte para o diálogo com os poderes municipais e do estado para alcançar sucesso em suas reivindicações.

Naquelas eleições, Leonel de Moura Brizola, do PDT, foi eleito governador com votação expressiva nos quatro municípios da BF. Quanto às prefeituras da região, Paulo Antônio Leone Neto se elegeu prefeito em Nova Iguaçu pelo PDT; Miguel Abraão David (PDS) em Nilópolis e Manoel Valência Opasso (PDT) em São João de Meriti. Duque de Caxias não teve eleições naquele ano para prefeito por ser área de interesse da Segurança Nacional e, por essa razão, o governo ditatorial de João Baptista Figueiredo nomeou Hydekél de Freitas Lima para o cargo. Como é possível observar, o PDT, partido de oposição ao regime militar, obteve importantes vitórias no estado e, segundo Silva, esta “[...] mudança do quadro político estadual

⁶⁶ SILVA, P. op. cit., p. 137-138.

⁶⁷ SÓTENOS, op. cit., p. 130.

e municipal, e, sobretudo, os contatos com a nova administração municipal colocam para o MAB o desafio do relacionamento do Movimento com o novo Governo [sic], de participar na elaboração do programa de governo”⁶⁸ pois “há anos o MAB vem reivindicando a participação popular na elaboração do plano de aplicação de verbas públicas.”⁶⁹

Aproveitando o exemplo de Nova Iguaçu, onde as diversas associações de bairro formaram o MAB, em Duque de Caxias e em São João de Meriti também foram organizados movimentos semelhantes: o Movimento União de Bairros (MUB) e a Associação de Bairros e Moradores (AMB)⁷⁰, respectivamente conforme aponta Pinheiro Junior. Sobre o MUB o autor faz a seguinte afirmação:

O crescimento do MUB, e das associações de uma forma mais ampla, acompanhou um paralelo desenvolvimento dos organismos pastorais da Igreja Católica, principalmente pela já mencionada ligação orgânica entre estes agrupamentos. De modo que se observa um importante salto de qualidade nessa relação pastoral-associações com a proximidade das eleições de 1982, que poderiam interferir diretamente na potência das reivindicações dos bairros. Afinal, a possibilidade de eleger alguma liderança egressa desses movimentos abriria um patamar superior de negociação com a esfera institucional, além de dar maior visibilidade à sua plataforma de reivindicações.⁷¹

Como se pode notar pelas palavras de Pinheiro Junior, existiu, naquele momento, uma forte ligação do MUB com políticos e com a Igreja, assim como se observava no MAB. Sobre isso, o autor aponta que “as associações, pelo próprio caráter dos problemas enfrentados, não tardaram em estabelecer contatos com as autoridades da sociedade política.”⁷²

É possível se compreender, de acordo com algumas das pesquisas utilizadas como bibliografia desta dissertação, que além de parte Igreja Católica e de alguns políticos, a participação de militantes de esquerda nas diversas lutas por direitos da população da BF é evidente. Ribeiro, ao estudar a Ala Vermelha, conclui que:

Como vimos, em meados dos anos 1970, a Ala Vermelha priorizou, entre suas frentes de trabalho político no Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense. Atraída pela ascensão dos movimentos de bairro e operário, a partir de 1977, a organização passou a deslocar seus quadros para a região. As inserções entre

⁶⁸ SILVA, P. op. cit, p. 144.

⁶⁹ *Ibidem*

⁷⁰ PINHEIRO JUNIOR, Jefte da Mata. **A FORMAÇÃO DO PT NA BAIXADA FLUMINENSE**: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História Social, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. 138. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_PINHEIRO_Junior_Jefte_da_Mata-S.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

⁷¹ *Ibidem*, p. 113.

⁷² *Ibidem*.

os trabalhadores e as camadas populares vieram com a autocrítica em relação à tática de luta armada, ainda no final dos anos 1960, que, entre outros aspectos, contribuiu para a redefinição das táticas políticas. Naquele contexto, estava em jogo a sobrevivência do grupo que, a exemplo de outras organizações comunistas, foi duramente atingida pela repressão, contabilizando baixas em seu efetivo, em função das prisões, mortes e exílios.⁷³

Tal entendimento é perceptível também em artigo de Andrade e Senra. Com foco nos movimentos de luta pela moradia e tendo como fonte primária o Jornal da Baixada, os autores traçam um histórico da situação da BF apontado como as ondas migratórias de décadas anteriores colaboraram para o crescimento da população da região e, como isso, trouxe questões que precisavam ser resolvidas para que as pessoas pudessem ter um local digno para sua moradia. Conforme afirmam:

No caso da Baixada Fluminense, em termos da oferta de moradia por parte do poder público, a principal agência oficial foi o Banco Nacional de Habitação (BNH). A construção de conjuntos habitacionais por parte do BNH se concentrou naquele que era então o maior e mais importante município da região: Nova Iguaçu. Ali havia sido ofertado para a população um total de 11 conjuntos habitacionais até o ano de 1979. Ocorre que devido à forma como os contratos de financiamento foram estabelecidos, tornou-se virtualmente impossível para os que firmaram tais contratos conseguir a quitação, e consequentemente a propriedade definitiva dos imóveis.⁷⁴

Em seguida, o BNH ordenou o despejo daqueles que não conseguiram honrar com o pagamento das prestações de suas unidades habitacionais. Essa dificuldade de pagamento de alguns moradores se dava em razão, principalmente, do índice de reajuste das parcelas que estava atrelado às taxas de inflação daquele período que, após o “milagre econômico”⁷⁵ que encontrou seu termo em 1973, teve um crescimento de importante impacto na economia nacional. Quanto à ação dos moradores dos conjuntos habitacionais atingidos por ordens de despejo, Andrade e Senra relatam que, já no final dos anos 1970, houve a mobilização destes para protestar contra os despejos. Havia uma grande insatisfação dos mutuários do BNH com as ações que o banco vinha implementando e, portanto, lutar de todas as formas possíveis era o

⁷³ RIBEIRO, op. cit. p. 140

⁷⁴ ANDRADE, F. A.; SENRA, A. de O. Imprensa alternativa e a luta pelo direito à moradia na Baixada Fluminense-RJ no alvorecer dos anos 1980. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 14, n. 36, p. e0301, 2022. DOI: 10.5965/2175180314362022e0301. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180314362022e0301>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

⁷⁵ O chamado “milagre econômico” ocorrido durante a Ditadura Militar se deu entre os anos 1968-1973. Durante este período a economia brasileira teve índices de crescimento expressivo, além do desenvolvimento da indústria nacional. Para maiores informações, ver: <https://www18.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>

que poderia ser feito. Como não havia possibilidade de negociação, cresceu o movimento dessas pessoas que se encontravam inadimplentes e viam o iminente risco de serem postas na rua. Corroborando com esta afirmação, a título de ilustração, segue a capa do JOB, do dia 15 de junho de 1979, com uma ilustração que traduzia a posição do BNH e dos mutuários na relação estabelecida.



Figura 2 - Capa do Jornal da Baixada nº 2 de 15/06/1979
Fonte: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/83>

Conforme afirmaram Senra e Andrade, a posição do JOB em apoio à causa dos mutuários do BNH é visível. Analisando as reportagens encontradas pelos autores e outros números do jornal que estão disponíveis no Centro de Documentação e Imagem-CEDIM/UFRRJ⁷⁶, é possível concordar com os autores do artigo devido à postura de contestação ao governo ditatorial, que naquele momento já não tinha mais o instrumento da censura, além da defesa das questões que afligiam ao povo e trabalhadores oprimidos. Como pode se observar na imagem acima, há uma associação do BNH com algo diabólico, e a própria manchete indica que o banco tem uma intenção oculta a ser posta em prática contra aqueles que adquiriram imóveis junto ao mesmo. Torna-se necessário enfatizar que o JOB era distribuído

⁷⁶ Sobre o acervo do Jornal da Baixada disponível no CEDIM/UFRRJ consultar o sítio: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/83>

em locais onde as ideias progressistas circulavam, inclusive em igrejas. Em Ribeiro é possível encontrar uma argumentação que corrobora com esta afirmação sobre o JOB.

“[...]observamos aspectos que nos permitem lê-lo como uma publicação de esquerda, como o fato de sua produção contar com a participação de militantes, que em conjunto com os profissionais da Comunicação, sem ligações com a Ala, compartilharam uma *cultura política de esquerda*, expressa nos posicionamentos de *resistência* à ditadura e de apoio aos movimentos sociais.[...]”⁷⁷

Assim como a luta pela moradia estampada nas páginas do JOB, existiam outras questões que uniam movimentos e pessoas em busca da melhoria de seu dia a dia, como aquelas que se referiam ao saneamento, à saúde, ao transporte, à educação, à segurança, ao lazer e ao trabalho. Uma reportagem de *O Globo*, do ano de 1988, demonstra tal união. Com a manchete “Baixada cobra promessas do Estado [sic]”, a matéria cita o encontro organizado pelo MAB, MUB, AMB e Federação de Associações de Moradores do Estado do Rio-Famerj para reivindicar, junto ao governo estadual, providências quanto ao saneamento básico na BF. Ao encontro compareceram autoridades estaduais como o vice-governador Francisco Amaral e o Secretário estadual de Desenvolvimento Urbano e Regional. Além destes, os prefeitos de Duque de Caxias e de São João de Meriti também se fizeram presentes. Depois de duas horas e meia de encontro, as associações “entregaram (...) aos representantes do Estado[sic] um documento reivindicando drenagem dos canais, urbanização das ruas, coleta e tratamento de esgoto e lixo, ampliação das frentes de trabalho em Caxias e Nova Iguaçu e obras de saneamento os vários rios da região.”⁷⁸

É possível analisar que seja durante a Ditadura Militar, especialmente em seu período de distensão, seja no início da redemocratização, as fontes e a bibliografia apontam como os movimentos sociais existentes na BF organizaram-se e uniram-se gradativamente em muitos momentos, em razão de sua pauta reivindicatória convergente, para cobrar dos governantes os direitos que deveriam ser garantidos a todo(a) e qualquer cidadão ou cidadã brasileira. A DNI também participaria ativamente deste processo atuando por diversas vezes em conjunto com os movimentos sociais.

⁷⁷ RIBEIRO, Adriana Maria. **Todo comunista tem de ir aonde o povo está**. As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década de 1970. 2013. 154 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Mestrado em História, 2013. p. 106-107

⁷⁸ BAIXADA cobra promessas do Estado. **O Globo**. Rio de Janeiro. 04. abr. 1988. p. 11.

2. A DIOCESE DE NOVA IGUAÇU E A DITADURA MILITAR

As próximas páginas se dedicarão a demonstrar parte da história da diocese, bem como fatos ocorridos durante a Ditadura Militar no território pertencente à mesma e/ou com seus sacerdotes.

2.1. Criação da Diocese de Nova Iguaçu e o governo de Dom Adriano Hypólito

No fim dos anos de 1950, D. Agnelo Rossi, então bispo de Barra do Pirai-Volta Redonda, presidiu uma comissão de estudo visando à criação de uma nova diocese na região da Baixada Fluminense. O estudo é encaminhado ao Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi, que visita o município de Nova Iguaçu e as igrejas da região em 1959, aprovando o projeto e encaminhando o mesmo para a sanção do Papa João XXIII⁷⁹.

Sendo formada por áreas antes pertencentes às Dioceses de Barra do Pirai-Volta Redonda e de Petrópolis⁸⁰, a Diocese de Nova Iguaçu foi criada em 26 de março de 1960 pelo Papa João XXIII por meio da bula papal *Quandoquidem Verbis*. Sob sua jurisdição foram colocados os municípios de Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, Itaguaí, Mangaratiba, Paracambi e o distrito de Conrado (que pertencia ao município de Vassouras). D. Walmor Bottú Wichrowski, gaúcho de Ijuí, e que até abril de 1960 fora o 1º bispo auxiliar da Diocese de Santos, foi nomeado pelo papa como o primeiro bispo da Diocese assumindo-a em 12 de junho de 1960⁸¹. Estabelecia, como sua “meta prioritária, a organização e estruturação da Diocese em sólida base administrativa e pastoral”.⁸² Em junho de 1961, D. Walmor foi transferido de Nova Iguaçu e, em seguida a sua saída, é nomeado para assumir o bispado, D. Honorato Piazero, catarinense de Jaraguá do Sul, que permanecerá, até o ano de 1966, no governo da Diocese. Ao assumir o comando diocesano, traz consigo 30 padres, sendo que a maioria destes “eram belgas ou italianos”.⁸³ Durante seu bispado, estabelece forte ligação com os mais necessitados e constrói diversas paróquias, além da criação do Departamento de Ensino Religioso de Nova Iguaçu (DERNI). Seu mandato coincide com a realização do Concílio

⁷⁹ GOMES, Alexander de Souza. **Religião-Política: A construção da memória de D. Adriano Hypólito**. Curitiba: Appris Editora. 2017.

⁸⁰ CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU. **Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão**. Rio de Janeiro, 2010.

⁸¹ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **O Povo de Deus Assume a Caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 51

⁸² CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU. **Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão**. Rio de Janeiro, 2010. p. 29.

⁸³ Idem, p. 31.

Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII falecido em 1963. Paulo VI assume o papado e conduz o Concílio até seu encerramento, no ano de 1965, sendo ele o responsável pela nomeação de D. Adriano Hypólito como o terceiro bispo da Diocese de Nova Iguaçu.

Adriano Mandarin Hypólito, nasceu em Aracajú, Sergipe, em 18 de janeiro de 1918 e teve sua vocação franciscana incentivada por sua mãe, sra. Izabel Mandarin Polito, tendo sido transferido aos 14 anos para estudar no Colégio Seráfico São Pedro Gonçalves em João Pessoa-PB. Tendo demonstrando, já naquele momento, uma grande inclinação para a escrita, foi um dos responsáveis por um jornalzinho pouco quisto pela direção do Colégio. Concluiu os estudos no Colégio Seráfico São Luís de Tolosa no Paraná, ouvindo falar pela primeira vez da Baixada Fluminense por meio dos padres do Colégio que realizaram trabalhos na região durante seus estágios com os franciscanos de Petrópolis.

Aos 23 anos, já como frei, professava seus votos de pobreza, castidade e obediência, sendo ordenado padre um ano depois em Salvador. Exerce posteriormente a função de professor de Português e Música no Colégio Seráfico de Santo Antonio em Ipuarana-PB.⁸⁴ Entre 1948 e 1955 permaneceu na Europa aprofundando os seus estudos e pode ver a destruição que foi causada pela Segunda Guerra em solo europeu. Voltou ao Brasil em junho de 1955 e retornou para o Colégio Seráfico de Ipuarana, onde, no ano seguinte, foi nomeado diretor de estudos, sendo esta uma das funções que exerceria. Permaneceu em Ipuarana até ser transferido para a Bahia, em 1961, onde exerceu algumas funções até ser nomeado pelo papa João XXIII em 1962, bispo-auxiliar de Salvador.

Ao ser nomeado bispo-auxiliar, D. Adriano Hypólito recebeu a chance de participar do Concílio Vaticano II que traria mudanças importantes para a Igreja Católica Apostólica Romana, tais como uma maior participação dos leigos, a celebração da missa em língua local, não mais em latim, e a “opção pelos que sofrem”, evidenciada pela colocação da “questão da justiça social e dos direitos humanos em primeiro plano”,⁸⁵ tornando a Igreja mais voltada para a realidade de seus fiéis. O primeiro bispo de Nova Iguaçu, Dom Walmor, também participou do Concílio, assim como a maioria dos bispos brasileiros de então. Apesar das importantes decisões tomadas durante o Concílio, muita coisa ainda precisaria ser feita nas dioceses para colocá-las em prática.

⁸⁴ CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU. **Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão.** Rio de Janeiro, 2010. p. 35s.

⁸⁵ GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: As visões da espionagem.** Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 37.

No mesmo período em que ocorriam as mudanças na Igreja Católica Apostólica Romana, o Brasil era sacudido por problemas políticos, econômicos e sociais. Toda essa tensão culminou no golpe civil-militar iniciado em 31 de março de 1964, e efetivado, ao menos como formalidade, com a derrubada de João Goulart e a posse de Ranieri Mazzilli como presidente da República em 2 de abril de 1964. Este movimento golpista contou com a simpatia de boa parte da hierarquia e do clero nacional, bem como de grande parte dos leigos que viram o mesmo como uma “Revolução” que barrava qualquer possibilidade da instalação do comunismo no país, fazendo com que os golpistas fossem vistos como heróis.

Como se pode constatar, consultando reportagens de anos imediatamente posteriores, por um bom período a Igreja Católica Apostólica Romana do Brasil continuaria com uma posição favorável ao regime militar⁸⁶, tanto é que o próprio D. Adriano Hypólito viria a celebrar como bispo-auxiliar de Salvador, a Missa em comemoração ao aniversário da Revolução em 31 de março de 1965⁸⁷, não sendo possível, no entanto, afirmar que o mesmo simpatizava com o movimento ocorrido no ano anterior ou se só cumpria com as obrigações que sua posição na Igreja impunha-lhe.

Apesar de a maior parte da hierarquia da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil e do laicato apoiar a tomada do poder pelos militares, ocorrida entre os dias 31 de março e 02 de abril de 1964, o que se verificaria, principalmente a partir da decretação do Ato Institucional nº 5 - AI-5 no ano de 1968 e do endurecimento da ação repressiva do governo contra aqueles que discordavam do mesmo, é que religiosos e leigos passariam a ser combativos críticos do regime. Silva afirma que:

o que contribuiu para a Igreja se afastar gradativamente do regime, que ajudou a legitimar, foram as prisões e as perseguições a esses militantes que irão ocorrer nos primeiros anos do golpe civil-militar (1964-1968), e passou a ter um posicionamento contrário ao regime após o Ato Institucional Número nº5 (AI-5), publicado em 13 de dezembro 1968.⁸⁸

⁸⁶ Período no qual vigorou no Brasil uma ditadura militar que, embora tenha de início arregimentado parcela importante da sociedade brasileira a seu favor, com o passar do tempo e o endurecimento das medidas repressivas, sobretudo após o ano de 1968, passa a sofrer críticas mais severas em relação à condução política do país, principalmente por organizações como a ABI, a OAB e de diversos membros do clero católico.

⁸⁷ PAÍS não se perdeu graças à Revolução, diz Virgílio. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 mar. 1965. 1º Caderno, p. 4.

⁸⁸ SILVA, Luiz Fernando Mangea da. A DITADURA CIVIL-MILITAR E A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL: uma abordagem do pensamento social católico. In: XVII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 2016, Nova Iguaçu. **Anais** [...]. Nova Iguaçu: Anpuh-Rj, 2016. p. 1-9. Disponível em: http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465940579_ARQUIVO_TextoAnpuh-RJ-2016.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023. p. 8.

Outro autor que aborda as questões relativas às relações entre a Igreja e o Estado é Renato Cancian que aponta como estas, apesar de afetadas pelas ações da Ditadura Militar, nunca foram rompidas. O autor afirma que:

No contexto de terror e violência repressiva, a Igreja Católica se converteu em uma influente força de contestação política ao regime ditatorial e conflitou abertamente com os governos militares em assuntos relacionados aos direitos humanos e promoção da justiça social. Apesar do conflito entre os governos militares e a instituição eclesiástica ter se tornado agudo em alguns momentos, não houve ruptura nas relações Igreja-Estado. Esse é o aspecto mais controverso das relações Igreja-Estado que tem suscitado interpretações apontando para a dubiedade e os limites da atuação da Igreja no contexto ditatorial.⁸⁹

Cancian sustenta que a heterogeneidade e complexidade organizacional da Igreja, além das mudanças que estavam ocorrendo na instituição naquele período, colaboram para o entendimento da reação de importantes setores da mesma ao endurecimento do regime ditatorial, em especial após o ano de 1968. Com o passar do tempo, a Igreja passaria a criticar as ações repressivas, principalmente em relação à prática da tortura. Muitos bispos e padres denunciaram no Brasil e ao mundo a realidade vivenciada no país. A Diocese de Nova Iguaçu, criada pouco tempo antes, vivenciaria fortemente este contexto.

Em 1966, o Papa Paulo VI nomeia D. Adriano Hypólito para ser o terceiro bispo de Nova Iguaçu. Em 6 de novembro, daquele ano, ele assume a Diocese, sendo acolhido de maneira bastante afetuosa pela população local.⁹⁰ O bispo encontrava-se com seus pensamentos repletos de ensinamentos e experiências adquiridos durante o Concílio Vaticano II e disposto a colocá-los em prática em seu trabalho pastoral. D. Adriano chega à Baixada Fluminense ciente dos desafios a serem enfrentados, pois já conhecia a história da região e já tinha um plano de trabalho traçado. Seu maior objetivo era trabalhar junto ao laicato as questões relativas à luta por seus direitos básicos, tendo como base os ensinamentos do Evangelho. Percebia que, ao mesmo tempo em que ensinava, também teria muito a aprender com a situação vivenciada pelos habitantes daquela região.

Começando o trabalho, um dos desafios a ser enfrentado está relacionado à procura de parte do povo de conforto espiritual em outros espaços, tendo em vista que “a densa concentração populacional e a pouca assistência religiosa [por parte da Igreja Católica]

⁸⁹ CANCIAN, R. Relações Igreja-Estado no Brasil no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos e enfoques analíticos. **Revista Angelus Novus**, [S. l.], p. 95-116, 2017. DOI: 10.11606/ran.v0i0.97317. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/97317>. Acesso em: 29 abr. 2023. p. 96.

⁹⁰ CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU. **Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão**. Rio de Janeiro, 2010. p. 36.

provocam a multiplicação dos centros de umbanda e das igrejas pentecostais”⁹¹ ocasionando a perda de fiéis. O esforço para aproximar a Igreja do povo fará com que D. Adriano e o clero da Diocese busquem cada vez mais se inserir nas lutas das comunidades sob sua jurisdição. Entende-se não ser mais possível deixar que parte da população da BF se sinta abandonada e, sendo assim, diversas iniciativas serão tomadas para demonstrar que ela não está sozinha em suas lutas que tinham como objetivo melhorias para o seu cotidiano.

Dom Adriano Mandarin Hypólito, um franciscano nascido em Sergipe, se deparou com a realidade daquele povo. Ele, que havia estudado em escolas católicas no Nordeste e no Sul do Brasil, chegando também a estudar no exterior, foi impactado pela vida difícil de parte dos fiéis de sua Diocese. Com a missão da estruturação da Diocese que fora iniciada por seus dois antecessores, o bispo teve condições de voltar-se ao trabalho pastoral, visando trazer aos membros leigos da DNI, além do amparo apostólico, informações que pudessem colaborar com as demandas sociais existentes no território diocesano.

Depois de um grande período de convivência com as pessoas mais humildes do laicato de sua diocese, no ano de 1982, D. Adriano Hypólito lançará o livro “Imagens de Povo Sofrido” no qual reúne uma coletânea de suas crônicas e poesias que foram produzidas inicialmente para o informativo da Diocese, “A Folha”, que começou a ser editado em 1972. Neste, além do folheto da Missa propriamente dito, se trazia também informações sobre manchetes de jornais e revistas de grande circulação e textos escritos por D. Adriano e outros colaboradores, como Frei Luís Thomás, sobre acontecimentos diversos da Baixada Fluminense ou de outro lugar do país. Em boa parte das vezes, era escrito com o objetivo de criticar alguma situação-limite.

Falava-se sobre os problemas da região, a violência, a política, a repressão, as condições de trabalho, os menores abandonados. O que era colocado naquele periódico buscava sempre tentar informar às pessoas da comunidade sobre os diversos acontecimentos que podiam influenciar em suas vidas, servindo também como um instrumento de comunicação para aquelas pessoas. Em uma das crônicas presentes no livro de D. Adriano, na qual ele versa sobre a “filosofia dos sábios” e a realidade do povo é possível ler “[...] veem nas estradas largas do mundo a multidão de crianças pálidas, subnutridas, bracinhos que nem dois dedos magros [...] E o sábio? Vivendo do sistema e no sistema nada tem a declarar.”⁹²

⁹¹ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **O Povo de Deus Assume a Caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 57.

⁹² HYPÓLITO, Dom Adriano. *Imagens de Povo Sofrido*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 95.

2.2. A Igreja Católica se movimenta: Concílio Vaticano II, Medellín e Puebla

Como já foi abordado nesta dissertação, a DNI surgiu em um contexto em que a própria Igreja Católica se reavaliava e se transformava. O Concílio Vaticano II, que durou de 1962 a 1965, foi o evento que deu início a um processo de aproximação da hierarquia eclesial com o laicato. Dele participaram como padres conciliares: 243 cardeais e bispos brasileiros e estrangeiros que atuavam no Brasil, conforme elencou Beozzo em sua tese⁹³.

O mundo vivia um período conturbado de sua História denominado Guerra Fria, onde duas superpotências, Estados Unidos da América e União Soviética, controlavam dois blocos político-ideológicos distintos que traziam uma tensão permanente para todo o globo. A Igreja Católica se coloca perante as dificuldades enfrentadas em razão dessa disputa e, em 25 de janeiro de 1959, o papa João XXIII, que fora entronizado três meses antes, anuncia a cardeais reunidos em Roma a pretensão de convocar o Concílio Vaticano II. Tal convocação se efetiva no Natal de 1961. Em 11 de outubro do ano seguinte, inicia-se o Concílio. Para esta pesquisa é importante destacar algumas partes do discurso de abertura proferido por João XXIII:

[...] Iluminada pela luz deste Concílio, a Igreja, como esperamos confiadamente, engrandecerá em riquezas espirituais e, recebendo a força de novas energias, olhará intrépida para o futuro. Na verdade, com atualizações oportunas e com a prudente coordenação da colaboração mútua, a Igreja conseguirá que os homens, as famílias e os povos voltem realmente a alma para as coisas celestiais. [...]

No exercício cotidiano do nosso ministério pastoral ferem nossos ouvidos sugestões de almas, ardorosas sem dúvida no zelo, mas não dotadas de grande sentido de discrição e moderação. Nos tempos atuais, elas não veem [sic] senão prevaricações e ruínas; vão repetindo que a nossa época, em comparação com as passadas, foi piorando; e portam-se como quem nada aprendeu da história, que é também mestra da vida, e como se no tempo dos Concílios Ecumênicos precedentes tudo fosse triunfo completo da ideia [sic] e da vida cristã, e da justa liberdade religiosa. [...]

No presente momento histórico, a Providência está-nos levando para uma nova ordem de relações humanas, que, por obra dos homens e o mais das vezes para além do que eles esperam, se dirigem para o cumprimento de desígnios superiores e inesperados; e tudo, **mesmo as adversidades humanas, dispõe para o bem maior da Igreja.**⁹⁴ (grifo meu)

⁹³ BEOZZO, José Oscar. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia** - 1959-1965. 2001. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001. doi:10.11606/T.8.2001.tde-17092002-124007. Acesso em: 28 abr. 2023. p. 270-377.

⁹⁴ PAPA JOÃO XXIII (Vaticano). **DISCURSO DE SUA SANTIDADE PAPA JOÃO XXIII NA ABERTURA SOLENE DO SS. CONCÍLIO**. 1962. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html. Acesso em: 20 abr. 2023.

Diversos pesquisadores brasileiros contribuíram para a compreensão sobre este evento histórico e trouxeram suas impressões sobre ele. Um desses autores foi João Marcus Figueiredo Assis que apontou em sua tese:

Uma das questões fundamentais ao se tratar do Vaticano II é a abertura para a participação dos leigos na vida da Instituição católica. [...] [...] podemos dizer que no CV-II desembocaram diversas manifestações de abertura e diálogo da Igreja para com a sociedade como um todo, assim como a necessidade de **a Igreja Católica se firmar como instituição reguladora da vida humana nas diversas sociedades do planeta**. Várias experiências pastorais motivaram a abertura proposta por tal Concílio e conduziram para o que se pode pensar como “inevitável olhar para a modernidade”. Também diversas formas de manifestações religiosas nasceram ou tomaram impulso a partir desse Concílio.⁹⁵ (grifo meu)

É possível perceber as interseções entre as observações do texto de Assis sobre os acontecimentos no Concílio e a presença destas no discurso de abertura do papa João XXIII. A afirmação do chefe da Igreja de que “mesmo as adversidades humanas, dispõe para o bem maior da Igreja” relaciona-se diretamente com a visão de Assis de que “a Igreja Católica [busca] se firmar como instituição reguladora da vida humana nas diversas sociedades do planeta.”

Obviamente que um evento que reuniu milhares de religiosos e pessoas provenientes de diversos países do mundo teria uma repercussão extraordinária. A própria comunicação das resoluções emanadas a partir deste encontro foi difícil. Assis cita, inclusive, toda as dificuldades relatadas a ele pelos padres brasileiros. Um destes sacerdotes, que exercia seu ministério em uma cidade do interior de Minas Gerais, afirmou-lhe que:

[...] tudo estava confuso, muitas informações contraditórias. Não havia uma base certa sobre as notícias. Uma de maior impacto era a de que os padres a partir daquele momento poderiam se casar. Eles mesmos como padres não tinham muitos canais de informação seguros. **A única impressão mais certa era a de que nada mais seria como antes na Igreja Católica.**⁹⁶ (grifo meu)

A impressão do sacerdote mostrou-se mais real com a implementação das mudanças determinadas no Concílio e foram sentidas tanto pelos fiéis quanto pelos sacerdotes. Para aqueles que viviam uma realidade tão distinta até bem pouco tempo, custou-lhes ver o padre voltar-se à assembleia para celebrar a missa em língua vernácula, e não mais em latim como

⁹⁵ ASSIS, João Marcus Figueiredo. **Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu RJ**. 2008. 283 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/8360/1/Tese%20Joao%20Marcus.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 79-80.

até então se procedia. Assis afirma que, conforme as repostas obtidas por ele em entrevistas realizadas com pessoas que vivenciaram aquelas, “as especulações, confusões e medos ocasionados pelas mudanças propostas pelo Concílio” eram tamanhas que muitos falavam, inclusive, em uma possível desestruturação da Igreja com seu consequente fim⁹⁷.

No ano de 1963, em 3 de junho, a Igreja perde João XXIII. Após o resultado do conclave, no dia 21 do mesmo mês, assume a Igreja Paulo VI, entronizado no dia 29. A continuidade do Concílio Vaticano II passa a ser de responsabilidade do novo papa. As reuniões continuariam acontecendo naquele mesmo ano, no ano seguinte e seu encerramento se daria no fim de 1965. Diversos documentos foram emanados durante o Concílio para que as mudanças que ocorreriam, a partir do mesmo, fossem comunicadas a toda Igreja, aos seus fiéis e ao mundo.

É interessante compreender que a preocupação da Igreja com a participação efetiva dos leigos na missa estava presente nos documentos do Concílio Vaticano II. Cito, particularmente, a Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Eucaristia. No art. 48 sobre a participação dos fiéis é possível ler-se;

É por isso que a Igreja procura, solícita e cuidadosa, que os cristãos não entrem neste mistério de fé como estranhos ou espectadores mudos, mas participem na acção sagrada, consciente, activa e piedosamente, por meio duma boa compreensão dos ritos e orações; sejam instruídos pela palavra de Deus; alimentem-se à mesa do Corpo do Senhor; dêem graças a Deus; aprendam a oferecer-se a si mesmos, ao oferecer juntamente com o sacerdote, que não só pelas mãos dele, a hóstia imaculada; que, dia após dia, por Cristo mediador, progredam na unidade com Deus e entre si, para que finalmente Deus seja tudo em todos [sic].⁹⁸

Percebe-se aqui como a Igreja objetivava aproximar-se de seus fiéis ao buscar tornar mais efetiva a participação deles na celebração da Sagrada Eucaristia. É preciso apontar, entretanto, que apesar da intenção explícita da Igreja de aproximá-la do ser humano, o que pode ser sentido, segundo Contiero, foi um afastamento da religiosidade “abraçando os valores de uma sociedade que também seguiu se secularizando rapidamente, relegando à religião uma posição inegavelmente secundária dentro das dinâmicas sociais.”⁹⁹ Cumpre-se apontar, no

⁹⁷ *Ibidem*, p. 79.

⁹⁸ VATICANO. **Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* Sobre A Sagrada Liturgia**. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html#. Acesso em: 24 abr. 2023.

⁹⁹ CONTIERO, Tiago Tadeu. O mundo na Igreja e a Igreja no mundo: reflexões sobre o Concílio Vaticano II e a modernidade. 2017. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. p. 240. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20827/2/Tiago%20Tadeu%20Contiero.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023

entanto, que as consequências positivas se deram, inclusive, em boa parte por conta daqueles bispos que participaram do Concílio, conforme análise de Beozzo:

Praticamente, nenhum bispo saiu do Vaticano II da mesma maneira em que entrou. Todos foram abalados em suas convicções tradicionais, colocadas uma a uma em questão, nos debates conciliares. Para cada ponto de doutrina ou de disciplina eclesiástica, para cada norma do direito canônico ou de regulamentação litúrgica, para cada interpretação teológica ou bíblica, surgiram visões contrastantes, com sólidos argumentos tirados da bíblia, da tradição, da teologia e da história da Igreja, obrigando os participantes do Concílio a refletirem, a se informarem e finalmente a escolherem pelo seu voto individual esta ou aquela posição, dirimindo questões de fundo ou de forma. Descobriram-se, durante o Concílio, com maior ou menor preparo, com maior ou menor projeção ou envolvimento, atores, mesmo que às vezes menores do grande jogo conciliar e corresponsáveis pela vida e doutrina do conjunto da Igreja.¹⁰⁰

Em um período histórico de rápidas transformações sociais e políticas, a Igreja buscava mostrar ao mundo seus posicionamentos em relação a estas e, para além de toda a gama de documentos produzidos durante o Concílio, era necessário comunicá-los com efetividade. Em face dessa necessidade, o Episcopado Latino-Americano, após três anos do final do Concílio Vaticano II, organizou a II Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) que ocorreu em Medellín na Colômbia. Estevez cita que a Conferência “marcou [...] o começo da conhecida ‘década gloriosa’ de inovações na Igreja latino-americana.”¹⁰¹ A Conferência buscava trazer para a realidade dos fiéis e sacerdotes latino-americanos o que fora preconizado em Roma: uma Igreja voltada para as necessidades dos mais humildes.

Em sua tese, Estevez sintetiza o que se deu durante o evento na Colômbia, afirmando que “a ênfase de Medellín consiste na denúncia das estruturas sociais geradoras de desigualdades, exploração e miséria, o que leva os bispos e padres a expressarem o ‘espírito de pobreza’ como atributo cristão da humanidade.”¹⁰² A apropriação desta definição permite à Igreja latino-americana lançar o olhar ao seu redor e perceber as dificuldades pelas quais passava parte da população dos países do continente, entendendo que, para sua própria manutenção, era necessário envolver-se mais fortemente com as ações que pudessem mudar a realidade social. Notando que a Igreja não poderia estar apartada das necessidades de seus fiéis,

¹⁰⁰ BEOZZO, op. cit., p. 390.

¹⁰¹ ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. **Projetos católicos e movimentos sociais**: a diocese de Barra do Pirai/Volta Redonda (1966-2010). 2013. 260 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. p. 51. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/810507.pdf>. Acesso: 30 abr. 2023.

¹⁰² Ibidem, p. 116.

ela se coloca ao lado deles, buscando deixar se desvencilhar da imagem de uma instituição afastada das questões humanas e voltada apenas para as questões do espírito.

Em razão do entendimento de que se faz necessário estar atenta àquilo que aflige seu rebanho, o documento final da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano traz considerações sobre as ações pastorais a serem adotadas nas diversas dioceses espalhadas por todo o seu território. Uma destas ações está explicitada na seção 3, parágrafo 13:

Procurar a formação do maior número de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente nas zonas rurais ou entre os marginalizados urbanos. Comunidades que se devem basear na Palavra de Deus e realizar-se, enquanto seja possível, na celebração eucarística, sempre em comunhão e sob a dependência do bispo.¹⁰³

As dioceses foram incentivadas a partir de Medellín, conforme se nota na citação acima, a criar CEBs, consideradas importantes instrumento de aproximação da Igreja com os fiéis. Notadamente elas se multiplicaram no Brasil, após a Conferência, e trouxeram um novo vigor à Igreja Católica no Brasil. Beozzo menciona, no entanto, que a ideia destas comunidades nem fora mencionada no Concílio¹⁰⁴, o que reforça que a Igreja na América Latina se abriu para a implementação de novas experiências pastorais e teológicas. O documento 25 da CNBB, datado de 1982, versa sobre as CEBs e contextualiza a importância delas para a realidade nacional, fornecendo subsídios necessários para o entendimento do que a criação desta representou para a Igreja.¹⁰⁵

Um período considerado profícuo para as ideias mais progressistas vindas do seio da Igreja, permite que sacerdotes e teólogos busquem formas de se inserir nas questões que afetam a vida humana. Neste contexto, a Teologia da Libertação-TL surge na América Latina como uma nova forma de igreja. Entendendo que a Igreja, em especial a partir do Concílio Vaticano II, realiza a opção, à luz dos evangelhos, pelos pobres, os teólogos da libertação percebem que não há como se aproximar deste desígnio cristão sem ser e estar com os pobres. Assis observa que “as CEBs serão o meio privilegiado de sedimentação e difusão da TL por se transformarem em campo de estudo e de atuação dos ‘teólogos da libertação’”.¹⁰⁶

¹⁰³ DOCUMENTO DE MEDELLÍN. p. 24-25. Disponível em: <https://www.celam.org/documentos/Documento_Conclusivo_Medellin.pdf> Acesso em: 30 abr. 2023.

¹⁰⁴ BEOZZO, *op. cit.*, p. 391.

¹⁰⁵ Para maiores informações, ver: <https://www.saojoaobatistavicosas.com.br/storage/files/602fbd266ccd5/cebs-doc-25-cnbb.pdf>. Acesso em 1º mai. 2023

¹⁰⁶ ASSIS, *op. cit.*, p. 84

A TL propunha uma visão de que, a partir da realidade vivida, as pessoas oprimidas por aqueles que detinham o poder político-econômico poderiam se apropriar dos ensinamentos de Jesus nos evangelhos para buscar seus direitos enquanto cidadãos. A América Latina, onde a maior parte da população se dizia católica, sofria com desigualdades profundas que faziam com que grande parte de sua população fosse alijada de direitos básicos como a saúde, a educação, o saneamento básico, entre outros. Boa parte da população dos países latino-americanos vivia em áreas pobres onde a ação do Estado era pouco efetiva ou até mesmo inexistente. A TL era o cerne de uma igreja militante que via os mais humildes como sujeitos de direito e não como simples depositórios passivos de caridade. A luta contra a opressão assumia a centralidade nessa proposta libertadora.

A Igreja latino-americana continua em efervescência e pouco mais de uma década depois da Conferência de Medellín se realizaria a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Puebla, no México, ocorrida entre janeiro e fevereiro de 1979, reforçando a importância para a Igreja da aproximação com os fiéis e suas questões cotidianas. O documento produzido ao fim dos trabalhos traz reflexões acerca desse momento vivido pela Igreja nos mais diversos países latino-americanos cada qual com suas particularidades. Sobre as CEBs, é relatado o seguinte:

As comunidades eclesiais de base que em 1968 eram apenas uma experiência incipiente amadureceram e multiplicaram-se sobretudo em alguns países. Em comunhão com os seus bispos e como o pedia Medellín, converteram-se em centros de evangelização e em motores de libertação e de desenvolvimento. A vitalidade das CEBs começa a dar seus frutos; é uma das fontes de onde brotam os ministérios confiados aos leigos: animação de comunidades, catequese, missão.

Em alguns lugares não se deu a atenção conveniente ao trabalho de formação de CEBs. É lamentável que em algumas partes interesses visivelmente políticos as pretendam manipular e afastar da autêntica, comunhão com seus bispos.¹⁰⁷

Na citação extraída do Documento de Puebla, a Igreja da América Latina exortava o trabalho realizado pelas CEBs e a ativa participação do laicato nos diversos ministérios confiados a este grupo. Em outro ponto é indicado que das CEBs surgiam vocações para o diaconato leigo, apesar de ainda em número reduzido.¹⁰⁸ Ao mesmo tempo se nota a preocupação com o uso político das comunidades, afastando-as do que seria seu verdadeiro

¹⁰⁷ DOCUMENTO DE PUEBLA. p. 80-81. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 54.

objetivo. Tal preocupação parecia prenunciar o que se sucederia em relação à TL na Igreja latino-americana nos anos de 1980.

Pouco tempo antes da Conferência em Puebla, a Igreja Católica havia passado, em 1978, por uma situação atípica. Com a morte de Paulo VI em 06 de agosto daquele ano, assume o papado João Paulo I, eleito no dia 26 do mesmo mês. Este papa comanda a Igreja por apenas 33 dias, falecendo em 28 de setembro seguinte, pouco antes de completar 66 anos de idade. A morte inesperada do papa exige um novo conclave que, em 16 de outubro do mesmo ano, elege o polonês Karol Józef Wojtyła, que adota o nome de João Paulo II em homenagem ao papa recém falecido.

O papado de João Paulo II marcará um tempo de maior conservadorismo na Igreja Católica. O chamado papa peregrino é considerado o pontífice que mais países visitou na História da Igreja, o que permite que as pessoas sintam uma proximidade maior da igreja de Roma. O Brasil foi um dos países visitados por João Paulo II. Ele visitou o país entre 30 de junho e 11 de julho de 1982, estando presente em 13 capitais de estados brasileiros, entre elas Rio de Janeiro e São Paulo, e a cidade de Aparecida do Norte, no estado paulista. Por onde o papa passava no país, ele era aplaudido e deixou uma imagem muito positiva junto à parte da população brasileira.

Como mencionado, o papado de João Paulo II representou, em alguma medida, um recrudescimento do conservadorismo católico que foi sentido, particularmente, na Igreja Católica no Brasil. Obviamente esta pesquisa não pretende aprofundar-se nas particularidades de seu papado, mas cumpre mencionar que durante o mesmo, o maior expoente entre os teólogos da libertação brasileiros, o franciscano Leonardo Boff, recebeu em 1985 uma punição da Santa Sé na qual, pelo período de um ano, deveria se submeter ao “silêncio obsequioso”, ficando impedido de falar sobre coisas relativas à Igreja, inclusive sendo impedido de celebrar missas e participar de cargos de comando em organizações católicas. Tal medida afastou Boff da Igreja e trouxe um claro dano à TL, acusada de ser instrumento dos comunistas no meio católico.¹⁰⁹

¹⁰⁹ O teólogo Leonardo Boff continua atuante e defendendo a Teologia da Libertação, mas não fala mais em nome da Igreja da qual foi desligado nos anos 1990. Para maiores informações, ver: SILVA, Bruno Marques. **Fé, razão e conflito.** A trajetória intelectual de Leonardo Boff. Dissertação (mestrado) 2007. 182 f. Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciência Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_SILVA_Bruno_Marques-S.pdf Acesso em: 30 abr. 2023.

2.3. A luta pela melhoria da qualidade de vida e pelos direitos humanos

A Baixada Fluminense ainda na década de 1950 já era conhecida por causa de notícias relativas à extrema pobreza, à violência, à falta de escolas, postos de saúde, saneamento básico e segurança, só para destacar alguns. A maioria dos políticos, sempre em época de eleição, aparecia com suas promessas, mas, após conseguir seus objetivos, esquecia de suas próprias palavras. D. Adriano Hypólito se colocaria claramente contra a demagogia dos maus políticos, conforme mostra reportagem do *Jornal do Brasil* datada de 02 de junho de 1975, onde o bispo de Nova Iguaçu tece as seguintes considerações sobre o fazer política na Baixada Fluminense: “resguardadas as exceções, a imagem de nossos políticos é marcada pela mediocridade, pela incapacidade, pelo puxa-saquismo, pelo primarismo de muitos que [...] fazem política em nosso meio.”¹¹⁰ Essa fala de D. Adriano ocorre no contexto da fusão dos estados do Rio de Janeiro (ao qual pertencia Nova Iguaçu) e da Guanabara (cujo território compreendia o município do Rio de Janeiro).

Apesar do intenso trabalho de seus antecessores junto aos fiéis e dos resultados obtidos, D. Adriano porá em prática no comando da Diocese todo o seu empenho, buscando colocar a Igreja mais perto do povo, que ainda a via como uma entidade superior e que se encontrava “nas nuvens” como é retratada no livro “O povo de Deus assume a caminhada” do ano de 1983 escrito sob a responsabilidade da Diocese de Nova Iguaçu. O bispo e os demais membros do clero farão um trabalho, à luz do Concílio Vaticano II, de aproximação da Igreja às demandas de seus fiéis, em especial aos mais humildes, ação que também era marca do bispo anterior, D. Honorato¹¹¹. Nesse mesmo livro, afirma-se que no ano de 1964, “a Igreja de Nova Iguaçu estava voltada para si mesma, para sua organização interna e para a vida sacramental”.

É importante deixar claro que a Diocese de Nova Iguaçu tinha apenas quatro anos de existência e que era necessário um forte trabalho em favor de sua estruturação. Dom Adriano Hypólito assumiria, então, uma atitude mais pastoral à frente da Diocese, tendo em vista que o trabalho de ambos os bispos anteriores visou estruturar a mesma, permitindo ao terceiro bispo aproximar-se mais dos fiéis do que puderam seus antecessores. Isso permitirá que D. Adriano possa exprimir tamanha admiração pelo povo dali, dizendo que aqueles homens e mulheres o haviam convertido.

¹¹⁰ POLÍTICA na Baixada é uma atividade marginal. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 02 mar. 1975. 1º Caderno, p. 29.

¹¹¹ Ver maiores informações sobre D. Honorato em: DIOCESE DE LAGES-SC. **Bispos Diocesanos**. Disponível em: < <http://www.diocesedelages.org.br/bispos.htm>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

No ano de 1968, “D. Adriano introduz o sistema de eleições para o preenchimento dos cargos diocesanos”,¹¹² um posicionamento tido como democrático em um contexto nacional de autoritarismo. No fim do mesmo ano, o Presidente da República, General Artur da Costa e Silva, baixa o AI-5 que traz como uma de suas medidas a permissão ao Presidente da República de decretar o recesso do Congresso Nacional, ao seu bel-prazer, sem submeter tal medida à justiça, além de cassar mandatos parlamentares e uma série de outras medidas, endurecendo mais ainda o regime para conter os subversivos. Após a decretação do AI-5, o país permanece conturbado. É exatamente isso que Reis afirma ter se multiplicado entre os anos de 1969 a 1972.¹¹³

Dom Adriano também se mostrará um incentivador das CEBs. Durante seu governo, o número de CEBs aumentará na Diocese, o que demonstra o quanto o trabalho informacional junto à população local dará frutos, possibilitando que pessoas se percebessem como sujeitos de direito e passassem a reconhecer e discutir os problemas relacionados a sua região, bem como cobrar por soluções e exigir mudanças para que seus direitos fossem respeitados e sua condição de vida melhorada, embasando-se na fé católica.

No mesmo sentido, no ano de 1974, ressurgem o Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu, conforme mencionado no primeiro capítulo. Inicialmente, muitas das lideranças do MAB advinham das CEBs. Mas tendo em vista uma certa autonomia do MAB em relação à Diocese, a chegada de membros vindos “de fora” das comunidades, como dois jovens médicos contratados para trabalhar no posto de Cabuçu, traz uma carga mais ideológica para o movimento.¹¹⁴ Este fato acarretará alguns percalços na sua atuação, mas que não causará transtornos maiores em razão do apoio de D. Adriano e do clero progressista às ações desenvolvidas por ele.

Em mais um ato que buscava fortalecer a ideia de igualdade entre seus membros, a Diocese de Nova Iguaçu foi a primeira do país a adotar o dízimo, a partir do ano de 1973, sendo que este não teria quantia fixa, ficando o valor dado a critério do fiel, conforme reportagem do *Jornal do Brasil* de 12 de agosto de 1972. A instituição do dízimo tinha por objetivo “levar o fiel a sentir-se mais corresponsabilizado pela vida da Igreja”,¹¹⁵ compreendendo que a

¹¹² DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. *Op. cit.*, p.59.

¹¹³ REIS, Daniel Arão p. 52

¹¹⁴ SILVA, Percival Tavares da. **Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB) - 1974/1992:** (Relação vanguarda-base-massa: práxis política e educativa). 1993. 377 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9018>>. Acesso em: 25 mai. 2022. p. 37.

¹¹⁵ NOVA Iguaçu terá dízimo e igualdade. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 ago. 1972. 1º Caderno, p. 4.

manutenção da mesma estava necessariamente ligada à participação de todos e de cada um.¹¹⁶ Juntamente com outras medidas tomadas, o bispo parecia sinalizar que todos os membros da diocese eram iguais em direitos e deveres.

O trabalho da DNI junto aos fiéis, com o intuito de formar lideranças entre os moradores da Baixada Fluminense, impele a Cúria Diocesana de Nova Iguaçu a começar a construir o Centro de Formação de Líderes no bairro de Moquetá¹¹⁷. Conforme planejamento da diocese, o prédio seria usado para realizar palestras, seminários, cursos, entre outras atividades, sendo um espaço que o município de Nova Iguaçu não dispunha até então. A Diocese conseguiu o dinheiro para a construção do prédio com a arrecadação das Festas da Primavera de 1970 e 1971, bem como com doações da Adveniat, uma entidade alemã que era apoiadora da Diocese, pois havia uma forte ligação da Diocese de Nova Iguaçu com organizações da sociedade civil da Alemanha e de outros países da Europa¹¹⁸. O Centro é inaugurado em julho de 1973 e passa a ser referência para a Baixada Fluminense, sendo um lugar democrático, aberto às discussões para a melhoria das condições de vida daquele povo.

O Centro de Formação de Líderes acabou não recebendo nenhum curso organizado pela Diocese no ano de 1973, conforme noticiou o *Jornal do Brasil* de 09 de dezembro de 1973, mas os membros da mesma já estavam organizando o calendário para o ano de 1974. Entre os assuntos que seriam abordados estavam a situação social no Brasil, a questão dos menores abandonados e um curso sobre “Ética Política para os políticos cristãos”.¹¹⁹ É necessário frisar a preocupação da Diocese com os assuntos que afligiam a população local. A questão sobre ética na política era algo muito caro àquela comunidade, cujo perfil de seus políticos, conforme já mencionado no início deste capítulo, era de completa aversão à ética, com raras exceções. Continuando a missão de fortalecer as diversas comunidades que compunham a Diocese de Nova Iguaçu, será inaugurado em 1974 o Centro Profissional de Cabuçu¹²⁰.

Não se pode esquecer que no contexto vivenciado pela população da Baixada Fluminense, a violência se configurava, desde antes da criação da Diocese, como um dos principais problemas enfrentados por ela, tanto é assim que, cada vez mais, ela começou a

¹¹⁶ É importante esclarecer que em algumas passagens bíblicas a questão do dízimo é apontada, mas na Igreja do Brasil somente na década de 1970 ele se tornaria uma responsabilidade do conjunto dos fiéis. A DNI foi pioneira na implementação do dízimo.

¹¹⁷ DIOCESE de Nova Iguaçu terá Centro de Líderes. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 11 mar. 1973. RJ, p. 6.

¹¹⁸ Ver a relação de entidades e países benfeitores da Diocese no livro em lançado em comemoração a seu quinquentenário: CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU. **Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão**. Rio de Janeiro, 2010.

¹¹⁹ IGREJA quer formar novos líderes. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 09 dez. 1973. RJ, p. 4.

¹²⁰ DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **O Povo de Deus Assume a Caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 65.

interferir em sua rotina. O *JB*, em sua edição de 27 de fevereiro de 1975, traz uma reportagem que tem como título: “Violência na Baixada muda até o horário das missas”, na qual D. Adriano expunha que o clima de insegurança “afasta qualquer iniciativa e atenção honestas”. Na reportagem ao lado, o título era: “O policiamento é quase inexistente”.¹²¹ Alguns meses depois, ocorreria a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e toda a estrutura policial dos estados viria a ser unificada e redistribuída. Mesmo assim, a região continuaria sendo, por um longo período, palco de mortes violentas creditadas a grupos de extermínio conhecidos como “Esquadrões da Morte”.

A violência do dia a dia era um tema recorrente nos escritos de D. Adriano para “A Folha”. Mas ele não se furtava a denunciar a violência policial e outras mazelas vivenciadas pelos moradores do território de sua Diocese, proporcionando aos fiéis a obtenção de informações sobre o seu papel na sociedade, bem como da obrigação de agir em prol do irmão, pois isso deveria nortear a vida do cristão. Na edição do dia 1º de agosto de 1976, pode-se ler:

“Mudar a mentalidade é descobrir os novos sinais dos tempos. A preocupação espiritual apenas com a santidade e a salvação pessoais deve ter sido mais uma das trincheiras desguarnecidas por onde a injustiça avançou e tomou posse do campo, o campo em que nos foi ordenado construir o Reino de Deus. O barco afundando e o cristão fazendo retoque na pintura do mastro. Crianças morrendo física e moralmente, e a gente achando que berrar pela justiça é comunismo.”¹²²

A passagem acima retrata bem o que D. Adriano pregava e pensava. Quando a Igreja faz sua opção pelos pobres, pressupõe-se que deva agir em favor destes, não esperar por uma melhoria que nunca virá sem que haja ações em busca desta. É esta visão que fará com que o bispo e o clero da Diocese se envolvam cada vez mais com os problemas de suas comunidades, exortando-os a agir, a lutar por seus direitos básicos, como também a preparar-se, conhecendo melhor os meandros da política e da sociedade.

O poder de usar as palavras fez com que Dom Adriano Hypólito, através do semanário “A Folha”, atingisse um território muito maior do que o da sua Diocese. O periódico foi utilizado por paróquias de diversas dioceses e continha, além do folheto que seria utilizado na missa dominical, informações que estavam à disposição dos fiéis católicos sobre temas que versavam não só sobre questões da Igreja Católica, mas também sobre fatos que afetavam a vida da sociedade local e nacional. Permitia que os leitores que, acaso não tivessem acesso fácil

¹²¹ ANDRÉ, Joyce; ARAÚJO, Paulo César de; BALTAR, Tarcísio. Violência na Baixada muda até os horários das missas. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 fev. 1975. p. 18

¹²² MITRA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU (RJ-Brasil). Tirem a cabeça da areia e parem de canonizar o comunismo. **A Folha**. Nova Iguaçu. 1º ago. 1976. p. 1

a outros materiais noticiosos, pudessem entender o cotidiano das pessoas mais humildes e oprimidas pelo sistema.

Outra crítica costumeiramente feita pela DNI é em relação à Educação, conforme é possível ler na edição de 17 de junho de 1976, onde relata-se que os professores mal pagos têm de passar a seus pobres alunos “um mundo irreal e traumatizante”. Abordar questões como higiene, a importância de andar calçado, entre outras coisas fugiam da realidade daquelas crianças que, muitas vezes, não tinham nem o que comer em casa. A deficiência nutricional refletia-se em deficiência cognitiva, o que resultava em uma reprovação de cerca de 70% dos alunos na 1ª série, além da grande evasão escolar que se seguia.¹²³

Muitos temas inquietavam D. Adriano e é possível perceber que há um inconformismo em seu coração e em suas palavras com a situação vivida pelos mais humildes. Em 07 de janeiro de 1979, ano em que explodirá uma bomba na Igreja Matriz, o bispo relata na capa¹²⁴ de “*A Folha*” sobre uma reportagem da revista *Time* dos Estados Unidos da América que afirma que existiam “16 milhões de menores carentes ou abandonados” no país e que estes faziam parte de uma “geração devastada”. O artigo chega a estabelecer a comparação entre o QI de crianças de um orfanato de São Paulo e dos Estados Unidos, afirmando que, neste país, crianças com o QI aferido no orfanato paulista seriam considerados “retardados mentais”.

Apesar do árduo trabalho dos diocesanos, nem todos ficaram satisfeitos com as realizações do bispo, do seu clero e dos membros do laicato mais atuantes. Por representarem uma voz extremamente contestadora, conseguiram irritar muitos poderosos da região, principalmente os políticos. A denúncia dos assassinatos praticados pelo “Esquadrão da Morte” também foi constantemente feita por D. Adriano e isso foi uma fonte de preocupação para muitos dos diocesanos com a integridade de seu pastor.

Deve-se mencionar que parte do clero também se opunha ao bispo e sua linha pastoral, conforme foi demonstrado na dissertação de mestrado de Adriana da Silva Serafim, na qual aborda a ocorrência da Missa da Unidade, em 1982, que, na verdade, só confirmou uma divisão no seio da diocese. Liderados pelo padre Valdir Ros, os “opositores” de Dom Adriano Hypólito demonstraram toda a sua contrariedade com as ações do bispo diocesano.¹²⁵

¹²³ *Idem*. Custou, mas chegou: eis o seu diploma de analfabeto! **A Folha**. Nova Iguaçu. 17 jun. 1976. p. 1

¹²⁴ *Idem*. A matança de Belém, em versão do milagre econômico. **A Folha**. Nova Iguaçu. 07 jan. 1979. p. 1

¹²⁵ SERAFIM, Adriana da Silva. **A missa da unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)**. 2013, 112 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/3560>>. Acesso em 25 mai. 2022.

A combatividade de Dom Adriano e sua forte ligação com outros membros do Episcopado brasileiro permitiram que ele e mais bispos e cardeais, considerados progressistas e até mesmo moderados, atuassem fortemente na denúncia dos arbítrios cometidos pelas forças do Estado. As denúncias relativas à violação dos direitos humanos encontraram eco no Brasil e no Exterior. No caso de D. Adriano, isso acaba acarretando acusações de agir conforme a ideologia comunista, como já foi apontado neste trabalho, o que obviamente sempre foi rechaçado pelo bispo. Em relação a esse grupo, Silva afirma que:

A esquerda católica não reduziu a fé à ação política e tão pouco colocou o marxismo acima do cristianismo. Mas acreditou que a fé exige um compromisso de criar um mundo justo em termo de equidade. Insistia-se na ideia de que, como filhos de Deus, todos são dignos de ter acesso às necessidades básicas como: moradia, saúde, educação e emprego. Acreditava que os cristãos têm obrigação de tentar transformar as estruturas sociais que impedem a realização dos desígnios temporais de Deus, ou seja, acreditava-se que era importante a participação dos cristãos na construção de uma sociedade mais justa, mais humana e livre das amarras do capitalismo.¹²⁶

Apesar da contrariedade de alguns na própria DNI, D. Adriano e vários sacerdotes da diocese permaneciam realizando seu trabalho junto à população da BF que se via impelida a buscar junto ao clero o apoio necessário para suas lutas cotidianas.

2.4. Atentados contra o bispo e sua Diocese

Em 11 de janeiro de 1976, o artigo “Pobre é Burro de Carga”, publicado na primeira página de “*A Folha*” traz frases como: “Para Jorge Brandão, o mundo está dividido em dois grupos: ricos e pobres” e “Se a divisão dos homens em pobres e ricos é natural, é vontade de Deus, durmamos em paz, com a consciência tranquila, pois ninguém é criminoso.”¹²⁷ O artigo critica a acomodação com a situação de exploração vivenciada pelos mais pobres e ainda constata que enquanto estes acharem que esta é uma situação natural, os ricos nunca serão obrigados a “dividir a riqueza”. Este e outros artigos publicados em “*A Folha*”, aumentaram as acusações contra o bispo e a Diocese de estarem comprometidos com ideais comunistas.

¹²⁶ SILVA, Luiz Fernando Mangea da. **Igreja Católica e movimento operário no contexto da transição democrática: a trajetória da Pastoral Operária (1975-1990)**. 2020. 165 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/6244/2/2020%20-%20Luiz%20Fernando%20Mangea%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

¹²⁷ MITRA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU (RJ-Brasil). Pobre é burro de carga. **A Folha**. Nova Iguaçu, 11 jan. 1976. p. 1

Mais de uma década depois do golpe de 1964, uma das justificativas para sua deflagração, o anticomunismo¹²⁸, se mostra cada vez mais presente, seja nos órgãos governamentais que comandam a repressão e/ou a investigação de elementos hostis ao sistema ou nos grupos de extrema-direita que se tornam cada vez mais atuantes. Os posicionamentos de Dom Adriano Hypólito que visam buscar a organização de movimentos sociais, sua atuação na defesa dos direitos humanos e nas lutas pela melhoria da qualidade de vida na BF geraram fortes reações destes grupos radicais contra o bispo e a Diocese. As forças oficiais do Estado também atuaram para limitar as ações desenvolvidas pelo clero e pelo laicato, bem como agentes foram colocados para observar as atividades de D. Adriano. Esta questão será retomada no próximo capítulo desta dissertação no qual serão analisados documentos produzidos por agentes do Sistema Nacional de Informações (SISNI).

É possível observar que bispos como Dom Adriano foram vigiados pelo SISNI, assim como descreve Gomes, pois “foram recorrentemente citados nos relatórios produzidos pelos órgãos de informações”.¹²⁹ O autor afirma ainda que:

A percepção da comunidade de informações era de que a CNBB estava cada vez mais envolvida com a oposição à ‘ordem estabelecida’. Para os analistas, a questão dos direitos humanos e, logo, o envolvimento da entidade com presos políticos, além da defesa da justiça social, eram evidências de que o comunismo crescia no seio da Igreja e de que os bispos ‘progressistas’ eram os principais responsáveis por fortalecer essa ideologia. Eles sempre viram nas atividades dessa ala do episcopado relações com a ‘subversão’.¹³⁰

¹²⁸ Apesar de já ter sido abordado na introdução, se faz necessário complementar o assunto apontando que o anticomunismo pode ser definido como uma forma de reação à expansão do comunismo, acusado de cometer atrocidades nos países submetidos a este sistema político-econômico, e de ser contrário à existência de religiões. O segundo item assume uma condição *sine qua non* no maior país católico do mundo, o Brasil. Apesar de suas origens remontarem ao séc. XIX e à época da Revolução Russa de 1917, no período denominado Guerra Fria encontrou estúpido eco nas sociedades de diversos países. No Brasil, o medo de que os “vermelhos” conquistassem o poder fomentou algumas ondas de perseguição aos comunistas, inclusive com a colocação do Partido Comunista do Brasil, depois de 1960, Partido Comunista Brasileiro, na ilegalidade em alguns contextos turbulentos da História do Brasil, como em 1935 e 1964. A Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil será uma das organizações em que o sentimento anticomunista encontrará abrigo, pois, segundo diversos membros do clero, os desígnios cristãos jamais poderiam se coadunar ao comunismo. Sobre o período imediatamente anterior à 1964, é possível verificar-se que há um “ecumenismo” na luta contra o inimigo comum. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O segundo grande surto anticomunista: 1961/64”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. São Paulo: Usp, 2000. p. 304. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP para a obtenção do título de Doutor em História Econômica. Disponível em: <http://pensamiento.unal.edu.co/fileadmin/recursos/focos/comunicacion/docs/Di_a_2._O_segundo_grande_surto_anticomunista.1961-64.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

¹²⁹ GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: As visões da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 113.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 135s.

Como é possível inferir do texto de Gomes, o SISNI seguia de perto os passos dos chamados “bispos progressistas”, a fim de produzir relatórios com as atividades “suspeitas” destes. É claro, no entanto, que dentro da Igreja do Brasil existiam bispos de tendência conservadora e, a maioria, tidos como moderados. Mas estes, a princípio, não causavam grandes preocupações para os agentes da Comunidade de Informações.¹³¹

D. Adriano continuava seu trabalho à frente da Diocese, incentivando a busca por melhorias e não esmorecia. Um fato, porém, marcaria a história da Diocese de Nova Iguaçu, bem como a História do Brasil: No dia 22 de setembro de 1976, às 19h30min, D. Adriano foi sequestrado juntamente com seu sobrinho Fernando no bairro da Posse, em Nova Iguaçu. Os sequestrados são levados em carros distintos. Os sequestradores abandonaram D. Adriano, duas horas depois, no bairro de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, nu e com o corpo pintado de vermelho em alusão ao comunismo. O bispo foi ajudado por pessoas da região, tendo recebido roupas e sapatos de um morador. O Fusca de Fernando também foi levado na ação, sendo deixado na porta da CNBB no bairro da Glória e explodindo às 23h30min¹³².

O ato foi assumido por um grupo de extrema-direita chamado Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) que deixou panfletos no automóvel que explodiu. Nos panfletos havia a acusação de que existia uma infiltração comunista no seio da Igreja no Brasil e que D. Adriano seria um dos representantes deste “movimento”. O mesmo grupo, em telefonema à rádio *JB*, assumiu, também, o atentado ocorrido contra a residência do sr. Roberto Marinho, então presidente das Organizações Globo, sendo que neste outro atentado o copeiro da casa foi ferido.

Na edição do dia 24 de junho seguinte, o *JB* trazia uma reportagem com uma nota emitida pelo Ministro da Justiça, sr. Armando Falcão, que, após advertir os repórteres sobre o cuidado que deveriam ter com o que escreveriam, ditou sua declaração na qual afirmava que o governo repudiava os crimes praticados e que as investigações seriam acompanhadas pelo órgão ministerial, buscando demonstrar o interesse do governo no esclarecimento do crime e na punição dos criminosos.¹³³

O crime causou grande repercussão e foram várias as manifestações de apoio ao bispo, seja por organizações da sociedade civil e da Igreja, seja por autoridades e outras pessoas solidárias a D. Adriano. O presidente interino da CNBB, D. Geraldo Fernandes, relacionou o sequestro e a explosão do carro em frente à sede da entidade, bem como atentados à Associação

¹³¹ *Ibidem*, p. 113. Para maiores informações de como a Igreja do Brasil se “dividia”, ver: A Igreja brasileira é moderada. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 out. 1980. Caderno Especial, p. 1

¹³² TERROR sequestra bispo e explode carro. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 23 set. 1976. 1º Caderno, p. 16.

¹³³ MINISTRO da Justiça dita sua declaração contra o terrorismo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 set. 1976, 1º Caderno, p. 14.

Brasileira de Imprensa (ABI) e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como uma tentativa de fazer calar a luta pelos injustiçados.

O sequestro foi registrado na 9ª DP e o delegado Jack de Brito, apesar de já ter informações sobre os folhetos da AAB, aponta o ato como uma prática típica dos comunistas que, assim, tentam confundir a opinião pública e incitá-la contra as autoridades constituídas¹³⁴. Não havia, no entanto, pistas concretas dos autores da ação. Dom Adriano relatara ao senhor Adir Mera, que o socorreu em Jacarepaguá, que ele e Fernando teriam sido sequestrados em uma ação que envolveu seis homens. A fala do delegado evidencia que ele busca tergiversar, apesar das informações até ali obtidas, imputando a culpa a um grupo político perseguido pelo governo ditatorial.

Em decorrência do caso e de sua repercussão, o *JB*, de 24 de setembro de 1976, trouxe a seguinte informação:

Às 19h30min de ontem, as emissoras de rádio e televisão receberam o seguinte comunicado: ‘De ordem superior, fica proibida a divulgação da notícia, informação ou comentário sobre o sequestro do bispo de Nova Iguaçu e da explosão da bomba na residência do Dr. Roberto Marinho. (As.): Moacir Coelho, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal’.¹³⁵

Os atentados ocorridos maculavam a imagem de conservação da ordem tão cara aos agentes do Estado e, em razão disso, não se podia alarmar a população. Como o rádio e a televisão eram veículos de comunicação de grande audiência junto às massas, não era prudente deixar que notícias deste tipo pudessem levar a questionamentos sobre as Forças de Segurança do Governo Federal. A proibição, segundo é possível se observar, não se aplicaria aos jornais, tanto é que estes continuaram durante dias a noticiar os fatos relacionados ao sequestro e às bombas.

Presidia o país, em 1976, o General Ernesto Geisel, o quarto presidente militar a fazê-lo após o golpe de 1964. Houve disposição deste para o diálogo com a intenção de se fazer o país retornar ao caminho democrático e, assim, começa a existir um descontentamento de setores militares e civis ligados ou não ao governo que não veem com bons olhos essa “flexibilização” e passam a atuar muito mais fortemente com a intenção de barrar ou, ao menos, postergar esse objetivo. Grupos de extrema-direita como a AAB, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e a Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC) cometeram vários atos que,

¹³⁴ DELEGADO vê ação comunista na explosão do Volkswagen. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 set. 1976. 1º Caderno, p. 15.

¹³⁵ PROIBIÇÃO. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 set. 1976. 1º Caderno, p. 15.

segundo seus membros, visavam extirpar qualquer possibilidade de uma ascensão do comunismo ao poder. Além destes grupos, os próprios organismos do governo se ressentiram e temiam que a abertura diminuísse a sua importância. Sobre o tema, Gomes relata:

Quando se começou a falar em distensão política no governo Geisel, [...] as reações da ‘linha dura’ contra o desmonte do Sissegim foram violentas, e atuaram no intuito de evidenciar as razões de sua existência. São bastantes conhecidos os episódios de terrorismo desse período, como os casos das bombas da ABI, da OAB, em 1976, e no show de música popular no Riocentro, em 1981.¹³⁶

Após o episódio do ataque a D. Adriano, o CELAM manifestou seu apoio à CNBB e à Igreja em Nova Iguaçu, condenando o sequestro sofrido por seu bispo¹³⁷. Outras entidades também repudiariam o ato. Um ataque como este a um bispo da Igreja Católica trazia, evidentemente, uma preocupação para o governo federal, mas, nem por isso, este conseguiu dar uma resposta sobre a autoria de tal ato.

D. Adriano e os membros de sua Diocese, apesar de se sentirem ameaçados, continuaram o trabalho em favor dos mais humildes. Esta postura causava incômodo, inclusive, para o aparato repressivo do governo. Tanto é assim que uma Conferência sobre Direitos Humanos, marcada para o dia 19 de junho de 1977, não chegou a ser realizada devido à intervenção da polícia¹³⁸. No dia 21 de junho, no entanto, D. Adriano já havia sido informado que a proibição teria sido posta em prática por ordem direta do Comandante do I Exército, General José Pinto Rabelo, conforme D. Adriano afirmaria através de uma nota publicada em reportagem do *JB*. Estariam presentes nesta conferência membros do Comitê 1º de Maio pela Anistia. Na reportagem, D. Adriano apontava que tal “conferência não teria conotação ideológica ou política, mas pastoral e cristã”.¹³⁹

Fora criado um clima desfavorável para a realização do evento. No dia em que ocorreria a conferência, homens do 20º Batalhão da Polícia Militar e outros, à paisana, se posicionaram em acessos ao prédio do Centro de Formação de Líderes, impedindo que os participantes da conferência chegassem ao local. O Cardeal D. Eugênio Salles, arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, foi comunicado da ordem do comandante, mas não conseguiu repassá-la

¹³⁶ GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: As visões da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 103

¹³⁷ CELAM condena sequestro. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 28 set. 1976. 1º Caderno, p. 16.

¹³⁸ POLÍCIA Militar impede que Bispo de Nova Iguaçu discuta direitos humanos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 20 jun. 1977. 1º Caderno, p. 12.

¹³⁹ BISPO diz que conferência sobre direitos humanos foi impedida pelo I Exército. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 21 jun. 1977. 1º Caderno, p. 14.

diretamente a D. Adriano por este não possuir telefone. O bispo de Nova Iguaçu acabaria sendo pego de surpresa, mas fez questão de afirmar, como consta da reportagem, que “a Comissão Diocesana da Pastoral Operária, em nenhum momento, participou direta ou indiretamente da organização do evento”, entretanto ele não quis nomear quem eram os responsáveis pela organização deste.

A repercussão de mais este ato contra D. Adriano e a Diocese de Nova Iguaçu seria imediata. No dia 22 de junho de 1977, D. Ivo Lorscheiter, secretário-geral da CNBB, afirmaria ao *JB* que a proibição era “tão aberrante que parece (parecia) desnecessário qualquer comentário”. D. Ivo estava acompanhado do Padre Guy Poisson da Conferência Episcopal do Canadá, que considerou “tão estranha [a proibição] que em meu país seria impensável”. No entanto, afirmou que a questão dos direitos humanos, apesar de não possuir fronteiras, deva ser tratada com as autoridades locais, por “questão de respeito”. Afirmou ainda que “tudo que diz respeito ao homem, é também da competência da Igreja”.¹⁴⁰ Em julho, foi a vez dos “Superiores Maiores Religiosos no Brasil” reunidos em sua 11ª Assembleia Geral solidarizarem-se com o D. Adriano e outros cinco bispos “perseguidos” por suas posições em favor dos menos favorecidos.¹⁴¹

Passado mais de um ano do sequestro e apesar de toda a comoção gerada pelo caso, a investigação do mesmo não logrou êxito e, em mais uma reportagem do *JB*, a Comissão Pastoral de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu, além de denunciar que o bispo teria recebido novas ameaças, pois “não sabia calar a boca”, cobrava a necessidade de se apurar o caso, conforme se verifica na seguinte parte do texto:

Chegou a hora de mais uma ação conjunta de toda a nossa Diocese, em favor da Justiça. É preciso mobilizar a opinião pública. É preciso denunciar publicamente a insegurança em que vivemos, inclusive para relembrar o seqüestro [sic] e outros crimes não investigados seriamente e nem punidos.¹⁴²

As ameaças não intimidavam o bispo nem os demais membros do clero. Os leigos da Diocese também demonstravam grande solidariedade a D. Adriano. A persistência na luta, no entanto, inflamava mais ainda aqueles que se opunham à linha pastoral seguida pela Diocese de Nova Iguaçu. Em 9 de novembro de 1979, a Catedral de Santo Antonio de Jacutinga e a

¹⁴⁰ D. Ivo considera aberrante a proibição para palestra sobre direitos humanos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 22 jun. 1977. 1º Caderno, p. 24.

¹⁴¹ SUPERIORES religiosos do Brasil se solidarizam com seis bispos perseguidos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 jul. 1977. 1º Caderno, p. 12.

¹⁴² COMISSÃO de Justiça e Paz de Nova Iguaçu denuncia ameaças contra D. Adriano. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 5 abr. 1978. 1º Caderno, p. 20.

Paróquia de Santo Antonio do Prata amanheceram pichadas com acusações contra o seu bispo. Nas pichações havia, entre outras coisas, frases como “aqui, sede do PCB”, o símbolo da foice e do martelo e o nome de D. Adriano seguido da acusação de ser “comunista e pederasta”.¹⁴³

Apesar do ocorrido, a rotina da Diocese permaneceu inalterada até o dia 20 de dezembro seguinte, quando uma explosão destruiu o Altar do Santíssimo Sacramento da Catedral de Santo Antonio de Jacutinga, estilhaçando os vidros das suas janelas. As hóstias ficaram espalhadas pelo chão. Havia operários trabalhando no interior da Catedral, mas não se feriram. Policiais da 52ª DP chegaram ao local, isolaram a área para localizar pistas e outros possíveis artefatos explosivos. Os policiais acabaram encontrando uma carta da Vanguarda de Caça aos Comunistas assumindo o atentado e expondo as razões do ato. Mais uma vez, D. Adriano era acusado de fomentar entre os membros de sua Diocese a ideologia comunista. Os autores se autointitulavam “cristãos e revolucionários” e lamentavam os estragos causados, mas alegavam em sua defesa que o bispo se utilizava do altar de forma incorreta para propagar ideias importadas, ou seja, o comunismo. Fechavam a carta demonstrando sua intenção de extirpar organizações de esquerda que optaram pela luta armada contra a ditadura, bem como os membros do PCB e do PC do B. Assina a carta a VCC.¹⁴⁴

Novamente a repercussão sobre o atentado foi muito grande e foram diversas as manifestações de solidariedade. Enquanto isso, as investigações sobre o caso do sequestro não avançavam. Até que, em julho de 1980, após ter sido remetido pela polícia do Rio de Janeiro, juntamente com outros casos de atentados ocorridos no estado, para a Justiça Militar, acabou sendo arquivado¹⁴⁵, pois não havia nenhuma indicação que levasse a se constatar o responsável pela autoria.

O arquivamento do caso do sequestro de Dom Adriano, sob a alegação de não haver indícios de autoria, foi uma situação bastante controversa. Suspeitas sobre a autoria foram levantadas, inclusive em veículos de imprensa, conforme aponta Gomes ao visitar para sua pesquisa de mestrado o memorial dedicado ao bispo:

[...] de acordo com alguns artigos de jornal expostos no memorial o sequestro sofrido por Dom Adriano, ocorrido em 22 de setembro de 1976, aponta o tenente-coronel do Exército José Ribamar Zamith como o principal suspeito do atentado, identificando-o como o “terror da Baixada”.¹⁴⁶

¹⁴³ IGREJAS de Nova Iguaçu são pintadas com inscrições ofensivas a D. Adriano. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 nov. 1979. 1º Caderno, p. 15.

¹⁴⁴ DIREITISTAS assumem atentado à bomba à Igreja de Nova Iguaçu. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 21 dez. 1979. 1º Caderno, p. 15.

¹⁴⁵ POLÍCIA no Rio arquiva 11 casos. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 15 jul. 1980, p. 4.

¹⁴⁶ GOMES, A. *op. cit.*, p. 58-59

Apesar de toda a comoção causada pelo sequestro na comunidade de fiéis da DNI e de sua repercussão no Brasil e no mundo, obviamente as autoridades incumbidas das investigações não poderiam pautar-se nestas notícias para a confecção do inquérito e apontamento de autoria. Este foi mais um entre outros casos que acabaram sendo arquivados sem apontar os culpados dos atos durante o período ditatorial.

2.5. O apoio da CNBB e as ações da Diocese no período pós-anistia em prol dos direitos humanos

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi fundada no ano de 1952 “com o intuito de centralizar os poderes eclesiais”,¹⁴⁷ sendo fruto do trabalho de D. Hélder Câmara e do núncio apostólico¹⁴⁸ Dom Carlos Chiarlo. D. Hélder foi seu primeiro secretário-geral, ocupando o cargo até 1964, e Dom Carlos Carmelo Motta, seu primeiro presidente. Conforme descreve Gomes, a CNBB exerceu importante papel na criação da Sudene, em 1959, e na criação do Movimento de Educação de Base (MEB) em 1961.¹⁴⁹ Reunindo grande parte do episcopado brasileiro, a CNBB era “reconhecida pelo Vaticano como voz autorizada da Igreja no Brasil”.¹⁵⁰ A entidade sempre foi marcada pela democracia interna, sendo que para seus analistas, seus bispos poderiam ser divididos em três grupos: moderados, conservadores e progressistas. Boa parte deste último grupo será alvo do acompanhamento dos órgãos de informação do Estado durante o regime militar.

Em 1964, ano do golpe militar, assume o cargo de secretário-geral da entidade Dom José Gonçalves Costa e a presidência da mesma passa a ser exercida por Dom Agnelo Rossi, que tem sua história ligada à da Diocese de Nova Iguaçu por ter sido dele, enquanto bispo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, a responsabilidade de comandar os estudos que resultariam na criação da Diocese na Baixada Fluminense. Dom Agnelo permaneceria presidente até 1970, mas o cargo de secretário-geral, entre 1968 e 1971, passaria a ser exercido

¹⁴⁷ GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: As visões da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 33.

¹⁴⁸ O núncio apostólico ou núncio papal é um representante diplomático permanente da Santa Sé – não do Estado da Cidade do Vaticano – que exerce o posto de embaixador. Representa a Santa Sé perante os Estados (e perante algumas organizações internacionais) e perante a Igreja local. Costuma ter a dignidade eclesiástica de arcebispo. Normalmente reside na nunciatura apostólica, que goza dos mesmos privilégios e imunidades que uma embaixada. Fonte: DIOCESE DE LINS-SP. **Núncio Apostólico**. Disponível em: < <http://diocesedelins.com.br/igreja/nuncio-apostolico/> > Acesso em: 25 mai 2022.

¹⁴⁹ GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: As visões da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 36.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 37.

por Dom Aloísio Lorscheider, que entre os anos de 1971 e 1979 alcançaria a presidência. Período em que o cargo de secretário-geral foi ocupado por seu primo D. José Ivo Lorscheiter. Entre 1979 e 1987, no período pós-anistia, D. José Ivo Lorscheiter seria eleito presidente e o secretário-geral seria D. Luciano Mendes de Almeida.¹⁵¹ É importante salientar o nome destes bispos, pois no período mais conturbado vivenciado pela Diocese de Nova Iguaçu, a CNBB prestaria um importante apoio à mesma e a seu bispo, Dom Adriano Hypólito.

Em 1976, após o sequestro de Dom Adriano Hypólito, a entidade emitiria uma nota, publicada no *JB*, na qual afirmaria haver “incondicional solidariedade com o seu irmão no Episcopado, D. Adriano, que na Igreja de Nova Iguaçu vem dando admirável exemplo de testemunho cristão a favor dos desvalidos”. Mais adiante, a nota ainda traria uma crítica ao fanatismo de pessoas que não compreendiam o compromisso da Igreja “com os oprimidos, confundindo-o com posições ideológicas” repudiadas pela mesma.¹⁵² No dia seguinte, em nova reportagem, o secretário-geral da CNBB, D. Ivo Lorscheiter afirmaria que o sequestro de D. Adriano e a explosão do carro em frente à sede da entidade “só podem ser atribuídos a grupos de extrema direita inconformados com determinado tipo de ação da Igreja” e complementa dizendo que estes episódios só encorajam “os bispos em sua luta pelos direitos da pessoa humana.”¹⁵³

Em outra oportunidade, no mês de janeiro de 1980, em outra reportagem do *JB*, D. Ivo Lorscheiter, já como presidente da CNBB, conclama que Igreja e sociedade se empenhem para que “o Estado realize investigações sérias sobre os atentados contra o bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito, porque até agora nada foi esclarecido.”¹⁵⁴ Naquela oportunidade, D. Ivo estabelecia uma comparação entre as apurações realizadas pelas autoridades gaúchas sobre o assalto a D. Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre, e a falta de apuração no caso da polícia do Rio de Janeiro sobre os crimes dos quais D. Adriano e sua Diocese foram vítimas.

Além das manifestações de apoio direta da CNBB, D. Adriano e sua Diocese receberam, em todos os casos dos quais foram vítimas, a solidariedade de diversos membros do Episcopado brasileiro, tais como D. Waldyr Calheiros, bispo de Barra do Piraí-Volta Redonda

¹⁵¹ Ver: KORNIS, Mônica; MONTALVÃO, Sérgio. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)**. [199-?]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conferencia-nacional-dos-bispos-do-brasil-cnbb>>. Acesso em: 02 jun. 2022. Ver também: WIKIPEDIA. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%A2ncia_Nacional_dos_Bispos_do_Brasil> Acesso em: 02 jun. 2022

¹⁵² NOTA da CNBB. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 24 set. 1976. 1º Caderno, p. 15.

¹⁵³ D. Ivo vê na ação um radicalismo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 25 set. 1976. 1º Caderno, p. 12.

¹⁵⁴ D. Ivo condena sugestão para que a população se arme. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 9 jan. 1980. 1º Caderno, p. 8.

e D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo. D. Clemente Isnard, vice-presidente da CNBB, em 1980, apesar de declarar ser sua posição pessoal e não da entidade, ao comentar sobre o atentado sofrido pelo jurista Dalmo Dallari, membro da Comissão Nacional de Justiça e Paz, chegou a afirmar: “ouvi falar que os autores do sequestro e maus tratos a Dom Adriano Hypólito foram descobertos, mas não punidos. Se isso for verdade, é lamentável, e a responsabilidade dessa omissão deve naturalmente recair sobre o governo da época.”¹⁵⁵

Mesmo depois da revogação do AI-5 e da entrada em vigor da Lei de Anistia¹⁵⁶, no fim da década de 1970, e apesar das retaliações sofridas pela Diocese de Nova Iguaçu, a luta de seus membros continuaria intensa em favor dos oprimidos. Tanto é assim que, em 31 de janeiro de 1980, durante uma operação policial que prendia lavradores acusados de invadir terras, o padre Joaquim Van Leewen, ao intervir no que considerava ser uma arbitrariedade policial, acabou sendo preso também.¹⁵⁷ Em 13 de abril do mesmo ano, no Centro de Formação de Líderes foi realizado um debate sobre violência e criminalidade na Baixada, no qual estiverem presentes juristas, membros do Judiciário, D. Adriano Hypólito e membros do MAB, entre outros. O debate foi organizado pela Comissão de Justiça e Paz da Diocese.¹⁵⁸

Em outra luta da Diocese, o BNH acolheu o pedido de Dom Adriano, do dr. Paulo Amaral, presidente da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu, como também de outros representantes presentes a uma reunião com o Banco e garantiu que os mutuários inadimplentes em conjuntos residenciais da Baixada e da Zona Norte não seriam despejados. Teriam sim a oportunidade de “recomprar” seus imóveis junto aos “agentes financeiros”, conforme rezava a Resolução BNH66/80. A ordem para o despejo dos mutuários já havia sido dada e eles tinham um prazo de 10 dias para sair dos imóveis. A decisão trouxe um alento para aquelas pessoas.¹⁵⁹

Além das lutas travadas em prol de melhores condições de vida para as pessoas mais necessitadas e do trabalho junto a estas sobre a importância de conhecer e buscar seus direitos,

¹⁵⁵ BISPO diz que não é caso isolado. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 05 jul. 1980. 1º Caderno, p. 4.

¹⁵⁶ Lei Federal nº 6.683/1979. “A Lei da Anistia Política foi promulgada em 1979, no governo do presidente João Baptista Figueiredo, para reverter punições aos cidadãos brasileiros que, entre os anos de 1961 e 1979, foram considerados criminosos políticos pelo regime militar.

A lei garantia, entre outros direitos, o retorno dos exilados ao País, o restabelecimento dos direitos políticos e a volta ao serviço de militares e funcionários da administração pública, excluídos de suas funções durante a ditadura.” Ver: BRASIL. **Lei da Anistia Política reverteu punições da época da ditadura**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/lei-da-anistia-politica-reverteu-punicoes-da-epoca-da-ditadura>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

¹⁵⁷ PM prende padre e posseiros no RJ. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 31 jan. 1980. 1º Caderno, p. 19.

¹⁵⁸ BAIXADA vai debater a criminalidade. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 abr. 1980. 1º Caderno, p. 32.

¹⁵⁹ BNH anuncia fim de despejo e promete a inadimplentes a oportunidade de recompra. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 16 jul. 1980. 1º Caderno, p. 7.

D. Adriano e outros membros da DNI travam uma luta contra aqueles que, julgando-se traídos pelo governo ditatorial que demonstra em suas ações a disposição para um gradual retorno à democracia a partir do mandato de Ernesto Geisel e, principalmente, com o presidente João Baptista Figueiredo, passam a praticar atos terroristas, buscando demonstrar que os ideais dos comunistas estavam vencendo a guerra. É possível inferir este fato a partir de mensagens como a que foi enviada ao senhor Jorge Pinheiro, diretor do Jornal da Convergência Socialista em São Paulo, contendo ameaças a várias personalidades, tais como D. Adriano, D. Pedro Casaldáliga, D. Paulo Evaristo Arns entre outros, que, segundo a VCC (autora da mensagem), precisavam ser advertidos.¹⁶⁰

Nesse contexto tão conturbado, D. Adriano declara que confia no presidente Figueiredo e que não vê a possibilidade de retrocesso no processo de abertura. Forças reacionárias não poderiam impedir que o povo exercesse o papel principal na escolha de seus partidos e políticos, deixando de ser usado por estes, como costumeiramente o eram. Para tanto afirma que:

A Igreja [...] tem o papel de estimular a participação do povo em todas as decisões de seu interesse para não aceitar o que está aí com passividade, como se tudo fosse vontade de Deus e pronto. Não, não é isso. Precisa contribuir para uma consciência crítica, mas sempre com convicção profunda na fé.¹⁶¹

Em 1981, uma nova ação em defesa de trabalhadores rurais é comandada por D. Adriano, pela Comissão de Justiça e Paz e pela Pastoral da Terra, juntamente com a Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio de Janeiro. Um grupo de cerca de 70 posseiros foi preso no bairro de Vila de Cava, no dia 28 de abril de 1981, por ocupar uma propriedade rural na região. Na tarde do dia 29, cinquenta deles foram soltos e, junto aos demais trabalhadores, na noite do mesmo dia, em uma reunião no Centro de Formação de Líderes da Diocese, decidiram permanecer na propriedade. D. Adriano apelou para que o Governo Federal interviesse na situação, que poderia gerar uma grande tensão, “alegando que esta exigia ‘uma solução social, antes de legal.’”¹⁶²

Em junho de 1981, o *JB* noticiaria que o bispo de Nova Iguaçu, padres e pastores reuniram-se no Centro de Pastoral e Ação Catequética da Diocese de Nova Iguaçu em apoio à greve dos operários da Fiat Diesel. A Diocese de Nova Iguaçu e representantes de igrejas evangélicas uniram-se e realizaram diversas ações, incluindo a arrecadação de recursos para

¹⁶⁰ AMEAÇAS. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 set. 1980. 1º Caderno, p. 9.

¹⁶¹ D. Adriano acredita na palavra de Figueiredo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 27 set. 1980. 1º Caderno, p. 4.

¹⁶² POSSEIROS deixam prisão e decidem ficar na fazenda. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 30 abr. 1981. 1º Caderno, p. 18

ajudar aos operários demitidos da fábrica. D. Adriano encerraria a reunião dizendo que estava “em causa a integração do povo no processo social, porque o grande pecado da América Latina é que não se permite o acesso do povo às classes dominantes.”¹⁶³ Falas deste tipo eram uma constante no repertório do bispo e, logicamente, alimentaram as acusações de que este era adepto do comunismo, desconsiderando-se aquilo que, na visão de muitos católicos, seria a missão da Igreja em um contexto de exclusão e exploração do ser humano.

No período da abertura iniciada pelo presidente General Ernesto Geisel e consolidada pelo presidente General João Baptista Figueiredo, não se alterou a gana do bispo, do clero e dos diocesanos na luta pelos direitos humanos. Os movimentos sociais continuaram tendo o apoio da Diocese de Nova Iguaçu e o Centro de Formação de Líderes permaneceu em plena atividade. O envolvimento das diversas Comissões e pastorais da Diocese manteve-se em alta. Salienta-se, assim, o quanto o bispo encontrou apoio em boa parte do clero iguaçuano, bem como em um combativo grupo de leigos que se colocava ao lado deste e do povo, com base nos ensinamentos de Cristo e da Igreja, buscando agir em favor de uma Igreja Missionária que não se contenta em ficar em sua zona de conforto, mas que se identifica com as dores do povo e que se põe à disposição “daqueles que sofrem”.

Na retomada da democracia, em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves para a presidência¹⁶⁴, a atuação dos clérigos continuou sendo efetiva no suporte a estes movimentos sociais e formação do laicato, inclusive com a execução de cursos e palestras que versavam sobre temas como a convocação da Constituinte, em 1986, e sobre a Constituição de 1988. No ano seguinte, na primeira eleição direta para presidente da República desde os anos de 1960, a DNI se coloca, uma vez mais, como um canal de formação e informação sobre o processo eleitoral que elegeria o primeiro presidente da República escolhido pelo voto de todos os eleitores brasileiros registrados.

¹⁶³ GREVE tem apoio ecumênico. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 jun. 1981. 1º Caderno, p. 9.

¹⁶⁴ Tancredo Neves foi eleito pelo Colégio Eleitoral formado por deputados federais, senadores e delegados de cada Assembleia Legislativa dos estados. Seu adversário foi Paulo Maluf. Tancredo não chegou a assumir a presidência pois foi internado com sintomas de apendicite em 14 de março de 1985. Em seu lugar, tomou posse o vice-presidente, o maranhense José Sarney, em 15 de março de 1985. Com a morte do presidente eleito em 21/04/85, Sarney torna-se o primeiro presidente civil após 21 anos de Ditadura Militar.

3. O CLERO IGUAÇUANO NOS ARQUIVOS DA REPRESSÃO

Durante o período da Ditadura Militar, muitos homens e mulheres foram observados pelo regime. O capítulo final desta dissertação se dedica a trazer fatos que se relacionam aos sacerdotes da Diocese de Nova Iguaçu presentes na documentação dos arquivos da repressão.

3.1 – A formação do aparelho repressivo

A Ditadura Militar brasileira, que se estendeu de 1964 a 1985, representou um período no qual a repressão grassou no país. Foram atingidos por ela trabalhadores das mais diversas áreas: militares, políticos, professores, artistas, indígenas, religiosos, estudantes, entre outras pessoas. O período marcou muitas vidas e um dos braços dos governos ditatoriais, o denominado aparelho repressivo, foi de suma importância para a exacerbação da violência de Estado. Para tanto foi criado, por meio da lei 4.341 de 13 de junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações subordinado diretamente à Presidência da República¹⁶⁵. Com a intenção expressa em lei de municiar o presidente da República de informações sobre as questões a respeito da Segurança Nacional, o SNI era o órgão central do SISNI e acabou se notabilizando pelos atos de repressão empreendidos por diversos setores a ele subordinados.

Para se compreender a formação do aparelho repressivo, utilizo-me de trabalhos de autores como Samantha Viz Quadrato e Mariana Joffily. Quadrato cita que a preocupação com a ameaça vermelha, após a segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, fizeram com que houvesse uma ampliação da discussão sobre a Doutrina de Segurança Nacional, o que colaborou com a noção de que o inimigo interno seria o agente de implantação do comunismo no Brasil. Esse perigo, conforme a autora, fomenta o que ela aponta como um novo profissionalismo “voltado para a segurança interna e para a legitimidade das ações do governo”, utilizando-se “da difusão de ideias anticomunistas”¹⁶⁶. Joffily vê uma continuidade nas ações de vigilância implantada no regime e a que havia sido criada em governos anteriores, especialmente por Eurico Gaspar Dutra. Esses órgãos atuavam, especialmente, na coleta, armazenamento e troca de informações e tinham em seu comando oficiais das Forças Armadas. Esta autora demonstra que, quando do golpe, o estado já dispunha de um aparelho repressivo estabelecido, mas que era necessário que

165

¹⁶⁶ QUADRATO, Samantha Viz. **O sistema de informações e a ditadura militar no Brasil**. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, XVI, 2014, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fencontro2014.rj.anpuh.org%2Fresources%2Ffrj%2FAnais%2F1998%2Fautor%2FSamantha%2520Viz%2520Quadrato.doc&wdOrigin=BROWSELINK>. Acesso em: 20 mai. 2023.

este fosse remodelado para atender às necessidades dos governos ditatoriais.¹⁶⁷ Quadrat coaduna com esta afirmação quando cita que, em 1947, foi criado o Serviço Secreto da Marinha-SSM que, com o passar dos anos e com algumas alterações na estrutura organizacional, em 1957 o órgão passaria a ser denominado Centro de Informações da Marinha-CENIMAR.¹⁶⁸

Joffily aponta que uma das primeiras providências adotadas pelo então presidente Castelo Branco, o primeiro presidente da ditadura militar, foi criar o Serviço Nacional de Informações-SNI, sob comando do gal. Golbery. O SNI espalhou-se pelo território nacional por meio da montagem de agências regionais. Em julho de 1967, passariam a compor o aparato repressivo as Divisões de Segurança e Informação-DSIs presentes nos ministérios civis e as Assessorias de Segurança e Informação-ASIs ligadas às universidades e empresas estatais. É importante citar, também, o Centro de Informações do Exterior-Ciex.¹⁶⁹

Com a Constituição de 1967 outorgada, o Exército criou o seu Centro de Inteligência do Exército-CIE e, posteriormente, a Aeronáutica criaria um órgão que dará origem ao Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica-Cisa que, junto com o CENIMAR reestruturado, atuaram fortemente na repressão a militantes políticos. Nesse bojo, também é criada a Escola Nacional de Informações-Esni em Brasília.¹⁷⁰

Na transição do governo de Castello Branco para Costa e Silva, em SP, é criado um núcleo militar que atuará diretamente na repressão aos apontados como subversivos. Trata-se da 2ª Companhia da Polícia do Exército. Esse núcleo, posteriormente, será ampliado para o combate das organizações de esquerda e será batizado, então, de Operação Bandeirante-Oban, sendo que esta teve sua ação beneficiada pela decretação do AI-5 que, entre outras coisas, determinou o fim do habeas corpus nos crimes políticos. A partir da Oban, se constituem nos estados os Destacamentos de Operações de Informações-DOIs e, para a coordenação dos mesmos, são criados os Centros de Operações e Defesa Interna-Codis.¹⁷¹

Quadrat cita ainda que outros órgãos foram incorporados ao SNI, tais como a Junta Coordenadora de Informações-JCI, criada em 1959, e o Serviço Federal de Informações e Contrainformações-SFICI, criado em 1958, e que, até o momento de sua incorporação, “funcionava como agência central de processamento de informações provenientes inclusive de

¹⁶⁷ JOFFILY, M. **O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento**. In: REIS, D; RIDENTI, M; MOTTA, R. P.S. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos depois. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 160.

¹⁶⁸ QUADRAT, op. cit.

¹⁶⁹ JOFFILY, op. cit. p. 160

¹⁷⁰ Ibidem, p. 161-162

¹⁷¹ Ibidem, p. 162-163

outros órgãos, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), autarquias, Secretarias de Segurança dos Estados etc.” A autora aponta ainda o crescimento dos órgãos de informações durante os governos de linha dura de Costa e Silva e Médici, havendo, neste período, um recrudescimento da resistência ao regime por meio de grupos de guerrilhas, por exemplo, e da violência política.¹⁷²

Como mencionado acima, o DOPS era parte da estrutura do SNI, componente central do Sisni¹⁷³. Assim como alguns dos demais órgãos que compunham o sistema, o departamento estava presente Ditadura Militar nos estados do país desde sua criação, que ocorreu nos anos 1920, e com a instauração da, em 1964, passaria a compor a comunidade de informações do Estado brasileiro e atuar fortemente na produção de dados contra aqueles que eram considerados subversivos ou que, de alguma forma, se opunham às arbitrariedades praticadas pelos governantes de turno.

Acredito ser importante apontar a afirmação de Reis que versa sobre a composição da comunidade de informações. Ele afirma que nela se encontravam oficiais bem treinados e com um nível sociocultural elevado e que eram capacidade de análise e mando. Mas também havia “facínoras de todo o tipo, sem falar nos bate-paus obtusos, e nos que se haviam corrompido nos submundos do crime e da contravenção, protegidos pela impunidade dos chamados homens do sistema.”¹⁷⁴

3.2 – Na mira da repressão: continuidades entre o período ditatorial e a Nova República

PEDIDO DE BUSCA nº 059/19/74/ARJ/SNI

Data: 1 Jul 1974

Assunto: D. Adriano Mandarino Hypólito

Referência:

Difusão: 1º EXÉRCITO – SR/DPF/RJ – DOPS/RJ

1 – DADOS CONHECIDOS

a – D. ADRIANO MANDARINO HYPÓLITO é bispo de Nova Iguaçu/RJ.

b – Suas atitudes o identificam como reformista. Através o [sic] jornal de sua Diocese, “A FOLHA”, critica insistentemente os órgãos do Governo Federal, objetivando criar no fiel o sentimento de revolta contra as autoridades, pela ação psicológica negativista que aplica.

¹⁷² Quadrat, op. cit.

¹⁷³ Sobre a organização do Sisni, ver documento exarado pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/SISNI3.pdf> Acesso em: 30 mai. 2023.

¹⁷⁴ REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 65-66.

[...]

d – Pelas características de seu comportamento e pela importância de sua Diocese, merece constante acompanhamento dos órgãos de informação e segurança.

2 – PROVIDÊNCIAS SOLICITADAS

[...]

d – Informações sobre as doutrinações de caráter política, nos Cursilhos.

e – **Informações de elementos do clero mais atuantes dentro da orientação do epígrafado**, citando: área de atuação, pronunciamentos, processos de atuação (campanhas, doutrinações), classes sociais e categorias profissionais mais visadas, meios utilizados (revistas, rádios, panfletos, missas etc.). [grifo meu]

f – Ligações que mantém e apoios que recebe (grupos nacionais ou estrangeiros, facilidades e recursos financeiros, públicos ou privados).

Obs.: É desejável a remessa das informações, ainda que parciais, na medida em que forem montadas.¹⁷⁵

Dom Adriano contava com um grupo de colaboradores no clero que, seja por questão de alinhamento com o pastor, seja por respeito à hierarquia, dava sustento a sua ação pastoral. Verifica-se, entretanto, em face de mostras de insatisfação de um ou outro membro do clero iguaçuano, que este apoio não era unânime. Adriana Serafim, conforme já mencionado no segundo capítulo desta dissertação, aponta o cisma ocorrido no seio da diocese, quando o padre Valdir Ros passou a opor-se ao bispo diocesano¹⁷⁶, assunto que será tratado na terceira seção deste capítulo.

Por ora, cabe ressaltar que, no período no qual vigorou a Ditadura Militar (1964-1985), muitas pessoas tiveram seus passos acompanhados pelos agentes do Estado. Paulo César Gomes cita que dentre os diversos grupos observados estavam os bispos católicos. Ele afirma que são recorrentes as citações sobre estes sacerdotes¹⁷⁷. Conforme o documento citado aponta, existia uma preocupação do regime com o bispo D. Adriano Hypólito, considerado como integrante da linha progressista do episcopado nacional. Concordando com a afirmação de Gomes, acrescento que, além dos bispos, outros membros do clero também eram vigiados como pude observar em relação aos religiosos da DNI. É necessário se verificar como os agentes do SNI e de seus assemelhados, no estado do Rio de Janeiro, voltavam seu olhar para estes outros

¹⁷⁵ POLÍCIAS POLÍTICAS DO RIO DE JANEIRO. Departamento Geral de Investigações Especiais. **Prontuário Rio de Janeiro de Adriano Mandarino Hypolito nº 32.444**. Rio de Janeiro, 197-. Disponível em: <<http://base.aperj.rj.gov.br/index.php/pol-cias-pol-ticas-do-rio-de-janeiro>>. Acesso: 25 mai. 2022

¹⁷⁶ SERAFIM, Adriana da Silva. **A missa da unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu** (1982). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História. 2013. 112p.

¹⁷⁷ GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: As visões da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 113.

membros do clero daquela diocese. Cabe analisar, portanto, como o aparato repressivo acompanhava os sacerdotes da DNI.

Entre os sacerdotes observados por agentes do Estado estão padres como Geraldo Lima, Agostinho Pretto, Renato Chiera, Valdir Oliveira, frei Luiz Gonzaga Thomaz, entre outros religiosos que atuavam na DNI em consonância com a linha pastoral de Dom Adriano Hypólito. Sendo assim, foi possível localizar diversos documentos produzidos pelos órgãos da repressão, tanto no Arquivo Nacional quanto no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro que faziam menção a um ou mais sacerdotes da diocese. Por meio destes documentos é possível notar como os agentes que os produziam usavam termos muito parecidos, por vezes idênticos, para se referir às ações do bispo e as dos demais membros do clero. Para exemplificar, transcrevo a seguir citação de um informe produzido pelo Centro de Inteligência do Exército-CIE, no dia 03 de junho de 1985, portanto, após o término do governo do último general-presidente, João Baptista Figueiredo. O trecho atesta que os agentes do Estado convencionaram denominar o clero de progressista:

Frei LUIZ GONZAGA THOMAZ, Presidente da Comissão de Justiça e Paz da Diocese de NOVA IGUAÇU/RJ, Presidente da CARITAS DIOCESANA da mesma Diocese, pároco da Igreja SANTO ANTONIO DA PRATA e **representante ativo do clero progressista** naquele Município, veio engrossar o seu vasto dossiê de agitação e de incitação á invasão de terras particulares, ao fazer publicar um artigo sob o título "NOVA OCUPAÇÃO REQUISITA VOCÊ", no Jornal de HOJE, dia 13 Abr 85¹⁷⁸.

Como se nota, apontar o frei como “representante ativo do clero progressista” com um “vasto dossiê de agitação” é um indicativo de como este sacerdote era visto e acompanhado pelos agentes do Estado. Em um outro documento, este de 29 de agosto de 1979, os agentes do SNI relataram os acontecimentos de uma reunião ocorrida no dia 05 do mesmo mês, no Centro de Formação de Líderes, na qual se debateu uma palestra do antropólogo Gilberto Velho que abordava diversos temas, tais como reforma agrária, movimentos grevistas, administração pública, entre outros. O registro de informações principia com anotações referentes ao local: “o Centro de Formação de Líderes (CFL) da Diocese de Nova Iguaçu tem sido palco das diversas reuniões e manifestações contestatórias e/ou doutrinárias contra os Governos Federal,

¹⁷⁸ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR_DFANBSB_V8. Rio de Janeiro, 1985, f. 4. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/85050475/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_85050475_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2022

Estadual e Municipal.”¹⁷⁹ Após essa seção, chamada “ambientação”, foram elencados dados como o número de participantes, indicando o nome das pessoas que compunham a mesa de debates, bem como daqueles que fizeram uso da palavra, sejam eles integrantes do clero ou não. Concluindo o RI, tem-se:

A atuação da Diocese de NOVA IGUAÇU vem nos últimos meses aumentando junto a vários segmentos da sociedade tendo a frente D. ADRIANO HIPÓLITO e o advogado PAULO DE ALMEIDA AMARAL com finalidades contestatórias e de incitamento de luta de classes.

Um de seus principais objetivos é induzir as camadas da população de mais baixa renda para uma aglutinação, em Associações CEBs etc. visando a consecução de seus objetivos como a casa própria, melhores salários, bem como, a arregimentação e conscientização de novos simpatizantes, contando para tanto de amplas instalações no CENTRO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES e com grande número de ativistas e doutrinadores bem orientados e treinados.¹⁸⁰

Como é possível depreender daquilo que o agente do SNI relatou, a visão sobre as ações da diocese é de que a esta se insere em um ambiente de contestação ao regime ditatorial vigente, já em um início de distensão, e que, sendo assim, merecia a devida atenção por parte do aparelho repressivo. Conforme se pode observar no trecho transcrito, ao nome de D. Adriano Hypólito se junta o do advogado Paulo de Almeida Amaral, então vice-presidente da Comissão Diocesana de Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu, como líderes desse movimento contestatório. Apesar do nome deste personagem e de outros leigos serem recorrentes nos documentos exarados pelos órgãos da repressão, esta pesquisa não os enfocará porquanto seu objetivo é apontar nomes de clérigos da diocese que tenham recebido atenção dos agentes do regime. Decerto esta dissertação não tem a pretensão de apontar todos os nomes do clero local que faziam parte deste grupo, mas sim de alguns destes e, por limitações da própria pesquisa, deu-se preferência a relacionar aqueles nomes que de certa forma traziam alguma preocupação ao regime militar, especialmente por ações ligadas aos trabalhadores, reforma agrária, luta por direito à educação, segurança e saúde, entre outros temas.

Há diversos documentos nos quais os agentes do Estado acompanham a rotina pública de diversos sacerdotes, em especial, de reuniões com camponeses, trabalhadores urbanos, componentes do Movimento Amigos do Bairro, defensores dos direitos humanos e outros. Existe a ideia de que estes representantes do clero estavam incutindo nas massas ideias de cunho

¹⁷⁹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações - BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1979. f. 2-4. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/79001243/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_79001243_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2022

¹⁸⁰ *Ibidem*.

socialista/esquerdista. Isso também fica explícito em passagens escritas em alguns dos documentos analisados para esta pesquisa. A preocupação é colocada, especialmente, no contexto da reabertura e mesmo após a redemocratização. É o que se observa, por exemplo, neste trecho contido na INFORMAÇÃO N. 027/115/ARJ/81:

A Baixada Fluminense, onde o quadro de dificuldades socioeconômicas propicia condições para manifestações subversivas de inconformismo diante do regime, vem sendo alvo bastante explorado com objetivos político-eleitorais por parte de grupos de esquerda aliados ao Clero Progressista, bastante atuante na região¹⁸¹.

Novamente é utilizada a expressão clero progressista e apontado que este atuava em alinhamento com grupo de esquerda em atos de natureza subversiva. Desse clero dito progressista, fariam parte sacerdotes brasileiros e estrangeiros. O número de sacerdotes estrangeiros que faziam parte da Diocese de Nova Iguaçu chamava atenção dos agentes do SNI. Havia o temor de que “ideologias alienígenas” fossem infiltradas, em especial, por meio destes religiosos. Durante o período analisado, a saber, de 1976 a 1989, muitos padres e freis estrangeiros desenvolveram seu sacerdócio nas terras da Baixada Fluminense e em milhares de cidades brasileiras. Esses homens deixavam seu país de origem, suas famílias e abraçavam seu sacerdócio em terras distantes. Muitos destes que exerceram seu trabalho em solo iguaçuano vinham de países europeus. Eram diversos italianos, belgas, portugueses, alemães, irlandeses etc. que chegavam à região e se deparavam com a realidade enfrentada pelos rebanhos que lhes seriam confiados.

Em documento de janeiro de 1987, ACE 014171/87, o agente responsável pela pesquisa constata que dos sessenta e cinco religiosos pertencentes à diocese comandada por Dom Adriano Hypólito naquele momento, trinta e sete eram estrangeiros, portanto cerca de cinquenta e sete por cento dos sacerdotes disponíveis para o trabalho.¹⁸² A partir da implementação da lei federal 6.185 de 19 de agosto de 1980, conhecida como Estatuto do Estrangeiro,¹⁸³ cria-se um temor sobre a expulsão de padres e religiosos estrangeiros em muitos lugares do país, caso

¹⁸¹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1981. f. 3-4. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/81005598/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_81005598_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.

¹⁸² ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1987. f. 3-5. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/87014174/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_87014174_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022

¹⁸³ BRASIL. Lei 6815 de 19 de agosto de 1980 - Estatuto do Estrangeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16815.htm#:~:text=L6815&text=LEI%20N%C2%BA%206.815%2C%20DE%2019%20DE%20AGOSTO%20DE%201980.&text=Define%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20jur%C3%ADica%20do,6.964%2C%20DE%2009.12.1981>. Acesso em 20 ago. 2022.

estes contrariassem algumas das normas ali previstas. Como afirma Dias (2010, p. 155), a ditadura militar, para além das arbitrariedades praticadas, “procurou erigir um aparato legal - com métodos coercitivos, evidentemente, a fim de conferir certa aura de legitimidade à sua política.”¹⁸⁴ Durante a pesquisa, não foi encontrado nenhum documento que fizesse referência à expulsão de algum sacerdote estrangeiro da DNI.

A preocupação com os sacerdotes estrangeiros fica evidente em diversos documentos. Nomes de sacerdotes brasileiros e estrangeiros aparecem na Informação nº 239/19/ARJ/79 de 04 de dezembro de 1979, intitulada “Ação da Esquerda Clerical – Diocese de Nova Iguaçu-RJ” em suas páginas de cinco a sete onde indica-se as pessoas ligadas à DNI que seriam seguidoras da “linha progressista” do bispo diocesano, conforme segue:

- Pe IVANILDO DE HOLLANDA CUNHA, do CEPAC
 - Pe EUGÊNIO MANOEL MONTEIRO, do CEPAC
 - Pe JULIANO
 - Pe JOSÉ DEVOS, da Pastoral Operária (Anexo E)
 - Pe MARCOS
 - Pe ESTEVÃO
 - Pe CLÁUDIO
 - Pe "JOÃOZINHO"
 - Pe JOÃO MARTINO
 - Pe VALDIR DE OLIVEIRA, Pároco da Igreja de N.S.das Graças
 - Pe ALÍPIO
 - Pe JOÃO DE NILS, Encarregado dos Cursos
 - Pe VICTOR BERTOLI
 - Pe RICARDO QUELLETE
 - Pe JOSÉ CHOUBI
 - Pe RENATO CHIERA
 - Frei LUIZ GONZAGA THOMAZ Diretor do CENTRO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES
- [...] ¹⁸⁵

A lista contém o nome de cinquenta e quatro pessoas entre sacerdotes e leigos, sendo que um dos nomes aparece duas vezes, mas por necessidade da pesquisa, transcrevemos apenas o nome de sacerdotes que apareciam nela e que, conforme relata o agente do SNI, fariam parte do grupo mais próximo ao bispo da DNI. O autor deste documento considera que a influência de Dom Adriano Hypólito não se dá só entre os sacerdotes, religiosos e religiosas, mas também sobre lideranças locais do laicato. Nesse mesmo documento em que se listam os nomes dos

¹⁸⁴ DIAS, R. B. **A Máscara Chinesa:** Notas sobre uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da ditadura militar. Tempo e Argumento, v. 2, n. 1, p. 155, jan./jul. 2010

¹⁸⁵ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1979. f. 6-8. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/79001936/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_79001936_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022

apoiadores do bispo, pode-se observar as seguintes anotações como conclusão das observações sobre as ações da DNI até aquele momento:

- a - A ação do clero da DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, dirigida por D. ADRIANO MANDARINO HYOLITO, se pauta na linha progressista dando apoio ostensivo e incitando os movimentos contestatórios e reivindicatórios de diversos segmentos da sociedade.
- b - Mantém ligação e apoia ações de elementos esquerdistas, muitos dos quais sofreram punições pelos Governos Revolucionários.
- c - Suas atividades, quer nos campos político, social e econômico, são sentidas no tocante a anistia, formação de partidos políticos, habitação, custo de vida e outros, extrapolando, assim, a ação religiosa da Igreja Católica.
- d - Possui grande apoio popular as suas campanhas pelos "pobres e oprimidos" tendo por conseguinte "massa de manobra", fruto de uma doutrinação e divulgação constante de suas ideias, inclusive de rebeldia às autoridades constituídas.
- e - Finalmente, devido às ações dos membros da Diocese, já se pode notar alguma reação aos seus métodos.¹⁸⁶

Fica evidenciada, nos quatro primeiros itens, a visão que os órgãos de repressão tinham das ações empreendidas pela DNI e seus membros. Como se pode notar, há uma crítica ao que se considera um inadequado envolvimento da igreja local com as questões políticas, sociais e econômicas. Para os agentes do SNI, tais temas não guardavam relação com a religião e, portanto, não deveriam ser tratados pelos sacerdotes da Igreja. Já o último item traz uma informação que parece agradar ao agente, pois este relata, de forma positiva, que já se podia notar, naquele momento, o que considerou ser reações às ações da linha progressista da DNI.

É certo que a participação de membros leigos da DNI junto ao bispo também atraiu para estes o olhar do aparelho repressivo, mas a própria forma com a qual os nomes são elencados, na lista citada na página anterior, aponta para o que pode ser considerado uma hierarquia de importância dada pelo próprio sistema repressivo. Com base nesta percepção e buscando demonstrar que o bispo diocesano não teria como exercer seu trabalho pastoral na defesa dos direitos humanos e na luta por direitos sociais básicos, se não contasse com o devido suporte dos outros membros do clero, serão apresentados, na segunda seção deste capítulo, os nomes de alguns sacerdotes estrangeiros e brasileiros que foram localizados em documentos encontrados no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro em atividades na diocese ou em outros espaços nos quais se fizeram presentes em virtude de seu sacerdócio.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 8

As anotações feitas pelos agentes da repressão sobre os religiosos são dados que reforçam a importância dada pelo Estado às ações empreendidas por estes em consonância com D. Adriano. Teixeira expõe que a montagem de arquivos dos indivíduos, que eram considerados subversivos, passa a ser uma atividade amplamente realizada envolvendo um conjunto de órgãos governamentais.¹⁸⁷ No caso da DNI, o número de documentos produzidos sobre os membros do clero corrobora com a afirmação deste autor.

Exemplificando o que se afirmou anteriormente, cito a informação 1132, de 16 de setembro de 1982, originada no CIE, na qual consta que foi realizado, na cidade de Belo Horizonte - MG, no período de 19 a 23 de julho de 1982, o III Encontro Nacional sobre a História da Igreja no Brasil patrocinado pelo Centro de Estudos e Pesquisas da História da Igreja no Brasil-CEPEHIB, ligado à Arquidiocese de São Paulo, no qual entre os mais de 30 participantes, constava a presença de Ivo Plunian, padre da DNI. O encontro, na observação final escrita pelo agente do CIE:

foi mais uma forma do clero progressista disseminar suas ideias e mostrar a aceitação tácita do chamado "MARXISMO CRISTÃO", já, hoje, novamente instalado entre a juventude militante nas pastorais.

Tal fato ficou caracterizado no "Encontro Preparatório", com a participação de elementos da Pastoral da Juventude, adeptos do PT, e encerrado com a conferência do "marxista-cristão", JOÃO BATISTA DOS MARES GUIA.

O Encontro Preparatório "resumiu-se em ataques e críticas contundentes aos governos pós 64 e ao sistema vigente.

A criação de núcleos do CEPEHIB, em todo o BRASIL, por certo munira o clero progressista de mais uma organização, a nível nacional, para a consecução de seus objetivos¹⁸⁸.

Uma vez mais o clero progressista da Igreja Católica é considerado, por um agente do Estado como disseminador da ideologia marxista. Para ele, a afirmação de um leigo que proferiu uma conferência no encontro, sr. João Batista dos Mares Guia, de que seria um marxista cristão, deve ser considerado como uma filiação geral do clero ao marxismo. Tal visão desconsidera até o caráter do Encontro, pois este tinha como tema a História da Igreja no Brasil e não era dirigido, especificamente, a sacerdotes católicos, mas, como comprova a própria lista de presença elencada no documento, a leigos e interessados no tema.

A presença de padre Ivo Plunian em um evento no qual houve menção ao marxismo parece merecer atenção do CIE, e um outro documento, Informe nº 176/119/ARJ/81, expõe

¹⁸⁷ TEIXEIRENSE, Pedro Ivo. **A invenção do inimigo: história e memória dos dossiês e contradossiês da ditadura militar brasileira: 1964-2001**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022, p. 56.

¹⁸⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1982. f. 7. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/82027844/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_82027844_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2022

como um ato local também merece o devido acompanhamento da agência do SNI do Estado do Rio de Janeiro. O agente relata a ocorrência de uma manifestação em Nova Iguaçu que tem como tema o “dia mundial das missões”. Organizada por frei Luiz Gonzaga Thomáz da DNI e com direção do bispo de Duque de Caxias, D. Mauro Morelli, o evento que reuniu cerca de 500 pessoas, conforme consta no documento, também foi utilizado para criticar a prisão, em Belém do Pará, dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou, tida como reacionária por parte dos que lá estavam. Foi descrita a presença de vários religiosos e leigos da DNI, entre eles consta o nome do padre Ivo Plunian, de mesma nacionalidade dos sacerdotes presos em Belém-PA¹⁸⁹.

Assim como o padre Ivo Plunian, outro sacerdote da DNI, padre Edward Nealon, que exercia seu sacerdócio em Paracambi, depois de ter passado por Queimados, também era observado em face de sua preocupação com as questões relacionadas à terra. Durante a pesquisa nas fontes do Arquivo Nacional, pode-se encontrar dois documentos que faziam menção a seu nome nos tempos em que desempenhava seu sacerdócio em Cuiabá, Mato Grosso. Naquela oportunidade, o padre era o responsável pela Regional da CPT/MT e realizava os contatos com o líder da CPT Nacional, padre Ivo Poletto. Conforme a Informação nº 291/D9/CISA-BR/77 de 03 de outubro de 1977, constava no relatório do segundo encontro da CPT/MT o desenvolvimento de teses marxistas sobre a propriedade da terra, pois, segundo o que foi apontado, esta seria um bem comum que deveria beneficiar todos os homens¹⁹⁰.

A atenção dada ao padre Edward Nealon, em Cuiabá, permanece quando ele já exerce seu sacerdócio na DNI. É isso o que demonstra um documento presente no conjunto documental apostado no Relatório S/Nº ARJ, de 04 de novembro de 1985, presente no ACE 053980/86, consta que:

O padre Eduardo Neolon, desde de que chegou a Paracambi, principiou obstinadamente a abordar temas de caráter eminentemente políticos, estivesse onde estivesse, e com muito mais ênfase nos sermões das missas, inclusive nas de sétimo dia de falecimento (sic). [...]

Após sete meses de preparação e conscientização o Padre Eduardo principiou aquartelando em dependências da igreja; conhecido por centro de formação, um membro grande de pessoas vindas de diversas localidades da região (JAPERI, QUEIMADOS, SEROPEDICA, ITAGUAI e etc) desde SEXTA-

¹⁸⁹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1981. f. 2-3. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/81005574/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_81005574_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 10 ago 2022.

¹⁹⁰ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica - BR DFANBSB VAZ. Mato Grosso, 1977. f. 1. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_VAZ/0/0/06115/BR_DFANBSB_VAZ_0_0_06115_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FEIRA, que antecedeu a invasão, realizada no alvorecer de domingo dia 08/09/85.¹⁹¹

O sacerdote é retratado pelo agente do SNI como uma liderança entre os trabalhadores rurais, além de mentor intelectual da invasão à fazenda. Conforme consta no mesmo relatório, o dono da propriedade conseguiu a reintegração de posse de suas terras cerca de dez dias depois da invasão. Pode-se observar que havia a predisposição de apontar o responsável pela ação e que, em razão da realidade do momento, se havia um sacerdote da DNI envolvido nesta, conclui-se que este lidera o movimento.

Obviamente os agentes buscavam mais informações sobre as pessoas que prestavam apoio ao bispo D. Adriano. É o que se verifica no Informe nº 002/19/ARJ/84 de 02 de fevereiro de 1984 que tinha por objetivo identificar leigos e religiosos atuantes no processo subversivo nos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Neste documento é possível localizar o seguinte trecho:

- 1 - A área compreendida por esta ARJ possui grande número de elementos que podem ser considerados militantes ou difusores do processo e ideais subversivos;
- 2 - A ala progressista do clero, com atuação marcante no RIO DE JANEIRO e ESPÍRITO SANTO, congrega, além de religiosos, leigos que dissimulam suas atividades perturbadoras da ordem, sob a forma de trabalho pastoral.¹⁹²

Como se pode depreender destes dois itens, a associação da ala progressista, que os agentes do regime consideravam subversão, era patente conforme visto na resposta ao documento. Essa resposta está no informe nº 005/19/ARJ/84 de 17 de fevereiro de 1984, onde são encontradas informações de mais de uma dezena de pessoas entre leigos e religiosos que atuavam na Baixada Fluminense e, entre eles, é possível localizar um breve histórico sobre alguns religiosos, leigos e suas atividades. Se visualiza no documento, em relação a sacerdotes, o nome do padre Matteo Vivalda com as seguintes anotações feitas pelo agente do SNI-ARJ:

Vigário-Geral da Diocese de NOVA IGUAÇU/RJ.
Participa direta ou indiretamente dos trabalhos ligados à JUVENTUDE TRABALHISTA (JT), JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA (JOC) e AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA (ACO), da Diocese de NOVA IGUAÇU.

¹⁹¹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1986. fs. 16-17. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/86053980/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86053980_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

¹⁹² ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1984. f. 2. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/84010275/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_84010275_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022

Participa ativamente dos Movimentos de Posseiros em NOVA IGUAÇU.¹⁹³

Além da menção ao nome do padre Vivalda, há ainda a indicação de outro religioso da DNI, William Marc Gisterlinck, de dois sacerdotes da Diocese de Duque de Caxias e onze leigos atuantes na Baixada Fluminense. O documento trazia o histórico destes indivíduos bem como de suas ações junto aos moradores da Baixada Fluminense. O documento contém fotografias destes.¹⁹⁴ Sobre Gisterlinck é possível observar as seguintes informações:

- Nacional da BÉLGICA, religioso da Ordem CONGREGAÇÃO DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA (CICM), atua na Diocese de NOVA IGUAÇU/RJ como Liberado da Igreja
- Em Jun 81, foi eleito Coordenador Diocesano de Pastoral da Diocese de NOVA IGUAÇU/RJ
- Em Ago 81, viajou para BRASÍLIA em companhia do Bispo Dom ADRIANO HYPÓLITO e outros padres do Diocese de NOVA IGUAÇU a fim de participarem de uma reunião da CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB)
- Participou ativamente das reuniões de cunho político na Igreja Nossa Senhora das Graças, MESQUITA/NOVA IGUAÇU/RJ
- Coordenou reuniões da AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA (ACO) e da JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA (JOC), na Comunidade de Santa Maria/Belford Roxo/NOVA IGUAÇU/RJ
- Em Jun 82, assinou manifesto juntamente com o Padre MATHEUS VIVALDA sobre a "CONDENÇÃO DOS PADRES E POSSEIROS DO ARAGUAIA"
- Em Jun 83, foi reeleito Coordenador Diocesano de Pastoral da Diocese do NOVA IGUAÇU/RJ.¹⁹⁵

Como é possível observar no documento, há a indicação de seu envolvimento em assuntos relacionados a questões políticas. Além disso, conforme já se apontou nesta dissertação, tem-se a indicação de que ele ocupou importante lugar na hierarquia da DNI de acordo com o que é descrito no documento, pois foi eleito duas vezes seguidas como Coordenador Diocesano de Pastoral nos anos de 1981 e 1983.

A busca por outros documentos que contivessem informações sobre padre Vivalda e Gisterlinck possibilitou um interessante achado. Dentre os diversos documentos analisados nos quais são citados religiosos da DNI, um deles, a princípio, parece ser uma exceção. Refiro-me ao informe nº 517/82-SI/SR/RJ no qual o assunto é o próprio religioso, neste caso William Marc Gisterlinck, o que não acontece com nenhum dos outros mencionados nesta pesquisa dentro do acervo documental pesquisado. Neste informe vê-se:

¹⁹³ *Ibidem*

¹⁹⁴ *Ibidem*

¹⁹⁵ *Ibidem*

5- Participa ativamente das reuniões de cunho político na Igreja de Nossa Senhora das Graças, situada na rua Paraná, Distrito de Mesquita/NIG, dirigida pelo padre WALDIR DE OLIVEIRA.

6- Participou como um dos orientadores do "curso" A DIMENSÃO POLÍTICA DA FE CRISTÃ (divulgação da Cartilha de Educação Política, ministrada na Igreja de Santa Rita de Cassia, no bairro 'Cruzeiro do Sul/NIG, em abril/82, onde usou o codinome de “padre Meo”; juntamente com o titular daquela Igreja, padre RENATO CHIERA, também muito atuante nesta área.

7- Coordenou as reuniões da AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA (ACO) e da JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA(JOC), na comunidade de Santa faria, no bairro de Belford-Roxo e no CENTRO PASTORAL CATEQUÉTICO (CEPAC), situado na rua Capitão Chaves, nº 60, centro desta cidade.¹⁹⁶

Pode depreender-se do documento que o religioso era ligado, especialmente, aos grupos da Igreja que lidavam com as causas dos operários. Considero que a principal acusação contida neste trecho é que Gistelinck participava de reuniões de cunho político sendo, inclusive, orientador em cursos que versam sobre o tema, o que seria considerado perigoso pelo regime. Gisterlinck seria, portanto, um elemento que merecia ser observado. Os documentos encontrados para esta pesquisa colaboram para esta percepção. No mesmo relato há a informação que ele viajara, em 27 de agosto de 1981, para participar de reunião da CNBB, tendo por companhia o bispo D. Adriano e os padres Agostinho Pretto e Matheus Vivalda, então vigário-geral da diocese.

É possível observar que a vigilância sobre parte dos clérigos da DNI é ostensiva e se dá em uma ampla quantidade de eventos ocorridos no território diocesano, tal como aponta a informação nº 146/119 /ARJ/79 de 10 de agosto de 1979 produzida pelo SNI-Agência Rio de Janeiro que tinha como assunto o “I Encontro pró-anistia ampla geral e irrestrita”, no qual o padre Valdir Oliveira reuniu no salão de sua paróquia cerca de 100 (cem) pessoas, sendo que a maioria deles era estudante, para falar sobre o tema da anistia àqueles “elementos punidos pela Revolução de 1964”. Tal reunião durou duas horas e quarenta minutos, tendo se iniciado às 20h. Neste mesmo documento é descrito que padre Valdir, consta a grafia com a letra W em lugar do V inicial, “desenvolvia atividades pastorais na Diocese de NOVA IGUAÇU/RJ, onde

¹⁹⁶ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1982. fs. 3-4. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/82006193/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_82006193_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

recebeu forte influência de D. ADRIANO HIPÓLITO”¹⁹⁷, também com erro de grafia, pois no lugar do primeiro i deveria ser colocado um y.

Nos documentos analisados nas páginas anteriores desta seção, além do bispo diocesano, foram citados os nomes de outros sete religiosos da DNI. Além dos já citados, outro nome encontrado é o do padre Renato Chiera, conforme a Informação nº 065/430/ARJ/82 do SNI, onde se tem a seguinte descrição sobre ele: “pároco da Igreja de Santa Rita de Cássia, localizada no bairro CRUZEIRO DO SUL - NOVA IGUAÇU/RJ e responsável pela Doutrinação Política junto à DIOCESE”¹⁹⁸. É clara, portanto, como o agente do SNI considera o padre uma liderança dentro da DNI, merecendo, assim, especial atenção. Há, portanto, razões para observá-lo.

O padre volta a ser citado no Informe 065/119/ARJ/82. Há o seguinte texto sobre reunião ocorrida em trinta e um de março de 1982 com o tema “Fé e política” por ele comandado:

O objetivo foi a conscientização do povo sobre a "realidade da abertura" e a necessidade de votar também conscientemente. [...]

Durante o ato público, ilustrado com "slides" e quadro-negro, teceram-se amplas críticas ao Governo, apontado como "protetor dos mais ricos" e "de estar vendendo o país, desde 1964, ao capital estrangeiro".¹⁹⁹

Como se pode verificar no texto, chama a atenção do agente que transcreve o que teria ocorrido no ato, as críticas ao governo, em especial a associação deste ao capital estrangeiro e a defesa dos mais ricos. Por óbvio, tal referência feria a imagem que o governo buscava passar na qual prevalecia um forte teor ufanista demonstrado no lema “Brasil: ame-o ou deixe-o” e, sendo assim, procurando demonstrar como este tinha seu olhar voltado para toda a população nacional. De tal forma, a ação crítica de padres como Renato Chiera contrariava a visão que os agentes nutriam pelo regime, pois, conforme se pode depreender das informações trazidas nos documentos analisados para esta pesquisa, estes rechaçavam como infundadas as acusações proferidas contra o governo por aqueles que consideravam doutrinadores políticos.

¹⁹⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1979. f. 2. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/79001125/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_79001125_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

¹⁹⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1982. fs. 4-5. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/82006126/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_82006126_d0002de0002.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022

¹⁹⁹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1982. f. 2. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/82006155/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_82006155_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

Juntamente com padre Renato Chiera e outros é citado no ENCAMINHAMENTO Nº 324/430/ARJ/84, que versa sobre a atuação dos sacerdotes italianos no Brasil, o padre Luigi Costanzo Bruno que, segundo consta, é tido como elemento ligado às CEBs, CEIAL, CEDI, entre outros²⁰⁰. Um outro documento indica que Padre Bruno participou do Conselho Diocesano e, em 1988, consta no documento RRI/00997/140/B7J/88 de 05 de janeiro de 1989 como membro da Pastoral do Menor²⁰¹.

Nota-se como as ações de diversos sacerdotes da DNI causavam preocupação nos agentes da repressão. Ao padre José Devos, em documento já citado na parte inicial deste capítulo, é reservada uma das páginas deste para fazer um breve histórico do sacerdote conforme se pode verificar a seguir:

- Um dos 10 do GRUPO DA PASTORAL OPERÁRIA; [...]
- Elemento extremamente radical, quanto a situação do operário no BRASIL. Participava, ativamente, de todo movimento da Pastoral Operária;
- Mantém ligações com a direção da CASA DE ORAÇÃO FREI JORDÃO MAI, localizada à r. dos Contabilistas, 117 - Bairro da Posse - NOVA IGUAÇU/RJ;
- Fez viagens ao exterior.²⁰²

É possível notar que seu observador o considerava como “extremamente radical” nas questões que afetavam o operariado brasileiro. Seria, portanto, alguém que participava de alguma forma de movimentos contestatórios e, por conseguinte, era alinhado com a linha progressista do bispo diocesano. Essa visão sobre os sacerdotes da DNI está em consonância com aquilo que Gomes aponta em nível nacional, ou seja, que os agentes da repressão consideravam que “era evidente a aproximação de determinada ala da Igreja das ideias comunistas, principalmente quando defendiam direitos humanos”.²⁰³

Era grande a preocupação dos agentes do Estado com as viagens dos sacerdotes ao exterior. Como a DNI contava com o trabalho de muitos religiosos estrangeiros, havia a necessidade de acompanhar a movimentação destes. A diocese também contava com o apoio financeiro de instituições estrangeiras como a alemã Adveniat para seu trabalho pastoral na

²⁰⁰ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1984. f. 77-78. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/84011401/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_84011401_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022

²⁰¹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1989. f. 3. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CC/C/89017070/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_89017070_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

²⁰² ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1979. f. 17. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/79001936/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_79001936_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022

²⁰³ GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: As visões da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 119.

Baixada Fluminense, o que possibilitava importantes contatos fora do país. Segundo Kronenberg, o clero progressista denunciava à imprensa internacional toda a sorte de atrocidades cometidas pelo regime, o que “não condizia com a imagem de defesa da democracia que a ditadura tentava construir interna e externamente.”²⁰⁴ A anotação no documento relativo ao padre José Devos, bem como outros que trazem informações sobre viagem de D. Adriano à Europa, corroboram com sua afirmação. Pela característica do clero iguaçuano de ser formado em grande parte por religiosos estrangeiros, havia uma clara preocupação com as ações desenvolvidas por este na Baixada Fluminense e fora desta.

Em relação aos religiosos brasileiros, pode-se citar o caso do padre Geraldo João Lima, para o qual existe uma confusão nos documentos oficiais envolvendo o seu nome e o de um padre de Fortaleza/CE de nome Geraldo de Oliveira Lima arrolado em um inquérito policial militar (IPM) na citada cidade, conforme aponta a informação 20-D/82 de 12 de janeiro de 1982 exarada pelo Ministério do Exército-I Exército. No mesmo documento encontra-se os seguintes dados sobre o sacerdote do clero iguaçuano:

- Clero Secular, brasileiro, nascido 16 Out 37 e ordenado - 20 Jun 64.
- Em Mar 80, foi designado para Assistente Nacional da JOC, em substituição ao Padre ADELAR PEDRO DE DAVID, deixando a Diocese de NOVAIGUAÇU. Nessa Diocese mostrou-se muito atuante. É progressista radical.²⁰⁵

Neste documento, há a informação que o padre Geraldo é considerado pelos agentes da repressão um “progressista radical” por sua atuação junto ao operariado e a outros grupos. Como também se pode depreender do texto, o padre tinha função de destaque na JOC chegando a desempenhar o posto máximo no comando desta. O padre realiza seu trabalho pastoral também entre os lavradores, estando ligado à luta pela melhoria da vida destes, especialmente na questão da reforma agrária.

Em outro documento, informação nº 072/119/ARJ/78, que alude à questão relativa à semelhança dos nomes dos dois padres, há a indicação que o padre Geraldo João de Lima é tido como um homem de confiança de D. Adriano atuando também junto à Comunidade Eclesial de

²⁰⁴ KRONENBERG, Adriana Bastos. **Dom Adriano Hypólito no rastro da violência em Nova Iguaçu**. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 44.

²⁰⁵ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1982. f. 6. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/82005699/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_82005699_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

Base. Além disso, ele também era professor do Centro de Pastoral e Catequese (CEPAC).²⁰⁶ No informe nº 289 M36 E2/80 de 21 de maio de 1980, que se refere à sua escolha como novo Assistente Nacional da JOC, também é colocada a informação que ele é progressista.²⁰⁷

A quantidade de documentos do SISNI relativos aos clérigos da DNI utilizados para esta pesquisa onde é apontado que tais sacerdotes pertencem ao clero progressista é bem relevante. É o caso também de outro padre para o qual constam anotações chama-se Agostinho Pretto. Em documento citado sobre o padre Geraldo, informações e atividades do padre Agostinho Pretto são elencadas conforme transcrito a seguir:

- Clero Secular, brasileiro, nascido a 28 Mar 24 e ordenado a 30 Nov 53.
- Indiciado em 1PM por envolvimento em atividades subversivas na ACO/JOC.
- Assistente Nacional ACO e Assistente Eclesiástico Latino-Americano da JOC. Coordenador Nacional da Pastoral Operária.
- Tem participado de reuniões da PASTORAL OPERÁRIA, em BELO HORIZONTE/MG.
- Esteve em PARIS/FRANÇA em Abr 81.
- Costuma viajar pelo BRASIL, realizando contatos e fazendo palestras. [...]
- Atualmente, pertence ao presbitério da Diocese de NOVA IGUAÇU-RJ. É progressista radical.²⁰⁸

Como é possível perceber, assim como o padre Geraldo, o padre Agostinho Pretto é citado como sendo “progressista radical” no mesmo documento de 12 de janeiro de 1982 e que tinha como assunto a “Juventude Operária Católica (JOC)”. Nota-se, também, a menção a um IPM no qual ele foi indiciado. Ao pesquisar sobre esse indiciamento, chega-se à informação de que o inquérito foi aberto em 04 de outubro de 1970 por ordem do General Syseno Sarmento, então comandante do I Exército. À época, o padre Agostinho Pretto ainda não era ligado à DNI. Após as investigações, o Ministério Público Militar-MPM solicita o seguinte, conforme despacho do Juiz-Auditor Dr. Helmo Sussekind da Segunda Auditoria do Exército da 1ª Circunscrição da Justiça Militar emitido em 24 de fevereiro de 1972:

- 1) Em seu bem lançado Parecer de fls 358 usque 367, o digno representante do Ministério Público Militar requer, com fundamento no Art. 397 do

²⁰⁶ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1978. f. 4. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/78112549/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_78112549_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

²⁰⁷ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1980. f. 2. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/GGG/80001443/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_80001443_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022

²⁰⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1982. fs. 5-6. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/82005699/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_82005699_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

C.P.P.M., o arquivamento do presente Inquérito Policial Militar no qual foram indiciados:

Padre MANOEL DE JESUS ARAÚJO SOARES, Padre MARIO PRIGOL, Padre AGOSTINHO PRETTO, [...] e VANDIR MARIA DA SILVA, todos por atividades supostamente delituosas junto às entidades: "Instituto Brasileiro de Desenvolvimento" - "IBRADES"; Juventude Operária Católica - "JOC" e até com uma possível ligação, não comprovada, suficientemente, com a organização subversiva conhecida por Ação Popular - AP, a qual, como informa o Sr. Encarregado do Inquérito, seria uma dissidência da própria J.O.C.²⁰⁹

Com base na solicitação do Ministério Público Militar-MPM, na análise do inquérito e após os devidos considerandos, o Juiz-Auditor resolveu deferir o pedido de arquivamento, remetendo os autos ao Ministro da Justiça para que este tomasse conhecimento e realizasse as providências que julgasse devidas. Obviamente o padre segue exercendo seu sacerdócio e, após algum tempo, passa a fazer parte do clero iguaçuano. Conforme demonstram documentos do período, o padre continuaria sendo observado atentamente em território fluminense.

Diversos são os sacerdotes da DNI citados nos documentos da repressão e entre eles está o frei Luiz Gonzaga Thomaz. A informação nº 085/119/ARJ/80 de 10 de julho de 1980, indica que o frei “exerce as funções de Diretor do CENTRO DE FORMAÇÃO DE LÍDERES DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU e goza da maior confiança do Bispo ADRIANO HIPÓLITO”.²¹⁰ Como já indicado nesta dissertação, frei Luiz Gonzaga Thomaz era um sacerdote, realmente, muito próximo ao bispo diocesano, sendo, inclusive, responsável por muitos textos presentes em A Folha. O frei, assim como outros sacerdotes pesquisados para esta dissertação, foi muito atuante na DNI e exerceu alguns cargos relevantes na diocese. Em razão dessa atuação, o frei despertava o interesse da comunidade de informações.

O frei é citado em um outro documento no qual é relatada uma ocorrência bastante peculiar da qual ele foi o protagonista. Consta da informação nº 056/119/ARJ/80 do dia 09 de maio de 1980 que tratava das “AÇÕES DE ELEMENTOS DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU/RJ NAS COMEMORAÇÕES DE 1º DE MAIO” que “ao cumprimentar um agente do DOPS local, disse [aos presentes:] ‘Senhores, este cidadão pertence ao serviço de Segurança.

²⁰⁹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. BR RJANRIO TT. Rio de Janeiro, 1972. f. 5. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_TT/0/MCP/PRO/0237/BR_RJANRIO_TT_0_MCP_PRO_0237_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

²¹⁰ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1980. f. 2. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/80003130/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_80003130_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

Cuidado com o que vão dizer.”²¹¹ Conforme lembra Joffily, os agentes da repressão não usavam uniforme, agindo, frequentemente, “além da fronteira da legalidade”.²¹² Identificá-los era uma boa forma de demonstrar firmeza nos propósitos das ações empreendidas.

O episódio ocorrido naquele dia seria mencionado na informação nº 080/116/ARJ/80 de 13 de maio de 1980 que tratava do assunto: “esquema para a identificação de agentes – Rio de Janeiro. Evolução de atividades subversivas”, onde o agente do SNI relata que:

Nas reuniões destinadas a planejar as comemorações do dia 1º de Maio em NOVA IGUAÇU, foram postos em execução sistemas de identificação dos participantes, além da utilização de máquinas fotográficas por parte de manifestantes para posterior reconhecimento de agentes de órgãos de informações infiltrados.²¹³

O fato desagradou sobremaneira os agentes do regime que viram nesta ação a possibilidade de que passasse a existir uma maior dificuldade para seus trabalhos. Para os sacerdotes e leigos ali presentes a identificação destes agentes parecia, todavia, trazer em si a mensagem de que eles sabiam que o pessoal dos órgãos de repressão se fazia presentes, mas que isto não os assustava porque, em seu entendimento, nada de errado estava ocorrendo nos eventos.

3.3. A Diocese e seu clero segundo a repressão

Superando a exposição sobre alguns membros do clero que eram observados pelos agentes da repressão, esta seção trata da visão do aparelho repressivo sobre a DNI, lembrando que este não foi desmantelado imediatamente com o fim da ditadura militar. Há que se mencionar que por ser o bispo D. Adriano Hypólito visto pela repressão como integrante da linha progressista da Igreja e como elemento que buscava se contrapor ao regime ditatorial vigente, é certo que os espaços frequentados por este, bem como as pessoas próximas a ele, eram objetos preferenciais de observação.

²¹¹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1980. fs. 2-3. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/80002718/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_80002718_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022

²¹² JOFFILY, M. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, D; RIDENTI, M; MOTTA, R. P.S. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 165.

²¹³ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1985. f. 3. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/80002737/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_80002737_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

Conforme já citado, diversos são os documentos que demonstram como os agentes se preocupavam com a influência da DNI sobre o povo que habitava o território desta. A informação nº 239/119/ARJ/79 do dia 04 de dezembro de 1979 tem como assunto a “ação da esquerda clerical – Diocese de N. Iguaçu”. No mesmo é possível ler:

A Diocese de NOVA IGUAÇU/RJ, por intermédio do seu bispo D. ADRIANO MANDARINO HYPÓLITO, tem desenvolvido ações contestatórias aos Governos Federal e Estadual e de apoio as reivindicações e greves de diversos segmentos da sociedade.²¹⁴

Ora, neste documento pode se supor que os agentes da repressão pareciam ver a DNI como um corpo homogêneo que se colocava como contestador do regime e isso se deveria ao comando de seu bispo. Mas outros documentos, já citados nesta dissertação, demonstram que a comunidade de informações tinha conhecimento que havia pessoas na DNI, como por exemplo o padre Valdir Ros, que se colocavam em um campo contrário às ideias do bispo. Além disso, na continuação do documento existe a indicação do que preocupa o aparelho repressivo em relação às ações empreendidas pela DNI.

Panfletos, jornalecos e boletins são afixados, distribuídos e comentados de forma generalizada nas paróquias por ocasião dos cultos, reuniões e palestras usando de forma deturpada passagens do Evangelho, cujas palavras são distorcidas e/ou modificadas de modo que o público-alvo sinta que CRISTO pertence "somente aos pobres e oprimidos", mas com palavras de ordem de lutas de conquistas pelas classes sociais, como operários, professores, estudantes etc.²¹⁵

É claro neste trecho que há uma preocupação de como parte da população está sendo, na visão do aparelho repressivo, cooptada, segundo definem, por uma ala da Igreja que se deixou contaminar pelas ideias marxistas e, assim sendo, quer estender este desvirtuamento para o “rebanho” que lhe foi confiado. Em sua ânsia por ratificação de suas ideias, os agentes se colocam em uma posição na qual supõe conhecer melhor o Cristianismo que aqueles sacerdotes, pois acreditam que as passagens do Evangelho foram deturpadas por estes últimos. Sendo assim, se faz necessário demonstrar como estes agentes viam aqueles sacerdotes que se contrapunham a ao que estes denominavam nos documentos por eles redigidos como um processo de conscientização do povo. Na DNI, conforme mencionado anteriormente, o padre Valdir Ros foi aquele que se levantou contra o bispo “comunista” e contra os seus defensores.

²¹⁴ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1979. fs. 2-3. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/79001936/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_79001936_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

²¹⁵ *Ibidem*

É necessário fazer uma breve descrição deste sacerdote nascido em 08 de fevereiro de 1942 e ordenado em 04 de julho de 1965. Vindo da diocese de Lages-SC, chega a Nova Iguaçu, no final de 1968, acompanhado por alguns rapazes e tendo a intenção de formar na DNI missionários para a Igreja, o que viria a se concretizar por meio do Instituto Estrela Missionária-IEM que será efetivamente erigido como Associação Pia, conforme a leitura de documento ocorrida na DNI em 31 de maio de 1977. Em tal evento, estavam presentes a cúpula da CNBB, D. Adriano, padre Valdir Ros, padre Fernando Melo e outros religiosos.²¹⁶

Conforme é possível notar em vários números do BD, da sua chegada em 1968 até a criação do IEM em 1977, padre Valdir Ros desenvolveu seu trabalho como pároco da paróquia Nossa Senhora da Conceição, no bairro Riachão em Nova Iguaçu, e ocupou cargos na hierarquia da DNI. Mas algum tempo depois, a discordância com algumas ideias defendidas pelo bispo diocesano ficaria evidente. Na entrevista reproduzida no boletim diocesano nº 168, D. Adriano relata que esta harmonia começaria a ser quebrada a partir do ano de 1979²¹⁷. Daquele momento até dezembro do ano de 1981, quando o padre deixa de fazer parte do clero de Nova Iguaçu, a relação entre este e o bispo ficou estremecida. O padre, conforme aponta Serafim, tinha apoio de parte da sociedade e políticos locais em seu combate a Dom Adriano. Ela cita, inclusive, como os proprietários de jornais locais como o Correio de Maxambomba e o Jornal de Hoje repercutiam favoravelmente as falas do sacerdote.²¹⁸

Padre Valdir Ros fazia várias acusações ao bispo, tal como dizer que ele era um comunista propagando as ideias marxistas no seio da Igreja sendo, portanto, um herege. Já o bispo afirmava que o padre era esquizofrênico, utilizando como justificativa para tal afirmação o tempo no qual o padre esteve internado em uma clínica psiquiátrica localizada no bairro da Gávea. Logicamente que estas afirmações se tratam de opiniões pessoais de ambos. O fato é que o IEM acaba sendo transferido para Ponta Grossa, no Paraná, no dia 08 de janeiro de 1982.²¹⁹

Parecia que tudo se encaminhava para uma solução definitiva, mas meses depois, ainda no ano de 1982, o padre voltaria a Nova Iguaçu sem possuir autorização para atuar na DNI e

²¹⁶ Boletim Diocesano da Diocese de Nova Iguaçu. 1969-1992. Repositório de Múltiplos Acervos da UFRRJ. Boletim nº 103. Jul. 1977. Disponível em: <<http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/4483>>. Acesso em: 10 out. 2022.

²¹⁷ Boletim Diocesano da Diocese de Nova Iguaçu. 1969-1992. Repositório de Múltiplos Acervos da UFRRJ. Boletim nº 168. Disponível em: <<http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/4483>>. Acesso em: 10 out. 2022.

²¹⁸ SERAFIM, *op. cit.*, p. 89-95.

²¹⁹ Pe. VALDIR ROS_PASTA I_DOCS OFICIAIS. 1982. Repositório de Múltiplos Acervos da UFRRJ. Disponível em: <<http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/3505>>. Acesso em: 10 out. 2022.

começa a arregimentar seus adeptos para enfrentar D. Adriano e os membros do clero fiéis ao bispo. Naquele momento, respondia pela paróquia do Riachão o padre Luigi Costanzo Bruno que, graças à invasão constante da igreja por elementos chamados por Dom Adriano de fanáticos a serviço do padre Valdir Ros, não possui condições para realizar seu trabalho de forma plena. É importante salientar que a paróquia fica ao lado do prédio de propriedade do IEM. Conforme informa Adriana Serafim em sua dissertação, o grupo comandado pelo padre passará a atuar ocupando paróquias da DNI utilizando-se de métodos truculentos.²²⁰ Esta situação perdurará até 1985, quando a diocese conseguirá recuperar as paróquias. Padre Valdir Ros, que se autointitulava papa Pedro II, faleceu em 05 de maio de 1994.

Assim como havia sacerdotes que apoiavam D. Adriano para que sua ação pastoral tivesse a devida efetividade junto ao povo da BF e estes eram acompanhados pelo aparato repressivo, creio ser necessário trazer para esta pesquisa a visão dos agentes do Estado sobre o sacerdote que se colocava em oposição ao bispo. Neste sentido, foi localizado o seguinte documento a respeito de uma questão que envolvia o padre Valdir Ros que, a princípio, parece ser o único clérigo que se opôs ostensivamente à linha pastoral de D. Adriano. Esse antagonismo só passou a ser demonstrado após o ano de 1979, ou seja, onze anos depois da chegada do sacerdote à DNI. Conforme está descrito no informe 1200-D/82 datado de 21 de setembro de 1982 e produzido pelo Ministério do Exército – I Exército, D. Adriano é acusado de um suposto caso de estelionato quanto à compra de terrenos que estavam sob propriedade do padre Valdir Ros, mas que, em teoria, viriam a ser transferidos para o IEM. O agente aponta, apesar de no assunto constar como “suposto caso de estelionato”, que o bispo tentara se apossar de bens imóveis adquiridos pelo padre²²¹, parecendo tomar como verdade aquilo que dissera o acusador.

Há que se considerar que o bispo de Nova Iguaçu, até aquele momento, já tinha sido acusado de inúmeros atos que contrariavam o regime vigente, bem como de tentar enganar as autoridades no caso do seu sequestro em 1976. É o que se pode verificar no prontuário de D. Adriano Hypólito que se encontra no APERJ, onde há um documento, Pedido de Busca-PB nº

²²⁰ SERAFIM, Adriana da Silva. **A missa da unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu** (1982). 2013, 112 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013, p. 83. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/3560>>. Acesso em 28 set. 2022.

²²¹ POLÍCIAS POLÍTICAS DO RIO DE JANEIRO. Departamento Geral de Investigações Especiais. **Setor: Confidencial 27 – Caixa 382 – Maço 5. F. 446** Rio de Janeiro, 197-. Disponível em: <<http://base.aperj.rj.gov.br/index.php/pol-cias-pol-ticas-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

107/78-SI/DIV.DPF/Niterói de 04 de agosto de 1978, que tem como assunto o “atentado sofrido pelo bispo D. Adriano Hypólito, existindo ali a seguinte informação:

1. Dados conhecidos

1.1- “Consta que o atentado de que foi alvo D. ADRIANO HYPÓLITO, bispo de NOVA IGUAÇU, meses passados, foi planejado pelo próprio prelado com a ajuda de seu sobrinho FERNANDO LEAL WEBERING e executados por pessoas de sua confiança. Os motivos seriam a promoção pessoal de D. HYPÓLITO que assim teria maiores facilidades para suas pregações esquerdizantes, pois comoveria a população ao mesmo tempo em que lançava sérias desconfianças sobre os órgãos de segurança que passariam, assim, a serem vistos, pela opinião pública, como possíveis autores do atentado.”²²²

Pode-se depreender da carta como um órgão de Estado, neste caso o Departamento de Polícia Federal subordinado ao Ministério da Justiça, parecia ver aqueles que considerava como opositores ao regime ditatorial vigente. D. Adriano Hypólito passa de vítima de um atentado a autor de um ato que tenta atingir o governo por meio da encenação de um sequestro. O bispo é tido como capaz de criar tal situação para facilitar as suas “pregações esquerdizantes”. Como não houve resposta à solicitação, em 04 de setembro de 1978, foi feito novo pedido que foi, enfim, respondido no décimo sexto dia do mês seguinte no qual constam informações já levantadas no ano de 1974. A informação 859/74/DOPS/RJ em resposta ao PB nº 059/74/ARJ/SNI que apontava que D. Adriano seria reformista e que A Folha apresentava críticas aos órgãos do Governo Federal objetivando causar o sentimento de revolta contra as autoridades do país, merecendo o bispo o acompanhamento dos órgãos de informação e segurança. Nesta resposta constava:

Mantém a Diocese uma publicação periódica de caráter altamente político, em que são difundidas as ideias do Bispo Dom Helder Câmara, bem como analisadas as ações e atos do atual regime de maneira distorcida e levando mensagens políticas aos jovens. Tal publicação leva o nome de “FOLHA” e consta ser de “publicação litúrgica” [...] A diocese recebe ajuda financeira de entidades congêneres da Alemanha Ocidental e Suíça. Este Setor destacou o Investigar..... para acompanhar as publicações de “FOLHA e proceder a análise da mesma e criticar.”²²³

Mais uma vez é recomendado o acompanhamento das ações empreendidas pelos membros da DNI, bem como dos temas tratados em “A Folha” que consideram estar voltada

²²² POLÍCIAS POLÍTICAS DO RIO DE JANEIRO. Departamento Geral de Investigações Especiais. **Prontuário Rio de Janeiro de Adriano Mandarino Hypolito nº 32.444**. Rio de Janeiro, 197-. Disponível em: <<http://base.aperj.rj.gov.br/index.php/pol-cias-pol-ticas-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

²²³ *Ibidem*

para a conscientização das massas ao tratar de assuntos que, segundo compreendem, não fazem parte do arcabouço da religião.

Em um outro documento, informe 0504-CENIMAR de 20 de maio de 1982, há a identificação de que existe uma distorção do Evangelho pelo clero progressista e que este se utiliza disso para a cooptar a massa. Ou seja, mais um agente do regime totalitário se coloca em uma posição de conhecimento maior sobre o Cristianismo do que os sacerdotes da referida diocese. Para ilustrar melhor esta afirmação, segue o que foi escrito por ele:

1. A Diocese de NOVA IGUAÇU/RJ, através de seu bispo titular, D. ADRIANO HYPÓLITO, vem desenvolvendo um dos mais importantes trabalhos de massa na baixada fluminense, junto às associações de bairros da periferia, associações de favelas e movimentos de jovens.
2. Para a consecução dos objetivos destes trabalhos, o clero progressista utiliza de todos os recursos doutrinários existentes, onde inclusive o próprio evangelho é apresentado à comunidade de uma forma distorcida e irreal.
3. Materializando essas afirmativas, este Centro encaminha cópia do folheto intitulado "VIA-SACRA DA BAIXADA", elaborado e distribuído por aquela Diocese, onde fica nitidamente evidenciado a identificação daquele prelado fluminense com a Teologia da Libertação.
4. Os desrespeitos às orientações do Santo Padre, também são contumazes naquela diocese, conforme demonstra a publicação litúrgica "A FOLHA", que fugindo ao sentido eclesial e cristão da Santa Missa, aborda temas eminentemente temporais e de críticas ao governo.²²⁴

Neste último item é possível verificar exatamente o que foi dito anteriormente sobre a impressão de que o agente do Estado parecia supor possuir um saber teológico maior que os representantes do clero. É necessário entender que, conforme se encontra no artigo 32 da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja:

A santa Igreja, por instituição divina, é organizada e governada com uma variedade admirável. «Assim como num mesmo corpo temos muitos membros, e nem todos têm a mesma função, assim, sendo muitos, formamos um só corpo em Cristo, sendo membros uns dos outros» (Rom. 12, 4-5). [...] Os leigos, portanto, do mesmo modo que, por divina condescendência, têm por irmão a Cristo, o qual, apesar de ser Senhor de todos, não veio para ser servido, mas para servir (cfr. Mt. 20,28), de igual modo têm por irmãos aqueles que, uma vez estabelecidos no sagrado ministério, apascentam a família de Deus ensinando, santificando e governando com a autoridade de Cristo, de modo que o mandamento da caridade seja por todos observado. A este respeito diz belissimamente S. Agostinho: «aterra-me o ser para vós, mas consola-me o estar convosco. Sou para vós, como Bispo; estou convosco,

²²⁴ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1982. f. 3. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/82025220/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_82025220_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

como cristão. Nome de ofício, o primeiro; de graça, o segundo; aquele, de risco; este, de salvação».²²⁵

Conforme diversos posicionamentos de D. Adriano, em consonância com o Concílio Vaticano II, este pretende que sua diocese seja agregadora, tornando a mesma cada vez mais próxima do povo, o que, em muitas oportunidades, confunde seus detratores que veem nesse movimento nada mais do que uma suposta infiltração comunista no clero. A proximidade com parte da população da BF acaba por proporcionar que o bispo diocesano e os demais membros do clero iguaçuano se envolvam cada dia mais no cotidiano do povo de Deus, buscando se colocar ao lado deste em suas lutas e trabalhando para a melhoria das condições de vida. O bispo rechaçava as acusações sobre um suposto envolvimento seu com o comunismo, buscando deixar clara a defesa dos valores católicos e sua completa obediência à hierarquia católica.

3.4. Nas lutas com o povo sob o olhar repressor

É necessário compreender que a DNI, conforme se pode notar em A Folha e no BD, busca estabelecer uma marca. Esta seria a forte ligação do clero com o povo da Baixada Fluminense a ele confiado. Há que se apontar que este povo não forma uma massa homogênea, mas sim uma complexa teia de necessidades e aspirações. A diocese, em especial com o longo governo de D. Adriano Hypólito, foi conhecendo cada vez mais este povo, sentido suas dores e lutando para a transformação social necessária. Essa proximidade com as lutas do povo atraía a atenção do sistema repressor do Estado que enxergava ali um foco de propagação de ideias marxistas.

Ao pesquisar sobre a repressão aos trabalhadores na ditadura, utilizando-se do relatório da Comissão Nacional da Verdade-CNV, Ana Lima Kallás afirma que vários grupos sociais resistiram ao golpe e à ditadura, entre eles: “militares que resistiram ao golpe, políticos insurgentes, profissionais liberais, sindicalistas, militantes políticos, trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais (camponeses), igrejas cristãs, povos indígenas, docentes, estudantes e homossexuais.”²²⁶

A busca de direitos pelo povo baixadense tem uma longa história, tendo parte desta sido apontada no primeiro capítulo desta dissertação. Mas, no fim dos anos 1970 e em toda a década

²²⁵ VATICANO. Constituição Dogmática Lumen Gentium. 1964. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen_gentium_po.html>. Acesso em: 10 ago. 2022

²²⁶ KALLÁS, A. L. **A repressão aos trabalhadores na ditadura a partir das contribuições da História Social do Trabalho**: uma leitura do relatório final da CNV. Revista Tempos Históricos, v. 21, 2017. p. 528.

de 1980, ela se intensifica e, no caso da BF, a DNI e posteriormente a diocese de Duque de Caxias representavam organizações nas quais as pessoas podiam buscar apoio e mesmo informações para empreenderam suas lutas. Bispos, padres, freiras, leigos e leigas estavam irmanados em busca de melhores condições de vida para o povo da região. Entendo que essas imbricadas relações chamavam a atenção dos órgãos de repressão que buscavam acompanhar as ações de religiosos e leigos da DNI em reuniões, cursos, manifestações e outros eventos que tinham como temas a questão da terra/reforma agrária, a situação do operariado, da violência urbana, as condições de transporte, as reivindicações sobre moradia digna, as questões político-eleitorais, entre outros. Gomes afirma ser evidente que para os investigadores, a ala da Igreja chamada progressista estava envolvida com as ideias comunistas e isto ficava claro quando seus membros defendiam os direitos humanos.²²⁷

Pode-se perceber em vários documentos repressivos a visão dos agentes sobre esta parte do clero, por exemplo, em 4 de dezembro de 1979, a Agência Rio de Janeiro do SNI emitia a informação nº 239/119/ARJ/79 que versava sobre a “ação da esquerda clerical – Diocese de Nova Iguaçu”. Naquela oportunidade, o agente do regime iniciou seu relatório sobre as ações de contestação que a DNI empreendia contra os governos estadual e Federal. No primeiro item, alínea a do longo relatório, está apontado o apoio da diocese a políticos, conforme segue:

A Diocese vem dando apoio a políticos como o ex-Dep Fed LYSÂNEAS MACIEL, ex-Dep Fed. MÁRCIO MOREIRA ALVES, ex-Min WILSON FADUL, Dep Fed EDSON KHAIR, Dep Fed JORGE GAMA, Dep Est HELONEIDA STUDART, Dep. Est HENRIQUE PESSANHA, Dep Est FRANCISCO DE ASSIS AMARAL, ROSALICE FERNANDES MAGALDI, ISMAEL LOPES DE OLIVEIRA, LUIZ INÁCIO DA SILVA - "Lula" e outros, nas suas pregações doutrinárias, de tendências esquerdistas, cedendo local e material para suas ações políticas, bem como a diversos movimentos reivindicatórios, grevistas, contestatários e de problemas internacionais.²²⁸

Como se pode verificar, a preocupação com a proximidade dos membros da DNI com políticos de esquerda era clara, mas não era o único fato que desagradava os órgãos repressores. Qualquer movimento que contestava o regime era razão para o desagrado destes. Conforme Silva, mesmo com a “concessão da anistia, a manutenção da LSN permitiu que trabalhadores,

²²⁷ GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: As visões da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014. p. 119.

²²⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1979. 95 f. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/79001936/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_79001936_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

estudantes, jornalistas, religiosos e até parlamentares continuassem sendo perseguidos com cobertura da Justiça Militar”.²²⁹

No mesmo arquivo da informação anterior consta também a de nº 723-C/79 de 4 de abril de 1979 emitida pelo Ministério do Exército-I Exército cujo tema é “panfleto Movimento Amigos do Bairro”. Nela está descrito o seguinte sobre o panfleto:

intitulado "PRESERVAR O QUE É DE TODOS SIGNIFICA CONQUISTAR OS DIREITOS DE TODOS", originário do 'MOVIMENTO AMIGOS DE BAIRRO', **associação que conta com o apoio e orientação da Diocese de NOVA IGUAÇU/RJ** foi recolhido, na rua, por um militar em trânsito, não tendo esta AI meios de informar a fonte de sua difusão.²³⁰ (grifo meu)

O texto grifado visa demonstrar como o aparato repressivo entendia que o Movimento Amigos do Bairro-MAB sofria a influência da DNI. O panfleto, que segundo a própria informação não tinha fonte de difusão identificável, mas que estava identificado/assinado pelo MAB, foi pego por um militar que não tinha, necessariamente, esta missão, corroborando com a visão de que aquilo que se relacionava a questões reivindicatórias chamava a atenção dos militares, sejam eles envolvidos diretamente com os órgãos de repressão ou não. O texto trazia reclamações sobre a falta de saneamento, de vagas nas escolas e postos de saúde, trens e ônibus insuficientes e danificados, violência galopante e outras mazelas da região, ou seja, direitos básicos de cidadania. Como se pode observar, a questão do apoio da DNI às reivindicações de movimentos sociais também estava no radar da comunidade de informações e um simples panfleto já ensejava a confecção de um relato por esta.

As reivindicações por melhores condições de vida para a população da BF e em favor dos direitos humanos, como se pôde perceber durante a execução desta pesquisa, colocava o clero local em evidência, o que pode ser constatado por meio das fontes que demonstram que vários sacerdotes locais estavam sendo observados em ações de seu dia a dia. Assim sendo, na informação nº 957-C/79 de 30 de abril de 1979, encontrada no mesmo arquivo das duas anteriores, que foi emitida pelo ME-I Exército, que tinha por tema “associações de bairro”, é possível verificar as informações coletadas sobre uma reunião realizada no dia quatro do mesmo mês, na Paróquia Santa Rita de Cássia, no bairro Monte Líbano e que constava com a presença

²²⁹ SILVA, Angela Moreira Domingues da. **Ditadura e justiça militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011. p. 154.

²³⁰ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1979. 95 f. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/79001936/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_79001936_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

de diversos membros do clero, entre eles D. Adriano, jornalistas e um grupo de frades franciscanos vindo da Alemanha. Quem iniciou a palestra foi o advogado Paulo Amaral que era vice-presidente da Comissão Diocesana de Justiça e Paz da DNI. Após sua fala, o bispo diocesano fez uso da palavra e, segundo o documento:

aproveitando o conteúdo de uma entrevista dada a um jornal, pelo Presidente do BNH atacou severamente o Governo, através daquele órgão e pediu o apoio de todos para a luta da igreja, em prol dos pobres.

No final D. ADRIANO concitou os repórteres presentes a efetuarem perguntas a si e ao público. Um jornalista de “O BERRO” induziu suas perguntas de modo a comprometer e desmoralizar o DPPS/NOVA IGUAÇU. Alguns levaram o público seus problemas, tendo se observado que alguns eram forjados. Uma das componentes da mesa - MARIA DE TAL - foi destacada por D. ADRIANO, como exemplo a ser imitado (a mesma entregou há tempos atrás, uma carta ao então presidente GEISEL quando de sua visita ao METRÔ do RIO).

4.. Ao final da entrevista entre jornalistas e assistentes a palavra foi passada ao sr. BRÁULIO de TAL (coordenador geral das Associações de Bairros e elementos fichado nos Órgãos de Info), que, após críticas ao Governo e à Polícia, foi elogiado por D. ADRIANO e aplaudido pelo público.²³¹

Neste documento é tratada a questão habitacional, mas o agente concede especial atenção às críticas ao DPPS local, à polícia e ao governo. É interessante notar que Sótenos percebe que é exatamente nesta época e nos meses posteriores que o aparato repressivo produzirá uma grande quantidade de informações sobre o MAB.²³² Entendo que tal fato também se dá em relação aos membros do clero, tendo em vista os diversos documentos utilizados para esta pesquisa. A preocupação dos agentes do Estado com o que ocorria na BF é incontestável.

Este olhar das autoridades sobre o que ocorre na BF e na DNI está presente nos mais diversos momentos, seja nas questões cotidianas de luta por direitos básicos, seja nas de defesa dos direitos humanos. Sobre as questões de direitos de cidadania, o informe nº 1094/83-SI/01/V/SR/DRF/RJ de 16 de setembro de 1983 trata do Comitê Contra o Desemprego (CCD) – Nova Iguaçu/RJ. O agente relata:

sobre COMITÊ CONTRA O DESEMPREGO (CCD), trata-se de uma Entidade que vem realizando reuniões em Igrejas pertencentes a Diocese de NOVA IGUAÇU/RJ, objetivando discutir o problema do desemprego e, se possível, solucionar problemas dos desempregados que a ela recorrem. [...]

²³¹ *Ibidem*

²³² SÓTENOS, Abner Francisco. **O Movimento Amigos de Bairro (MAB) no Rio de Janeiro**: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982). Dissertação (Mestrado) Curso de História Social, UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro. 2013. p. 113.

3. Nos dias 30 JUL 83 e 03 AGO 83, realizaram-se no Salão Paroquial da Catedral de Santo Antonio de Jacutinga, sito à Av. Marechal Floriano Peixoto, nº 2262, NOVA IGUAÇU/RJ, reuniões do CCD.

4. A reunião do dia 30 JUL, teve início às 17:00 h, com o objetivo de fazer uma avaliação do MOVIMENTO CONTRA O DESEMPREGO, na Baixada Fluminense, e debater tópicos referentes a política econômica do Governo Federal, e contou com o apoio da COMISSÃO DE PASTORAL OPERÁRIA (CPO) da Diocese de NOVA IGUAÇU/RJ, e a presença de elementos de nacionalidade francesa, argentina, boliviana, chilena, suíça, angolana e nicaraguense, não identificados.²³³ [...]

Há a informação no documento que o CCD realizaria uma campanha que visasse a proteção dos trabalhadores. Esta campanha seria “contra a rotatividade da mão-de-obra e contra as demissões em massa de trabalhadores, a ser lançada oportunamente”. Mais uma vez é possível analisar que os agentes do Estado estavam observando o clero iguaçuano em um amplo conjunto de atividades, como pode se constatar neste relato. O desemprego era um tema presente naquele período, gerando movimentos de revolta como o quebra-quebra ocorrido em São Paulo.²³⁴

Ainda sobre o CCD, um novo documento de 03 de novembro de 1983, informe nº 115/83, emitido pelo Serviço Público Estadual - Secretária Extraordinária da Polícia Judiciária e dos Direitos Civis – Departamento de Investigações Especiais trazia informações sobre um ato público e passeata organizada pelo comitê. O informe inicia desta forma:

No dia 22 de outubro de 1983, conforme estava programado, realizou-se uma PASSEATA promovida pelo COMITÊ CONTRA O DESEMPREGO, a qual iniciou-se com uma concentração na Praça da Liberdade, deslocando-se até a Prefeitura de Nova Iguaçu, ocasião em que se realizou um ato público.²³⁵

A primeira pessoa a falar para os manifestantes foi identificada como sendo integrante do Partido dos Trabalhadores-PT. Ela iniciou sua fala criticando a questão do desemprego e política econômica do governo federal, bem como da crise enfrentada no momento no país. Pontuou que a fome é má conselheira e que o povo não suportava mais as injustiças sociais e o desemprego. Segundo a observação do agente estadual, entre os coordenadores da ação foram elencados os padres Salvador Marcelino e Agostinho Pretto, da Pastoral Operária e da Ação

²³³ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1983. f. 3. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/83009751/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83009751_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

²³⁴ Sobre o quebra-quebra em São Paulo ver: <https://lehmt.org/contribuicao-especial-26-o-quebra-quebra-de-1983-e-a-luta-dos-trabalhadores-desempregados/>

²³⁵ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1983. f. 3. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/83009963/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_83009963_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

Católica Operária. O deslocamento dos manifestantes começou às 10h 05min. e o logo à frente da mesma era carregado um caixão representando o “enterro simbólico do FMI e da DITADURA”. Ao se elencar os presentes ao ato, constava o nome do padre Waldir (Valdir) de Oliveira como sendo o Coordenador do CCD em Mesquita/NI.²³⁶ Gomes informa que na ligação entre religião e política se dava o que ele chama de uma interdependência que se podia notar nas ações da Pastoral Operária junto ao MAB e ao PT, envolvendo-se muitas vezes no que concernia ao contexto sócio-político local.²³⁷ Ora, é evidente a participação dos membros do clero iguaçuano nas reivindicações de parte da população da BF. Há uma ligação importante entre os clérigos e seu rebanho e isso preocupa o aparelho repressivo, tendo em vista a importância da Igreja como instituição.

A DNI, apesar da ciência de ser observada pelos órgãos de Estado, não parece ceder naquilo que considera necessário para o povo da região. Em dezembro de 1982, o informe nº 196/19/ARJ/82, datado do dia 14 daquele mês, trazia como assunto “Vida Cristã e Compromissos Políticos”. Ele trazia a informação que havia sido realizado, no mês de outubro daquele ano, um curso sobre participação política que tinha como título o mesmo deste informe. O curso teve cinco reuniões ocorridas aos sábados daquele mês. A cada reunião havia um palestrante diferente, sendo esta a ordem: D. Luciano Mendes de Almeida, secretário geral da CNBB, D. Adriano Hypólito, D. Antonio Fragoso, bispo de Crateús/CE, Leonardo Boff e fechando o curso, D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia. O agente destacou os pontos principais nos quais cada palestrante tocou. Na terceira palestra, cujo tema era “CEBs – O povo oprimido assumindo sua história”, destacou-se:

O orador teceu críticas ao regime, afirmando que o BRASIL está sendo entregue aos estrangeiros. O expositor alegou que não depositou confiança em quem quer que tivesse convivido 18 anos com um sistema injusto; fossem Governo, Ministros, Cardeais da lei ou intelectuais da Universidade. Defendeu os Padres CAMIO e GOURIOU, alegando que eles procuravam resistir e daí acabaram condenados.

D. ANTONIO FRAGOSO conseguiu prolongados aplausos ao afirmar que suas esperanças estavam nos fracos e nos oprimidos. E, complementando, afirmou: ‘o que estou dizendo é subversivo porque o que se entende por Nação é a elite do poder’.²³⁸

²³⁶ *Ibidem*.

²³⁷ GOMES, Alexander de Souza. **Religião e política: construção da memória de Dom Adriano Hypólito**. 2012. 252 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. p. 123.

²³⁸ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1982. f. 4. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/82007377/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_82007377_d0001de0004.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

O aparelho repressivo acompanhava de perto muitos dos palestrantes desse curso. Salienta-se que o curso tinha a intenção de trazer informações sobre política e eleições ao povo da BF. Naquelas eleições foram eleitos os governadores de 22 dos 23 estados de então, pois em Rondônia não houve eleição para este cargo. Além dos chefes do Executivo, também foram escolhidos deputados estaduais, deputados federais, senadores, prefeitos (exceto das capitais) e vereadores. O pleito foi disputado por candidatos de cinco partidos: PDS (alinhado com o governo militar), PMDB, PTB, PDT e PT.

Os participantes do curso ministrado na DNI receberam alguns materiais para acompanhá-lo. Um destes materiais foi a cartilha do curso que se encontrava anexada ao documento. Nesta cartilha existe as seguintes informações:

Quem acha que a Igreja não deveria se interessar pela política, deveria achar também que a Igreja não deveria se interessar pelos homens, pelo Evangelho, pelo Reino de Deus...

De cem anos para cá, os Papas vêm repetindo, com muita insistência, que os cristãos devem se interessar pelas coisas da política e dar sua colaboração para organizar melhor a sociedade. A mesma coisa repetiram os Bispos da América Latina, nas reuniões que tiveram em Medellín (1968) e em Puebla (1979).

Este caderno não pretende ensinar nada a ninguém. Pretende apenas ser uma ajuda para que você e seus irmãos da Comunidade possam se reunir e debater as coisas da política, as coisas que dizem respeito ao "bem viver" de todos.²³⁹

Há a defesa do porquê a Igreja estar envolvida com a questão política, pois, segundo o que se coloca, esta faz parte do cotidiano humano e, sendo assim, a Igreja também deve estar junto ao homem em mais uma de suas dimensões. A política é parte da essência humana e, por essa razão, a Igreja deve se interessar por ela, sem, no entanto, tutelar a vontade dos homens, intuíto, segundo as palavras da cartilha, presente naquele curso.

Alguns anos depois do curso ministrado e já no período da denominada Nova República, as ações dos membros da DNI continuam a ser observadas pelas autoridades estatais. Isso pode ser observado em documento referente ao ato ocorrido em 14 de novembro de 1988, o RRI/00997/140/B7J/88 de 05 de janeiro de 1989, no qual consta a informação que havia sido realizado naquele dia um ato litúrgico em repúdio à invasão da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN pelo Exército Brasileiro-EB que resultou na morte de três operários. Com a participação do bispo e de vários padres, o ato contou com a presença de, aproximadamente, 500 pessoas. Ao se dirigir aos presentes, D. Adriano, conforme o agente relata, teria acusado

²³⁹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1982. f. 44-45. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/82007377/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_82007377_d0002de0004.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

o governo federal de ser o responsável pela autorização para que o EB invadisse o local. Outro membro do clero a se pronunciar foi o padre René Stormacq que mencionou a questão da reforma agrária e como a falta de uma solução para esta pode resultar em novas invasões de terras.²⁴⁰ Se faz necessário informar, como relata Medeiros, que no estado do Rio de Janeiro, a conjuntura política a partir de 1982, em especial com a eleição de Leonel Brizola, possibilitou que os grupos organizadores de trabalhadores rurais sentissem que era chegado o momento de realizar invasões de terra e foi exatamente o que aconteceu, inclusive na BF, pois o governador, que ficou no cargo até o início de 1987, preferia negociar com os trabalhadores que reprimi-los.²⁴¹

Diversas questões que afetavam o povo da BF justificavam as ações do clero iguaçuano. É isso que se nota em relação à Constituição de 1988, outra questão que envolveu o trabalho do clero da DNI no período de redemocratização. Para tornar o tema mais conhecido e próximo dos moradores da BF, foram produzidas cartilhas com explicações sobre todo o processo para a elaboração de uma nova constituição e a importância desta para o país e para o povo brasileiro.

A questão da Constituição também está presente no documento RRI/00219/140/B7J/86 de 11 de setembro de 1986 que tratava do “Movimento pró-constituente - Diocese de Nova Iguaçu”. Estava previsto um encontro com os representantes de dezoito comitês de vários municípios do estado do Rio de Janeiro, mas como não houve o comparecimento de vários desses grupos, os organizadores acabaram optando por realizar uma reunião no Salão Paroquial. Foi feita nesta reunião uma avaliação considerando que:

O MOVIMENTO vem obtendo bons resultados e que explicações sobre Constituição e Constituinte estão sendo apresentadas nas associações de bairro e representações sindicais, através de murais demonstrando o que é “classe dominante” e “classe dominada”.²⁴²

D, Adriano e dois padres da DNI participaram da reunião. O comando dos comitês em Nova Iguaçu estava sob responsabilidade de Percival Tavares que assumiu o lugar de Sada Baroud David. Os que estavam presentes receberam algumas publicações que tratavam do

²⁴⁰ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1989. fs. 3-4. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/89017070/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_89017070_d0001de0001.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

²⁴¹ MEDEIROS, L. S. de. Transformações nas áreas rurais, disputas por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, L. S. (Org.). **Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2018, p. 83-84.

²⁴² ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB V8. Rio de Janeiro, 1986. f. 3. Disponível em: <http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/86013641/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_86013641_d0001de0002.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

tema. Conforme aponta Silva, “no que concerne ao catolicismo da diocese de Nova Iguaçu, ele tinha um aspecto preponderantemente político, seja internamente ou mesmo socialmente, para a construção do bem comum dos indivíduos”.²⁴³ Da mesma forma que este autor, considero que o clero iguaçuano buscava se colocar a serviço do povo, em especial nas lutas relativas às reivindicações por direitos ligados à qualidade de vida porque viviam, juntamente com parte da população local, as agruras do dia a dia. Trata-se, entendo, de uma dimensão do cristianismo que assume para si o que traz sofrimento para o outro, pois se faz necessário estar em íntimo contato com as criaturas para também o fazê-lo com o Criador. Aponta-se, uma vez mais, que a visão de um corpo clerical homogêneo e harmônico não procede, vide os atos levados a cabo pelo padre Valdir Ros e seus simpatizantes.

Estas ações aqui demonstradas são somente algumas das implementadas pela DNI. Buscou-se trazer evidências de como os membros do clero e a diocese, como instituição, eram vistos pelos agentes da repressão. Cabe salientar que, mesmo após a saída do último presidente militar, a vigilância sobre os religiosos se manteve por mais alguns anos, conforme demonstrou a documentação pesquisada.

²⁴³ SILVA, Gabriel do Nascimento. **Um atentado à paixão do povo: fé e política na evangelização da diocese de Nova Iguaçu nas décadas de 1960 e 1970**. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 121.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Baixada Fluminense, importante região do estado do Rio de Janeiro, possui uma rica história que, em parte, esta dissertação buscou demonstrar, focando, especialmente, nos anos 1970 e 1980. Neste período conturbado para a história nacional, quando de 1964 até 1985 vivenciou-se um período ditatorial que trouxe em seu bojo uma forte repressão às lutas por direitos e às ideias que se opunham aos governos de turno, a região também foi palco de diversos tipos de ações do Estado, inclusive com a intervenção no município de Duque de Caxias e casos de repressão a manifestações ou eventos, como no caso da Conferência de Direitos Humanos da DNI que não pôde ser realizada em 1977 devido ao bloqueio do local pelo Exército Brasileiro.

As ações dos clérigos da Diocese de Nova Iguaçu em um contexto conturbado de Ditadura Militar e de transição para a democracia foram de tal forma relevantes que atraíram para eles o olhar do aparato repressor estatal. Para além do bispo diocesano, Dom Adriano Hypólito, ficou evidente durante a pesquisa como os agentes do Estado se atinham às mais diversas formas de reivindicação na qual estes religiosos participavam elaborando relatórios para diversos órgãos estaduais e federais.

A realidade social de parte da população da Baixada Fluminense, conforme apontado nesta dissertação, tornava necessária a ação de pessoas que pudessem se fazer presentes nos espaços de poder. Sendo assim, o clero iguaçuano, percebendo que podia agir em prol da população local em defesa dos direitos humanos, bem como na luta por direitos básicos de cidadania, se pôs ao lado desta em suas reivindicações atuando em conjunto com diversos movimentos sociais locais para pleitear junto às autoridades constituídas a melhoria das condições de vida da população da região.

Resta evidente que, em face de suas ações, muitos dos membros do clero da DNI foram acompanhados de perto por agentes do Estado. Em diversos documentos pesquisados foi possível perceber como uma das preocupações do aparelho repressivo era com as ideias consideradas subversivas defendidas por sacerdotes acompanhados pelos agentes do Estado. O medo do comunismo e do marxismo aparecia em muitos dos relatórios exarados no período pesquisado. A forma de referência a membros do clero como seguidores da linha progressista defendida pelo bispo diocesano permite que se entenda que estes clérigos eram vistos como membros de uma organização que, em certa medida, antagonizava com as forças do Estado, tendo em vista que era nítida a oposição destes a atrocidades cometidas por seus agentes.

Não era somente contra a opressão do Estado e a favor da luta por direitos sociais que os clérigos locais se levantavam. A condenação à violência perpetrada na região pelos chamados esquadrões da morte também se fazia presente entre as bandeiras defendidas por boa parte do corpo sacerdotal local. Grupos de extremistas que consideravam que estas lutas se alinhavam ao comunismo internacional e ao marxismo acabaram por atingir frontalmente a Diocese de Nova Iguaçu em alguns episódios. As pichações em muros de paróquias, o sequestro de Dom Adriano Hypólito e o atentado à Matriz de Santo Antônio de Jacutinga repercutiram entre a comunidade local, assim como na sociedade brasileira e, conforme demonstra o apoio recebido pelo clero local, em várias partes do mundo.

As violências sofridas por membros da diocese e contra o seu espaço sagrado não fizeram com que houvesse um recuo na defesa de tudo o que aqueles sacerdotes defendiam. Entendendo que o lugar da Igreja é ao lado do povo mais necessitado e humilde, esses religiosos não se furtaram a seguir o que defendiam ser o compromisso cristão. Em um período de tão forte repressão a todos aqueles que, supostamente, agissem de uma forma que pudesse causar desagrado aos governos, sobretudo ao governo federal comandado por ditadores, as ações do clero iguaçuano chamaram para si a atenção do aparato repressivo. Essa foi uma parte do ônus por se colocar ao lado daqueles que necessitavam de apoio. Mesmo depois da redemocratização, como exposto por esta pesquisa, o incômodo com as ações daquelas pessoas persistiram. Não há dúvidas que, para eles, o que defendiam coadunava com o que aprenderam em sua jornada sacerdotal.

Por certo que o clero da Diocese de Nova Iguaçu sofreu forte influência dos acontecimentos que se deram na Igreja Católica naquele contexto histórico. O Concílio Vaticano II, as Conferências do Conselho Episcopal Latino-Americano em Medellín e Puebla, além da Teologia da Libertação foram fatores que trouxeram um norte para a formação da linha pastoral da DNI e do seu clero.

Devido a todas as circunstâncias relatadas, para que esta pesquisa fosse realizada plenamente, houve a utilização de diversas fontes, além de uma consistente base bibliográfica. Veículos de imprensa escrita, sejam estes da grande imprensa ou da imprensa local, bem como o periódico editado pela própria diocese, além de documentos como o Boletim Diocesano que era publicado mensalmente pela DNI, no qual havia as informações da diocese sobre o governo, compuseram este acervo. No entanto, para que se pudesse atender ao objetivo da pesquisa, conforme a orientação recebida, buscou-se adicionar documentos da repressão que trouxessem informações acerca das ações dos sacerdotes e religiosos locais. Tais documentos obtidos por

meio virtual ou físico no Arquivo Nacional ou Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, possibilitaram que a pesquisa atual pudesse ser completada.

Deve-se informar, entretanto, que algumas limitações, inclusive de tempo, não permitiram a ampliação da pesquisa documental, especialmente em face do fechamento do APERJ para obras. Desse modo, compreende-se que novas pesquisas poderão ampliar os dados obtidos para esta dissertação e apontar novos personagens históricos. Sendo assim, há caminhos a serem percorridos para a ampliação da pesquisa, seja com a obtenção de informações sobre clérigos, seja com a inclusão de leigos membros da DNI entre os nomes que davam suporte ao bispo local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Enderson. **O ADENSAMENTO POPULACIONAL DA BAIXADA FLUMINENSE A PARTIR DOS LOTEAMENTOS:** a construção de uma periferia. GeoPUC, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 143-167, jan.-jul. 2020. Disponível em: <<http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/v13n24a7%20-%20Albuquerque,%20E.pdf>> Acesso em: 28 fev. 2023.

ALVES, Francisco das Neves *apud* AGUIAR, Maria do Carmo Pinto; KRENISKI, Gislania Carla P. **O Jornal como fonte histórica:** a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-14. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigo_vagabundos-1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio:** Uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Ed. Sepe/APPH-Clio, 2003.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais.** 13ª edição. Petrópolis: Editora Vozes. 1986. 312p.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. **Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu RJ.** 2008. 283 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/8360/1/Tese%20Joao%20Marcus.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BATISTA, Allofs Daniel. **Onze prefeitos em onze anos:** o campo político iguaçuano nas páginas do correio da lavoura (1964-1975). 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_allofs-batista. Acesso em: 25 abr. 2022

BEOZZO, José Oscar. **Padres conciliares brasileiros no Vaticano II:** participação e prosopografia - 1959-1965. 2001. 463 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001. doi:10.11606/T.8.2001.tde-17092002-124007. Acesso em: 28 abr. 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador.** Trad. De André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 160p.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 97 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BRASIL, Clarissa. **O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas, Brasil, 1968-1980.** 124 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,

Programa de Pós-graduação em História, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/132846>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a História da Cidade**. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010. 124p.

CANCIAN, R. Relações Igreja-Estado no Brasil no período da ditadura militar: revisitando aspectos teóricos e enfoques analíticos. **Revista Angelus Novus**, [S. l.], p. 95-116, 2017. DOI: 10.11606/ran.v0i0.97317. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/97317>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CARDONHA, José. **A Igreja Católica nos “Anos de Chumbo”**: Resistência e Deslegitimação do Estado Autoritário Brasileiro 1968-1974. 2011. 543 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3327/1/Jose%20Cardonha.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2023.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **OS ARQUIVOS DA POLÍCIA POLÍTICA BRASILEIRA Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo**. PROIN – Projeto Integrado Arquivo Público do Estado/USP. [????]. Disponível em: http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf Acesso em: 02 mar. 2023

CONTIERO, Tiago Tadeu. **O mundo na Igreja e a Igreja no mundo**: reflexões sobre o Concílio Vaticano II e a modernidade. 2017. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. p. 240. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20827/2/Tiago%20Tadeu%20Contiero.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023

COUTROT, Aline. Religião e política. In. RÉMOND, René. **Por uma história política (org.)**. Trad. de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 331-363.

CÚRIA DIOCESANA DE NOVA IGUAÇU. **Diocese de Nova Iguaçu, 50 anos de missão**. Rio de Janeiro, 2010. 98 p.

DIAS, R. B. **A Máscara Chinesa**: Notas sobre uso das fontes produzidas pelo aparato repressivo da ditadura militar. Tempo e Argumento, v. 2, n. 1, p. 153 – 175, jan./jul. 2010

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **O Povo de Deus Assume a Caminhada**. Petrópolis: Vozes, 1983. 104 p.

DOCUMENTO DE MEDELLÍN. p. 24-25. Disponível em: <https://www.celam.org/documentos/Documento_Conclusivo_Medellin.pdf> Acesso em: 30 abr. 2023.

DOCUMENTO DE PUEBLA. p. 80-81. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf. Acesso em: 30 abr. 2023.

ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. **Projetos católicos e movimentos sociais: a diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda (1966-2010)**. 2013. 260 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. p. 51. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/810507.pdf>. Acesso: 30 abr. 2023.

EVANGELISTA, Hélio de Araújo. **A fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. 1998. 134 p.

FICO, C. A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do regime militar brasileiro. *Acervo*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 67–78, 2011. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/295>. Acesso em: 2 jun. 2023.

GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: As visões da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014. 244 p.

GOMES, Alexander de Souza. **Religião e política: construção da memória de Dom Adriano Hypólito**. 2012. 252 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Religião-Política: A construção da memória de D. Adriano Hypólito**. Curitiba: Appris Editora. 2017. 211p.

GREEN, J. N. A Proteção da Privacidade com a Abertura Plena dos Arquivos. *Acervo*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 205–216, 2012. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/379>. Acesso em: 3 jun. 2023.

HYPÓLITO, Dom Adriano. **Imagens de Povo Sofrido**. Petrópolis: Vozes, 1982. 118 p.

JOFFILY, M. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, D; RIDENTI, M; MOTTA, R. P.S. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 158-171.

_____. **Represión política en la dictadura militar brasileña: un sobrevuelo por la historiografía**. Estudios del ISHiR, 20, 2018, pp.75-91

KALLÁS, A. L. **A repressão aos trabalhadores na ditadura a partir das contribuições da História Social do Trabalho: uma leitura do relatório final da CNV**. Revista Tempos Históricos, v. 21, p. 525-557, 2017.

KRONENBERG, Adriana Bastos. **Dom Adriano Hypólito no rastro da violência em Nova Iguaçu**. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

LIRA, Ronald Apolinario de. **Um momento novo: Pastoral da Juventude e formação político-partidária na Diocese de Nova Iguaçu**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2015. 162 p.

MEDEIROS, L. S. de. Transformações nas áreas rurais, disputas por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, L. S. (Org.). **Ditadura, conflito e**

repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2018, p. 49-91.

MENEZES, P. M. L. et al. **A EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COMPROVAÇÃO ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA HISTÓRICA.** Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica. Braga, Portugal. 2015. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14327.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O segundo grande surto anticomunista: 1961/64. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil, 1917-1964.** São Paulo: Usp, 2000. p. 286-341. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP para a obtenção do título de Doutor em História Econômica. Disponível em: <http://pensamiento.unal.edu.co/fileadmin/recursos/focos/comunicacion/docs/Di__a_2._O_segundo_grande_surto_anticomunista.1961-64.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **Imagens da Libertação: A Atuação Política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por Meio do Jornal A Folha (1974-1981).** 2007. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3443/1/tese_3732_Rafael_Cerqueira_do_Nascimento_0.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

NONATO, Daniel. **A Igreja de Nova Iguaçu no Regime Militar.** 2008. Monografia (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Unisuam, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://dnonato.blogspot.com.br/2010/03/1.html>>. Acesso em: 05 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O que são os direitos humanos?** Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitos-humanos>>. Acesso em: 05 jun. 2022

PEREIRA, L. L. C. **Nos arquivos da polícia política: reflexões sobre uma experiência de pesquisa no Dops do Rio de Janeiro.** Acervo - Revista do Arquivo Nacional, v. 27, n. 1, p. 254-267, [????]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40754>. Acesso em: 02 mar. 2023

QUADRAT, Samantha Viz. **O sistema de informações e a ditadura militar no Brasil.** In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, XVI, 2014, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fencontro2014.rj.anpuh.org%2Fresources%2Ffrj%2FAnais%2F1998%2Fautor%2FSamantha%2520Viz%2520Quadrat.doc&wdOrigin=BROWSELINK>. Acesso em: 20 maio 2023.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, 84p.

RIBEIRO, Adriana Maria. **Todo comunista tem de ir aonde o povo está.** As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década de 1970. 2013. 154 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Mestrado em História, 2013.

RIBEIRO, Adriana Maria. **Em nome da revolução: a trajetória social e política da Ala Vermelha (1967-1985)**. 2018. 251 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Doutorado em História, 2018. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/4621/2/2018%20-%20Adriana%20Maria%20Ribeiro.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo**. 2006. 127 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/642909.pdf> >. Acesso em: 05 mar. 2023.

SALES, Jean Rodrigues; ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E IMAGEM: entre a pesquisa, o ensino e a divulgação científica. In: ROCHA, André Santos da; SALES, Jean Rodrigues; AMARO, Tania; SIMÕES, Manoel Ricardo (org.). **CULTURA, POLÍTICA E TERRITÓRIO CONTEMPORÂNEO NA BAIXADA FLUMINENSE**. Duque de Caxias: Asamih, 2022. p. 117-132. Disponível em: <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/5613>. Acesso em: 03 jun. 2023.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. A “ameaça vermelha”: medo e paranoia anticomunista (artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/medo-e-paranoia-anticomunista/> . Publicado em: 22 jan. 2018. Acesso: 15 abr. 2023.

SERAFIM, Adriana da Silva. **A missa da unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História. 2013. 112 p.

_____, Adriana da Silva. **D. Adriano: um bispo diocesano e um Movimento de Amigos (1966-1982)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1 - 15. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300851990_ARQUIVO_DAdrianobispoemovimentodeamigos.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. **Ditadura e justiça militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011.

SILVA, Bruno Marques. **Fé, razão e conflito**. A trajetória intelectual de Leonardo Boff. Dissertação (mestrado) 2007. 182 f. Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciência Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_SILVA_Bruno_Marques-S.pdf Acesso em: 30 abr. 2023.

SILVA, Gabriel do Nascimento. **Um atentado à paixão do povo: fé e política na evangelização da diocese de Nova Iguaçu nas décadas de 1960 e 1970**. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Lidiane Gonçalves Gama. **HÁ MEMÓRIA POLÍTICA NA BAIXADA FLUMINENSE? MEMÓRIAS DE UM TERRITÓRIO EM DISPUTA POR UM PRESENTE**.

Polêm!Ca, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 80-103, 31 dez. 2018. Trimestral. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/polemica.2018.45080>. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/45080/30639>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SILVA, Luiz Fernando Mangea da. **Igreja Católica e movimento operário no contexto da transição democrática: a trajetória da Pastoral Operária (1975-1990)**. 2020. 165 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/6244/2/2020%20-%20Luiz%20Fernando%20Mangea%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____, Luiz Fernando Mangea da. A DITADURA CIVIL-MILITAR E A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL: uma abordagem do pensamento social católico. In: XVII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 2016, Nova Iguaçu. **Anais [...]**. Nova Iguaçu: Anpuh-Rj, 2016. p. 1-9. Disponível em: http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465940579_ARQUIVO_TextoAnpuh-RJ-2016.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

SILVA, Percival Tavares da. **ORIGEM E TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO AMIGOS DE BAIRRO EM NOVA IGUAÇU (MAB) - 1974/1992**: (Relação vanguarda-base-massa: práxis política e educativa). 1993. 377 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9018>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

SÓTENOS, Abner Francisco. **A Igreja Viglada: a visão da comunidade de informações sobre a atuação político-religiosa do bispo d. Adriano Hipólito 1974-1985**. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH-RIO, XV, 2012, São Gonçalo. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2012. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1331824196_ARQUIVO_ArtigoAigrejavigliada1974-1985.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

_____. **O Movimento Amigos de Bairro (MAB) no Rio de Janeiro**: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982). Dissertação (Mestrado) Curso de História Social, UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro. 2013.

TEIXEIRENSE, Pedro Ivo. **A invenção do inimigo: história e memória dos dossiês e contradosiês da ditadura militar brasileira: 1964-2001**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022, 288p.

TORRES, Rogério; MENEZES, Newton. **Sonegação Fome Saque**. Duque de Caxias: Consórcio de Administração de Edições, 1987, 50p.

APÊNDICES

Apêndice A:

Tabelas com as populações e áreas dos municípios da Baixada Fluminense entre 1940 e 1991:

1 - População dos municípios da Baixada Fluminense						
Município	Censo 1940	Censo 1950	Censo 1960	Censo 1970	Censo 1980	Censo 1991
Nova Iguaçu	142.021	145.649	356.645	727.140	1.094.789	1.297.704
Duque de Caxias	*****	92.459	241.026	431.397	575.830	667.821
Nilópolis	*****	46.406	95.111	128.011	151.585	158.092
São João de Meriti	*****	76.462	190.516	302.394	398.819	425.772
População total	142.021	360.976	883.298	1.588.942	2.221.023	2.549.389

2 - Área dos municípios da Baixada Fluminense em km²		
Município	1940	1948-1990
Nova Iguaçu	1.307	798,359
Duque de Caxias	*****	467,319
Nilópolis	*****	19,393
São João de Meriti	*****	35,216
Área total	1.307	1.320,287

Notas:

1 – As informações sobre a população presentes na tabela 1, foram obtidas nos seguintes sítios:

Censo 1940: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p15_rj.pdf

Censo 1950: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v23_t1_rj.pdf

Censo 1960: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t11_rj.pdf

Censo 1970: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t16_rj.pdf

Censo 1980: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n18_rj.pdf

Censo 1991: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n20_caracteristicas_populacao_domicilios_rj.pdf

2 – A área de Nova Iguaçu em 1940 foi retirada das informações sobre o censo do IBGE daquele ano. Nota-se que este dado difere em 13,287 km² das áreas dos dados mais atuais;

3 – A área de Nova Iguaçu entre 1948 a 1990 é a soma dos territórios correspondentes aos atuais municípios de Nova Iguaçu e dos territórios deles desmembrados nos anos 1990, a saber: Belford Roxo e Japeri (emancipados em 1990), Queimados e Mesquita emancipados, respectivamente em 1991 e 1999. Os dados das áreas dos municípios foram obtidos no site <https://cidades.ibge.gov.br/>;

4 - No censo de 1991 a contagem da população não considerou os números dos municípios criados em 1990 e 1991 de forma individualizada computando para o município de Nova Iguaçu as populações residentes em Belford Roxo, Japeri e Queimados.

Apêndice B:

Breve biografia de sacerdotes e religiosos da Diocese de Nova Iguaçu

Padre Ivo Plunian

Nascido na França em 11 de junho de 1936, Yves Marie Corentim Emile Plunian foi ordenado em 19 de março de 1961. Durante a pesquisa, seu nome foi localizado pela primeira vez no BD 86/87 de fevereiro e março de 1976, onde por meio da provisão 59/76 foi designado como cooperador no Bairro da Luz-NI. O último local no qual exerceu seu sacerdócio, segundo os documentos utilizados para esta pesquisa, foi a Casa de Oração onde exercia o cargo de diretor. Seu nome aparece em alguns documentos formulados pelos órgãos de repressão.

Padre Edward Nealon

Nascido na Irlanda, em 06 de abril de 1935, o sacerdote conhecido como padre Eduardo Nealon, ordenou-se em 05 de julho de 1964. No BD o seu nome é citado pela primeira vez na edição de número 63 de março de 1974. Conforme a provisão 041/74 ele torna-se vigário da paróquia em Vilar dos Telles.

Padre Matteo Vivalda

Nascido em 21 de dezembro de 1938, na Itália, padre Matteo Vivalda, também conhecido como Mateus Vivalda, exerceu variadas funções na DNI, dentre elas a de vigário geral da diocese. Tinha importante atuação nas questões relativas à terra, ao desemprego, às CEB's. Sua proximidade com o bispo Dom Adriano Hypólito era nítida, inclusive acompanhando-o em viagens, assim como o faziam alguns outros padres.

Tendo em vista a posição que ocupava na DNI e sua atuação junto a diversas pastorais e movimentos sociais de Nova Iguaçu, o padre Matteo Vivalda, entre os sacerdotes desta diocese, é um dos mais citados em documentos no período pesquisado, entretanto, em somente um deles existia o apontamento de que ele atuava no processo subversivo. Por ter estado na posição de vigário geral da diocese em parte do período pesquisado, o padre era citado em listas de participantes de vários eventos, tais como: manifestações, reuniões, protestos, cursos etc.

Poderia se considerar que era visto como um membro ativo dentro do clero iguaçuano na realização de ações que, conforme consideravam agentes do regime ditatorial, o contestavam de alguma forma.

Matteo Vivalda continuou exercendo seu sacerdócio na diocese até sua aposentadoria, tendo, depois deste fato, retornado à Itália. Em 13 de junho de 2022, faleceu em seu país natal e seu enterro ocorreu no dia seguinte com a participação de padres brasileiros e italianos²⁴⁴.

Padre Renato Chiera

O padre italiano nasceu em 21 de julho de 1942 em Piemonte. Foi ordenado padre em 29 de junho de 1967. O sacerdote chegou ao Brasil em 16 de junho de 1978 para exercer sua missão no município de Nova Iguaçu onde esteve ao lado de Dom Adriano em diversas ações, exercendo intenso trabalho pastoral. Trabalha ainda hoje na Casa do Menor.

Padre José Devos

Padre José Devos nasceu na Bélgica, em vinte de maio de 1938, tendo sido ordenado aos vinte e cinco anos de idade em quatro de agosto de 1963. Chegou à DNI no final da década de 1970 e, assim como outros sacerdotes, também era considerado como um elemento contrário ao governo.

Padre Luigi Costanzo Bruno

Padre Bruno, conforme é conhecido, nasceu em 03 de abril de 1942, na pequena cidade de Fossano, região do Piemonte na Itália²⁴⁵. O sacerdote chegou à DNI em 1981 tendo sido provido para a paróquia Nossa Senhora da Conceição do Riachão, sendo que esta igreja fazia parte de uma disputa entre d. Adriano e o antigo pároco local, padre Valdir Ros. Em setembro de 1982, assume a paróquia de São Simão, no bairro Lote XV, que fica, hoje, no município de Belford Roxo. O sacerdote exerce, atualmente, a mesma função.

²⁴⁴ PEREIRA, Paulo Cezar. Sepultamento de padre Mateus na Itália reúne 50 padres e o bispo de Mondevi. **Nova Iguaçu Online**, Nova Iguaçu, 14 jun. 2022. Disponível em: <<https://novaiguassuonline.com.br/sepultamento-de-padre-mateus-na-italia-reune-50-padres-e-o-bispo-de-mondevi/>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

²⁴⁵ FERNANDES, Tiago. Ação, força e fé: 80 anos de um missionário. **Caminhando**, Nova Iguaçu, n. 360, p. 6-8, abr. 2022. Mensal. Disponível em: <<https://diocesedenovaiguacu.org.br/wp-content/uploads/2022/04/DNI-Revista-Caminhando-Abril2022.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

William Marc Gistelinck

William Marc Gistelinck, nascido na Bélgica em 20 de fevereiro de 1946, era um religioso leigo da Ordem Congregação do Imaculado Coração de Maria (CICM) que desempenhou importante trabalho na DNI. É necessário apontar que suas ações e relações chamavam atenção dos agentes da repressão. Há uma confusão nos documentos analisados sobre se ele era um sacerdote ou não. Analisando os boletins diocesanos pode-se perceber que ele não era um sacerdote ordenado, mas que era considerado como tal, inclusive tendo importante cargo dentro da hierarquia da diocese que, com exceção dele, ao que parece, era desempenhado por padres.

Padre Valdir Oliveira

O então pároco da paróquia de Mesquita, que era à época distrito de Nova Iguaçu, Valdir de Oliveira, nasceu em 06 de setembro de 1945 e foi ordenado em 28 de dezembro de 1975. Próximo a Dom Adriano, exerceu importante papel na hierarquia diocesana. Atualmente está à frente da paróquia de São Pedro e São Paulo em Paracambi.

Padre Geraldo João de Lima

Nascido em 16 de outubro de 1937 em Bom Jardim/RJ²⁴⁶, Geraldo João de Lima foi ordenado padre em 20 de junho de 1964. Desempenhou importantes papéis na DNI e participou ativamente da Comissão Pastoral da Terra-CPT e de outros movimentos. Em 18 de setembro de 2013, depôs na Comissão Nacional da Verdade sobre a atuação dos membros da DNI no acolhimento aos perseguidos pela Ditadura Militar.²⁴⁷ Faleceu em 07 de julho de 2018.

²⁴⁶ Há uma divergência em relação à sua data de nascimento em informações presentes no Boletim Diocesano da DNI e no site da Diocese de Petrópolis. Preferi colocar a informação disponível na DNI. Para a diocese petropolitana, padre Geraldo Lima nasceu em 16/01/1937. Disponível em: <https://diocesepetropolis.com.br/clero/padre-geraldo-joao-de-lima/> Acesso em: 22 mai. 2023.

²⁴⁷ Ver <https://www.youtube.com/watch?v=2gZJ8c3vtyU> e <https://www.youtube.com/watch?v=6Gur5e3QPKw>

Padre Valdir Ros

Brasileiro nascido em 08 de fevereiro de 1942 e ordenado padre em 04 de julho de 1965. Atuou como pároco da paróquia Nossa Senhora da Conceição, no bairro Riachão, e fundou o Instituto Estrela Missionária-IEM. Ao fim de seu período como sacerdote pertencente à DNI, notabilizou-se por uma oposição à linha pastoral do bispo local, conforme citado na terceira seção do capítulo três desta dissertação.

Padre Agostinho Pretto


Agostinho Pretto nasceu em 28 de março de 1924 e foi ordenado em 30 de novembro de 1953. Chegou à DNI em 1974 e foi responsável pela fundação da Pastoral Operária. Foi acompanhado de perto pelos órgãos repressivos em razão de sua atuação junto aos trabalhadores e trabalhadoras. Faleceu em 06 de outubro de 2011.

Frei Luiz Gonzaga Thomaz

O frei brasileiro nasceu em 20 de junho de 1933 e foi ordenado em 20 de abril de 1959. Juntamente com D. Adriano foi um dos responsáveis pelo semanário litúrgico “A Folha” que foi veiculado entre 1973 e 1992.

ANEXOS

Anexo A – Estatutos da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu



BOLETIM DIOCESANO

Diocese de Nova Iguaçu

1

1º de janeiro de 1969

PROGRAMA / Adriano, bispo diocesano

O Boletim Diocesano que hoje apresentamos, vai mostrar aspectos de uma Diocese de periferia em processo de renovação conciliar.

Sem pretensões, quer informar sobre os movimentos do Espírito Santo em nosso meio, na Baixada Fluminense que é uma área-problema; pela informação, quer formar e atualizar as mentalidades segundo o espírito do Concílio Vaticano; informando e formando, quer apertar os laços da caridade que une os membros da comunidade diocesana de Nova Iguaçu.

Como serviço da caridade e como sinal de esforço comum o Boletim Diocesano terá vida longa. Fará sempre a verdade na caridade. Por isto esperamos que aqui se realize a palavra do Mestre: «Brilhe a sua luz diante dos homens para que, vendo suas boas ações, possam louvar o Pai que está no céu» (Mt 5,16).

Eis o programa do Boletim Diocesano e sua justificação.

Estatutos da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, FINS E SEDE

Artigo 1º

A Mitra Diocesana de Nova Iguaçu, instituição da Igreja Católica Apostólica Romana, é de acordo com o Decreto n. 119-A, de 7 de janeiro de 1890, uma entidade de Direito Público que representa juridicamente a Diocese de Nova Iguaçu, criada em 26 de março de 1960 pela bula "Quandoquidem Verbis", do Papa João XXIII.

§ único

A jurisdição da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu se estende às paróquias e entidades católicas situadas na área do Estado do Rio que abrange:

- a) os municípios de Nova Iguaçu, Mangaratiba, Itaguaí, Paracambi e Nilópolis, que antes de 26 de março de 1960 pertenciam à Diocese de Barra do Piraí;
- b) o município de São João de Meriti, que antes de 26 de março de 1960 estava sob a jurisdição da Mitra Diocesana de Petrópolis;
- c) o distrito de Conrado, no município de Vassouras, que até 26 de março de 1960 esteve

sujeito à Mitra Diocesana de Marquês de Valença.

Artigo 2º

A Mitra Diocesana de Nova Iguaçu, sem quaisquer fins lucrativos, ocupa-se exclusivamente em:

- a) pregar o Evangelho e a verdade revelada por Jesus Cristo;
- b) promover o bem das pessoas e das comunidades, tanto por obras de assistência como principalmente por atividades religiosas, culturais, educativas, sociais e filantrópicas.

Artigo 3º

O foro jurídico da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu é o foro da Comarca de Nova Iguaçu (RJ) onde tem sua sede na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 2362.

Artigo 4º

A Mitra Diocesana de Nova Iguaçu é regida pelos presentes Estatutos e subsidiariamente pelo Código do Direito Canônico, pelas normas da Santa Sé e pelo Código Civil Brasileiro nos casos aplicáveis.

1 — Boletim Diocesano

Janeiro — 1969

CAPÍTULO II

PATRIMÔNIO, RECEITA E APLICAÇÃO

Artigo 5º

O patrimônio da Mitra de Nova Iguaçu consta de

- a) bens móveis, imóveis e semoventes que possui ou venha a possuir por qualquer título legítimo de propriedade;
- b) legados e doações;
- c) contribuições e subvenções oficiais ou particulares.

Artigo 6º

A receita da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu provém de

- a) contribuições das paróquias e entidades católicas;
- b) donativos, contribuições e subvenções em dinheiro;
- c) produto de venda ou locação de bens patrimoniais para os fins do Artigo 2º;
- d) quaisquer outras fontes legítimas ou legais.

Artigo 7º

Todo o produto da receita será sempre aplicado dentro do território nacional, exclusivamente para os fins do Artigo 2º.

CAPÍTULO III

DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Artigo 8º

Direção, administração e representação da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu competem ao Bispo Diocesano nomeado pela Santa Sé.

§ único

Nos impedimentos transitórios do Bispo Diocesano ou na sua ausência cabe ao Vigário Geral, legitimamente nomeado, o direito de substituí-lo.

Artigo 9º

Na direção e administração da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu o Bispo Diocesano é auxiliado por um conselho de administração chamado Conselho Presbiteral, que é constituído segundo o Regimento Interno.

Artigo 10º

Todos os cargos e ofícios de direção e administração serão exercidos gratuitamente sem que se possa em qualquer tempo e a qualquer título pleitear remuneração ou indenização.

Artigo 11º

As atribuições do Bispo Diocesano e do Conselho Presbiteral são fixadas pela legislação eclesástica.

§ único

Em particular cabem ao Bispo Diocesano todos os poderes para representar a Mitra Diocesana de Nova Iguaçu em Juízo ou fora dele; prestar compromissos e aceitar responsabilidades civis e econômicas em nome da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu; contratar com terceiros; movimentar contas bancárias; admitir, transferir, demitir livremente auxiliares, leigos ou não, da administração, em qualquer dos seus departamentos; contratar advogados; delegar a seu critério todos esses poderes ou somente alguns a pessoa de sua confiança.

Artigo 12º

Se falecer o Bispo Diocesano ou for transferido, assume a direção da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu o Vigário Capitular eleito nos termos do Código do Direito Canônico, provendo o cargo temporariamente até a posse do sucessor legítimo.

CAPÍTULO IV

DETERMINAÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 13º

Os presentes Estatutos valerão por tempo indeterminado, podendo ser reformados no todo ou em parte se assim parecer ao Bispo Diocesano com o seu Conselho Presbiteral.

Artigo 14º

Os casos omissos serão tratados e decididos pelo Bispo Diocesano de acordo com o Artigo 4º dos presentes Estatutos.

Artigo 15º

No caso de extinguir-se a Mitra Diocesana de Nova Iguaçu ou de ser desmembrada em outras Dioceses, cabe à Santa Sé dispor do patrimônio, respeitados os fins da entidade e a vontade dos doadores.

Artigo 16º

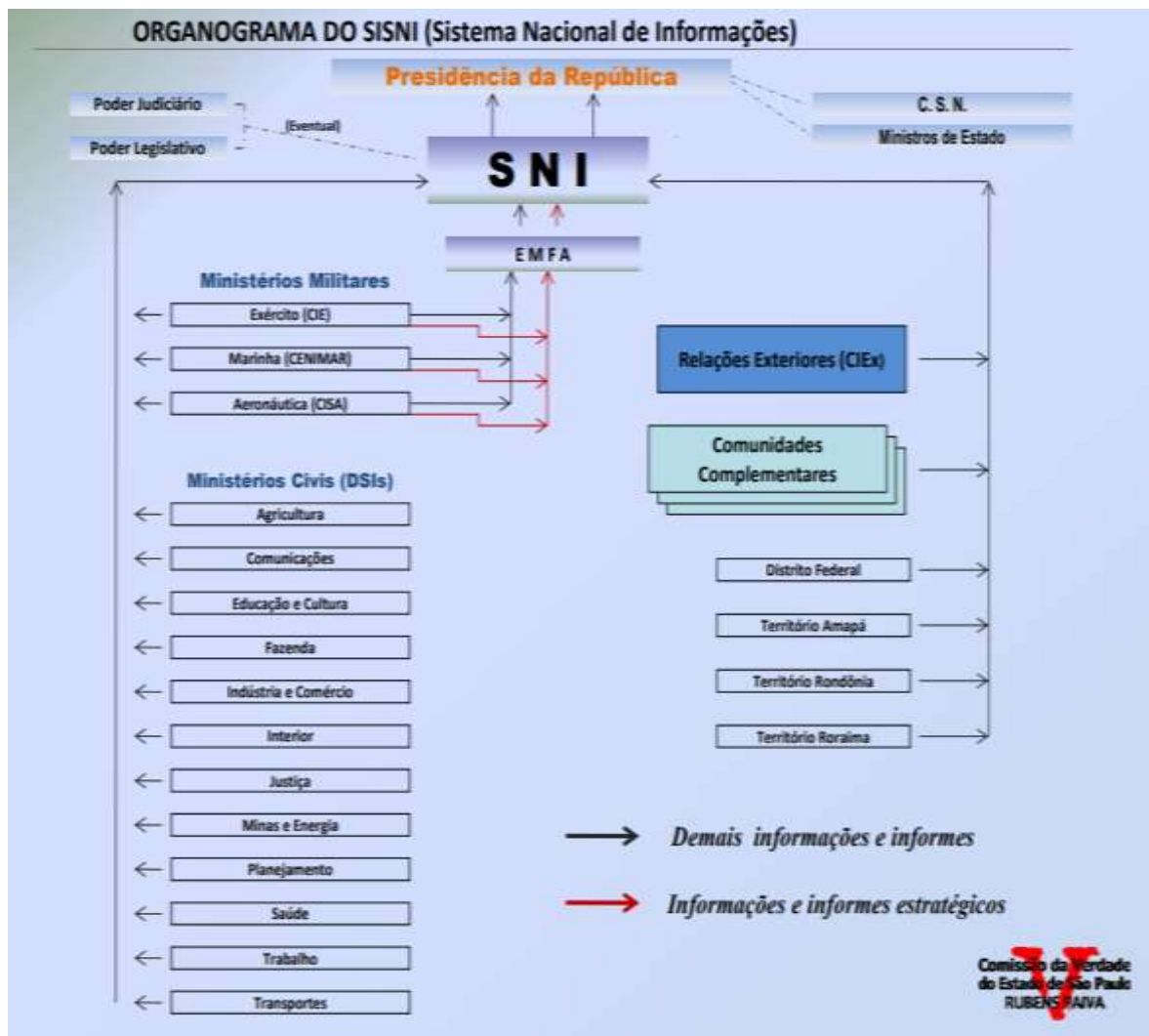
Os presentes Estatutos entrarão em vigor após sua publicação e registro em Cartório, na forma da Lei.

Nova Iguaçu, 12 de outubro de 1968.

† Adriano Hypolito, O.F.M.
Bispo Diocesano de Nova Iguaçu.

Observação — Os estatutos da Diocese de Nova Iguaçu foram publicados, em extrato, no Diário Oficial, do Estado do Rio, em 7 de novembro de 1968, página 19, e registrados no Cartório do 3º Ofício (Registro de Títulos e Documentos) da Comarca de Nova Iguaçu, sob o nº de ordem 979 do Livro A-5 do Registro de Pessoas Jurídicas, em 22 de novembro de 1968.

Anexo B – Organograma do SISNI



Anexo C – Texto de Dom Adriano no qual, já no período democrático, ele reforça a posição diocesana na luta por direitos de cidadania e a crítica ao sistema que oprime os mais necessitados.

